

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



DISSERTAÇÃO

**SE O GPS FALASSE...REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NOS
ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DAS ARQUEÓLOGAS
BRASILEIRAS**

Marina da Fonseca Lopes

Pelotas – RS, agosto de 2023

MARINA DA FONSECA LOPES

**SE O GPS FALASSE...REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NOS
ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DAS ARQUEÓLOGAS
BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGant), do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Louise Prado Alfonso

Linha de Pesquisa: Antropologia e Arqueologia dos Objetos.

Pelotas

2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L864s Lopes, Marina da Fonseca

Se o GPS falasse...reflexões sobre violências de gênero nos espaços de formação e trabalho das arqueólogas brasileiras / Marina da Fonseca Lopes ; Louise Prado Alfonso, orientadora. — Pelotas, 2023.

157 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Arqueologia de gênero. 2. Violência. 3. Assédio. 4. Práxis arqueológica. 5. Mundo do trabalho. I. Alfonso, Louise Prado, orient. II. Título.

CDD : 303.62

Marina da Fonseca Lopes

Se o GPS falasse... Reflexões sobre violências de gênero nos espaços de formação e trabalho das arqueólogas brasileiras

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 18 de agosto de 2023.

Banca examinadora:

Dra. Louise Prado Alfonso (Orientadora)
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP)

Dra. Flávia Maria Silva Rieth (Examinadora Interna)
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Marcia Lika Hattori (Examinadora Externa)
Doutora em Estratégias Científicas Interdisciplinares em Patrimônio e Paisagem pela Universidade do País Vasco (UPV/EHU)

PhD. Grace E. Alexandrino Ocanã (Examinadora Externa)
Pós-Doutora em Antropologia pela Universidade de Stanford

*Dedico esse trabalho a todas interlocutoras que
partilharam comigo suas histórias de vida e angústias.*

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui minha gratidão a todas as pessoas que se fizeram presentes ao longo dessa caminhada. Primeiramente a todas as interlocutoras que tiveram a coragem de reviver as suas memórias muitas vezes dolorosas, para contribuir com essa pesquisa. Em muitos momentos pensei em desistir, mas não fiz isso por todas nós!

Agradeço imensamente à minha orientadora, Louise Prado Alfonso, que abraçou essa pesquisa mesmo sabendo dos inúmeros desafios de problematizarmos uma temática tão sensível na Arqueologia. Obrigada pela confiança, por todos os conhecimentos e orientações.

Agradeço às professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Arqueologia (PPGAnt) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), que me possibilitaram muitas reflexões durante essa trajetória, em especial Flávia Silva Rieth, Adriana Peñafie e Louise Prado Alfonso.

Gratidão aos meus colegas do Projeto de Pesquisa Margens: Grupos em Processo de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas, do Projeto de Extensão Mapeando a Noite e do GEEUR, mesmo que não saibam, vocês me ensinaram muito. Obrigada pelo acolhimento durante esse período.

Agradeço à minha irmã, Julia, que vem sendo minha fonte de inspiração desde o momento de ingressar para o ensino superior e depois na pós-graduação. Obrigada por compartilhar comigo leituras obrigatórias das temáticas feminista e de gênero, pelas conversas terapêuticas e por não ter me deixado desistir. Sem teu incentivo eu não teria chegado até aqui.

Meu agradecimento à minha mãe e minha avó, que mesmo sem entenderem direito as minhas ausências durante esse processo, sempre demonstraram orgulho pela minha dedicação.

Grata pela motivação dos meus colegas de trabalho do Centro Arqueológico da UNOESC, em especial a professora Fernanda D'Agostini, Eliza dos Santos e o David Fernandes. E da quase arqueóloga Angélica Jordani, colega na Gaia Consultoria em Arqueologia, na qual compartilhei muitos dilemas da nossa área de atuação.

Ao meu companheiro, Nicolas, obrigada por ter deixado esse encerramento de ciclo mais leve e por sempre estar pronto para me ajudar.

Aos amigos que fiz durante o curso, em especial o João, obrigada pelas conversas e pelo apoio ao longo do curso e principalmente da escrita dessa dissertação. Aos amigos de longa data, Renata e Léo, gratidão por mesmo distantes vocês conseguirem ser presentes. Agradeço ao amigo Juliano Gordo Costa pela amizade e motivação durante a construção dessa escrita, muito obrigada parça, por ouvir todas as minhas lamentações sobre a profissão.

Agradeço imensamente à minha psicóloga Aryane, que acompanhou de perto todas as ansiedades e angústias fruto desses longos dois anos de pós-graduação.

RESUMO

LOPES, Marina da Fonseca. **Se o GPS falasse...** Reflexões sobre as violências de gênero nos espaços de formação e trabalho das arqueólogas brasileiras. Dissertação (Mestrado em Antropologia – área de concentração em Arqueologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Essa dissertação de mestrado evidencia as violências de gênero presentes na práxis arqueológica, a partir da perspectiva de nós, arqueólogas e estudantes de Arqueologia. Durante a nossa trajetória acadêmica e no mundo do trabalho estamos expostas a diversos riscos que extrapolam as questões de saúde e segurança ocupacional. Essa pesquisa fala das nossas vivências cotidianas e dos problemas atuais que estamos enfrentando enquanto mulheres na Arqueologia. Partindo de uma abordagem etnográfica, investiguei relatos sobre assédios e violências sofridos por arqueólogas e estudantes de Arqueologia, onde pude evidenciar algumas táticas que usamos para tentar diminuir as possibilidades dos riscos, além da urgência de fortalecermos esse debate. Essa dissertação não visa denunciar pessoas e instituições, mas sim a própria Arqueologia e como ela vem sendo praticada no país.

Palavras-chave: Arqueologia de Gênero, Violência, Assédio, Práxis Arqueológica, Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

LOPES, Marina da Fonseca. **If the GPS Spoke...** Reflections on gender violence in the training and work spaces of Brazilian female archaeologists. Dissertation (Master Degree in Anthropology – Concentration Area in Archaeology) – Program of Graduate Studies in Anthropology, Institute of Human Sciences. Federal University of Pelotas, Pelotas. 2023.

This master's dissertation highlights gender-based violence present in archaeological practice, from the perspective of archaeologists and students of Archaeology. Throughout our academic journey and in the workplace, we are exposed to various risks that go beyond occupational health and safety issues. This research addresses our everyday experiences and the current problems we face as women in Archaeology. Employing an ethnographic approach, I investigated reports of harassment and violence experienced by archaeologists and Archaeology students, where I was able to identify some strategies we employ to reduce the possibilities of risks, as well as the urgency to strengthen this discourse. This dissertation does not aim to accuse individuals or institutions, but rather to examine Archaeology itself and how it is being practiced in the country.

Keywords: Archaeology de Gender, Violence, Harassment, Archaeological Practice, World of Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tweet do jornalista Michael Balter com denúncia no evento SAA. Fonte: Twitter @mbalter.....	27
Figura 2: Tweet da Antropóloga Kate Clancy com denúncias sobre Balter. Fonte: @KateClancy.bsky.social.....	27
Figura 3: Tweet de @ObDaniela.....	28
Figura 4: Pôster da campanha #MeTooArqueología. Fonte: Página do Facebook - Mujeres del Pasado y del Presente: Una visión desde la Arqueología Peruana. 2019.....	29
Figura 5: Apresentação do Formulário Google da campanha #MeTooArqueología. Fonte: Formulário Google.....	29
Figura 6: Tweet de Mariella López sobre o caso de assédio por parte de docente da PUCP. Fonte: Twitter @MariellaLpez2.....	31
Figura 7: Cartaz de apoio à Marcela Poirier, vítima de assédio sexual e sexista no Peru. Fonte: Tweet Oscar Espinoza Martín - @OscarEs70400875.....	36
Figura 8: Capa do Zine Feminista elaborado por arqueólogas brasileiras. Fonte: Souza <i>et al.</i> (2015).....	40
Figura 9: Percentual da comunidade profissional arqueológica no Brasil por gênero. Fonte: Gaspar <i>et al.</i> (2020).	53
Figura 10: Percentual da comunidade profissional arqueológica brasileira por gênero ao longo do tempo, ao considerar o ano de ingresso na primeira graduação. Fonte: Gaspar <i>et al.</i> (2020).....	53
Figura 11: Quantidade de pessoas com autorização de portarias por gênero. Fonte: Gaspar <i>et al.</i> (2020).	64
Figura 12: Protagonismo das Arqueólogas na construção da Arqueologia Brasileira – 2020. Fonte: Spotify SAB.....	95
Figura 13: Postagem de divulgação das rodas de conversa do Dia Internacional da Mulher e Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ - 2021. Fonte: @sab_sociedade_de_arqueologia.....	96
Figura 14: Postagem de divulgação da roda de conversa do Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ - 2022. Fonte: @sab_sociedade_de_arqueologia	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento dos artigos publicados na Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil.	42
Tabela 2: Levantamento dos artigos publicados na Revista Habitus do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - Gênero em Arqueologia e Antropologia.	44
Tabela 3: Levantamento dos artigos publicados na Revista de Arqueologia Pública da UNICAMP - Arqueologia Queer.	44
Tabela 4: Levantamento dos artigos publicados na Revista de Arqueologia Pública da UNICAMP – Arqueologia, Patrimônio e Gênero: provocações feministas.	46
Tabela 5: Levantamento de palavras-chave nas revistas analisadas.	47
Tabela 6: Levantamento das disciplinas sobre gênero e feminismo ofertadas nos cursos de graduação em Arqueologia no Brasil.	52
Tabela 7: Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (2015 - 2023).88	
Tabela 8: Simpósios temáticos do XVIII Congresso da SAB - Arqueologia Para Quem?.....	88
Tabela 9: Lista de simpósios temáticos do XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no Contemporâneo.	89
Tabela 10: Lista de simpósios temáticos do XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos.....	91
Tabela 11: Lista de simpósios temáticos XXI Congresso da SAB - Arqueologias Conectadas.	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação de repetição de palavras-chave. Fonte: elaboração própria.	50
Gráfico 2: Ações relacionadas as discussões de gênero promovidas durante as gestões da SAB (2013-2023). Fonte: elaboração própria.....	100

GLOSSÁRIO

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ART – Artigo

ARTs – Artigos

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNA – Centro Nacional de Arqueologia

CNAA – Congreso Nacional de Arqueología Argentina

DOU – Diário Oficial da União

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FAMARO – Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon

FINES – Faculdades Integradas Estácio de Sá

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GEEUR – Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos

GO – Goiás

GPS – Global Positioning System

GT – Grupo de Trabalho

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBIQ+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Intersexuais, Queer e outras identidades de gênero e orientações sexuais não normativas

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outras identidades de gênero e orientações sexuais não normativas

MEI – Microempreendedor Individual

MG – Minas Gerais

NAS – National Academy of Sciences

PhD – Philosophy Doctor

PUC-GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUCP – Pontifícia Universidade Católica do Peru

QSL – Quadro de Sequência Lógica

RAT – Reunión de Arqueología Teórica

RPA – Registro de Pagamento Autônomo
RS – Rio Grande do Sul
RU – Restaurante Universitário
SAA – Society of American Archaeology
SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira
UAA – University of Alaska Anchorage
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1. Apresentação	1
2. Aspectos Teóricos.....	5
2.1. Aspectos Metodológicos	10
2.1.1. Procedimentos de Pesquisa	16
2.1.2. Aspectos éticos.....	20
3. Debates sobre as violências de gênero na Arqueologia sul-americana....	22
3.1. Eu larguei a minha carreira, que podia ser promissora por causa de assédio	26
3.2. O que acontece em campo fica em campo?	40
4. Reflexões sobre a Formação de Arqueologia no Brasil	51
5. Práxis Arqueológica e o Patriarcado	64
5.1. Gênero e raça: cotidiano de violência na Arqueologia	67
5.2. Ouvi que arqueóloga não podia ser mãe	72
6. E agora, esse cenário está em transformação?	78
Algumas considerações	102
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A – Questionário inicial de pesquisa	131
POSFÁCIO – Entre a lembrança e o esquecimento	133

1. Apresentação

AUÊ: O que é ser feminista?
LÉLIA GONZALEZ: É tomar consciência da sua condição de mulher¹.

Escolhi investigar as violências de gênero que as arqueólogas e estudantes de arqueologia estão expostas, por eu estar inserida neste contexto, enquanto arqueóloga e resistente a cada situação de assédio vivenciado nas práxis da Arqueologia, penso: quem poderia falar sobre esse tema sensível, senão nós mesmas? As violências no cotidiano de trabalho, seja no ambiente acadêmico ou nas empresas, é um problema recorrente, porém, enquanto eu, uma mulher branca, sofro por ser mulher ao exercer minha profissão, minhas colegas arqueólogas e estudantes que são negras, trans, lésbicas e bissexuais são vítimas de violências diárias não só por serem mulheres, mas por estarem associadas a outros marcadores sociais das diferenças.

Durante minha trajetória na pós-graduação, realizei algumas apresentações desta pesquisa, em seus diferentes estágios de desenvolvimento, em eventos acadêmicos, como no XXI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (LOPES; ALFONSO, 2021a), XXIII ENPÓS – Encontro de Pró-Graduação (LOPES; ALFONSO, 2021b), XII Encontro da SAB Sul – IV Jornadas de atualização em Arqueologia Guarani - Arqueologias do Sul: Diálogos Científicos em Tempos de Crise (LOPES, 2023), na XIII Semana de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na 2ª Semana de Conversações Arqueológicas da Prospecta Empresa Jr. (PROSPECTA JR, 2021a) e no XIV Encontro de Diálogos com a Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Cada vez que apresento o tema nesses espaços de diálogos, as arqueólogas começam a trazer seus relatos sobre as situações que também vivenciaram e vivenciam durante suas formações e atuação profissional. Algumas demonstram interesse em participar desta pesquisa, se disponibilizando a conceder relatos, outras falam da importância de um estudo como esse para a Arqueologia.

¹ Fonte: Gonzalez, 2020, p. 299.

A partir dos inúmeros desafios que nós temos enfrentado por sermos arqueólogas no Brasil, essa pesquisa se torna urgente. Qual o nosso papel, enquanto mulheres latino-americanas, para mudar esse cenário atual de violências e opressões em nosso campo de atuação? De acordo com Gerda Lerner (2019, p. 294), a consciência feminista se desenvolve a partir de quatro estágios, sendo eles: a consciência da injustiça sofrida; o desenvolvimento da noção de irmandade; a autonomia das mulheres para mudar suas condições e a ampliação de uma visão alternativa das perspectivas futuras. Ou seja, “o reconhecimento de uma injustiça se torna político quando as mulheres percebem que essa injustiça é compartilhada com outras. Para remediar essa injustiça coletiva, as mulheres se organizam na vida política, econômica e social”.

Com enfoque na visibilização das violências de gênero presentes na Arqueologia, essa pesquisa teve como objetivo geral refletir sobre as inúmeras situações de opressão às quais nós, arqueólogas e estudantes de Arqueologia, estamos expostas como, por exemplo, os assédios sexuais, as violências psicológicas, o racismo e a LGBTQIAPN+fobia. Para fundamentar este trabalho, elenco os seguintes objetivos específicos:

- * Analisar relatos de arqueólogas e estudantes de Arqueologia, a fim de explorar as desigualdades de gênero;
- * Investigar as violências de gênero na práxis arqueológica, considerando marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, orientação sexual e maternidade; e
- * Evidenciar quais táticas as arqueólogas e as estudantes utilizam no cotidiano para se defender dos riscos a que estão expostas.

A partir dos quatro estágios do conceito de consciência feminista de Lerner (2019), essa dissertação foi estruturada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, o teórico-metodológico, apresento inicialmente os principais conceitos que me proporcionaram estruturar e escrever essa dissertação como, por exemplo, gênero, feminismo, patriarcado, violência de gênero, assédio e interseccionalidade. Depois apresento os procedimentos metodológicos da pesquisa, onde realizei a análise de estudos de casos de violências de gênero e assédios na Arqueologia. Apresento como foi realizada a análise das Revistas de Arqueologia que tiveram edições com o tema principal em Arqueologia de Gênero. Para abordar a práxis arqueológica, utilizei a

autoetnografia², por eu fazer parte da categoria de arqueólogas que sofrem com as opressões no cotidiano de trabalho. Para analisar e interpretar os relatos das interlocutoras, utilizei do método da Arqueologia Etnográfica, a partir da Arqueologia Alternativa.

No segundo capítulo, *Debates sobre as violências de gênero na Arqueologia sul-americana*, apresento como essas discussões de assédios e violências de gênero vêm sendo abordadas nos países vizinhos e como as arqueólogas de lá têm enfrentado essas situações de opressão. Apresento a análise de um caso de assédio ocorrido em ambiente universitário, no Peru, que teve forte repercussão nas mídias sociais e que o assediador passou impune. A partir disso, consegui situar a situação do Brasil nestes debates. Apresento a análise das revistas que têm a categoria de gênero como tema central.

No terceiro capítulo, *Reflexões sobre a Formação de Arqueologia no Brasil*, apresento alguns dados sobre a formação acadêmica, como as instituições que oferecem cursos de graduação, alguns números sobre as pessoas que fazem Arqueologia no país, os quantitativos de arqueólogas/os/es, além de evidenciar os assédios dentro das instituições de ensino e pesquisa, demonstrando que esses não se restringem à Arqueologia Preventiva. Neste capítulo trago os relatos das interlocutoras arqueólogas trans, que em função do gênero, não conseguem se inserir no mercado de trabalho da Arqueologia.

No quarto capítulo, *Práxis Arqueológica e o Patriarcado*, apresento o mundo do trabalho da Arqueologia através de algumas categorias da interseccionalidade como gênero, raça e maternidade. Neste capítulo aponto os preconceitos que as trabalhadoras enfrentam não só por serem mulheres, mas por serem arqueólogas negras ou arqueólogas mães, esses são exemplos de marcadores sociais da diferença que afetam nossas vidas diante de processos seletivos para vagas de trabalho, de comentários machistas que são vistos como “piadas” e a própria segregação social.

² Por se tratar de um tema sensível, desconfortável e de uma narrativa pouco formal, optei por apresentar o relato autoetnográfico em forma de posfácio. Denominado “Entre a lembrança e o esquecimento”, apresento o meu percurso, pontuando diversos episódios em que estive exposta a situações de violência. Transitei entre minhas dores da infância e da adolescência, os desafios com os quais me deparei ao longo da minha formação acadêmica, o processo de me inserir no mercado de trabalho e algumas situações que são vivenciadas nos dias de hoje, enquanto arqueóloga e dona de uma empresa. Esse posfácio dialoga com o que Lerner chama de consciência da injustiça sofrida.

O segundo, terceiro e o quarto capítulos, dialogam sobre o “desenvolvimento da noção de irmandade” (LERNER, 2019, p. 294), ou seja, sobre a noção de que várias arqueólogas e estudantes de Arqueologia se identificam enquanto vítimas dessas relações de opressão.

O quinto capítulo, *E agora, esse cenário está em transformação?* consiste em uma análise crítica da documentação produzida pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), como o seu código de ética, o regimento interno, as cartilhas sobre violências sexuais e sexistas e a programação dos quatro últimos eventos acadêmicos dos últimos cinco biênios. Esse capítulo nos ajuda a pensar em quais estratégias estão sendo tomadas no Brasil, no âmbito das violências de gênero na Arqueologia. Na perspectiva de Lerner (2019), esse capítulo trata da “ampliação de uma visão alternativa das perspectivas futuras” (p. 294). Será que o aumento de pautas que englobam diversidade, gênero e questões sobre a práxis arqueológica, nos últimos eventos acadêmicos, são em função de um *boom* de denúncias que vêm surgindo no país?

2. Aspectos Teóricos

O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p.12).

Início esses escritos com as palavras de Cizia Arruza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser para dizer que quando falo de feminismo nesta pesquisa, é daquele feminismo que busca romper com a lógica colonizadora, que inclui todos os corpos e não exclui. De acordo com as autoras, as desigualdades sociais, etno-raciais e de gênero marcaram a formação da sociedade brasileira, onde os grupos dominantes exerceram e ainda exercem diversas violências sobre as mulheres, principalmente as negras, indígenas e LGBTQIAPN+.

Para a antropóloga bell hooks (2021, p. 25), “feministas são formadas, não nascem feministas. Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter o privilégio de ter nascido no sexo feminino”. Às vezes é necessária a tomada de consciência para aderir ao movimento, como uma escolha política. A intenção desse capítulo é percorrer as abordagens teóricas e, posteriormente, as metodológicas que foram escolhidas ao longo do percurso dessa dissertação.

A partir das minhas experiências de vida, do cotidiano de trabalho que eu e minhas colegas de profissão e luta vivenciamos, as dores que os nossos corpos compartilham em comum por conta do adoecimento de viver a profissão de Arqueologia neste contexto de opressões, tomamos consciência coletivamente de que esse cenário precisa ser modificado, pois atinge nossos direitos básicos, como o nosso bem-estar, o respeito e a dignidade.

Acredito que as questões que afetam uma mulher, afetam todas, mesmo considerando as experiências individuais de cada uma, essas experiências podem ser carregadas de subjetividades, visto que os enfrentamentos das arqueólogas negras são diferentes dos das arqueólogas brancas e das arqueólogas LGBTQIAPN+ negras ou brancas. Para considerar os marcadores sociais da diferença desse coletivo de arqueólogas, utilizo o conceito de interseccionalidade, que de acordo com Alana Pedruzzi (2019) trata-se de um

conceito extensivamente disseminado nos estudos feministas e raciais. Na década de 1990, Kimberle Crenshaw já formulava reflexões sobre as dinâmicas de opressão considerando a intersecção de sexo e raça.

Pensando nas violências raciais, homens e mulheres podem sofrer com o racismo, porém o gênero vai interferir nessa situação de violência, onde ambos vão vivenciar esse problema de forma diferente em função do seu gênero. Crenshaw (2004, p. 9) vai dizer que a interseccionalidade provoca o desafio de abordarmos a “diferença dentro da diferença”, ou seja, existe uma sobreposição que não diz respeito a diferentes grupos, homem x mulher. A sobreposição mostra que os preconceitos podem estar direcionados para uma pessoa que se encaixa em várias camadas de sobreposição como, por exemplo, uma mulher pobre, negra e lésbica ou uma mãe e pobre. Existem sobreposições que são marcadores sociais da diferença que segregam.

Essa segregação faz com que essas pessoas que estão em processo de exclusão vivenciem diferentes formas de opressão e violência, que podem acontecer nos ambientes públicos e/ou privados. Entendo violência de gênero, como coloca Heleieth Saffioti (2004), que não se trata de uma ocorrência aleatória, mas que ocorre a partir de relações de poder onde a organização social de gênero é estabelecida a partir de uma estrutura patriarcal, em que a opressão geralmente ocorre por parte do homem hetero cis normativo sobre outros corpos que podem fugir da norma hegemônica. Como coloca a autora, a violência de gênero não pode ser compreendida como um sinônimo de violência contra a mulher, assim como violência doméstica é diferente de violência intrafamiliar.

Saffioti (2004) coloca que gênero é uma categoria histórica que pode ser compreendida a partir da subjetividade “como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva” (SCOTT, 1988 *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 45). A autora diz que o gênero é uma construção social do feminino e do masculino, mas nessa pesquisa o considero como coloca Judith Butler (2020), que nos possibilita compreender o gênero como algo não normativo, ou seja, o sexo está associado ao biológico, não o gênero. Enquanto o sexo considera a heteronormatividade, o gênero é uma construção cultural performativa.

Segundo Norma Sueli Padilha (2011), o meio ambiente do trabalho é conceituado como o local onde as pessoas exercem suas funções laborais e onde passam parte de suas vidas obtendo o necessário à sua sobrevivência. Em diversas atividades laborais, o ambiente de trabalho está inserido em um mercado agressivo, no qual os coordenadores das equipes exigem uma alta taxa de produtividade visando o lucro e, em alguns casos, desconsiderando e desrespeitando possíveis limitações dos indivíduos.

Os/as/es profissionais que se dedicam às atividades arqueológicas na área da Arqueologia Preventiva desempenham seu trabalho tanto em ambiente laboratorial, onde são responsáveis pela curadoria de acervos arqueológicos, como atuam em campo, onde a prática arqueológica se torna hostil em função dos riscos associados não só à Saúde e Segurança Ocupacional (SSO), mas principalmente às desigualdades de gênero e raça (LOPES; ALFONSO, 2021a).

Para elencar questões de desigualdades no fazer arqueológico, Laura Furquim e Camila Jácome (2019) destacam as hierarquias nas atividades de consultoria científica em que os trabalhos são conduzidos majoritariamente por homens ou mulheres brancas, as diferenças salariais e os assédios moral e sexual. Durante as atividades de campo, a céu aberto, os diferentes tipos de assédios ocorrem, normalmente, sem a presença de testemunhas, fazendo com que as vítimas, comumente mulheres³, sejam constrangidas e silenciadas. Diante disso, a recorrência dos riscos gera, nas arqueólogas, inúmeros danos psicológicos que afetam na saúde mental, muitas vezes fazendo com que as pesquisadoras não exerçam suas funções por medo da exposição durante a jornada de trabalho.

Eu desisti da Arqueologia por conta dessas situações desagradáveis, por conta da falta de postura das pessoas que me orientavam e das pessoas do setor. Foi isso que aconteceu e aí nesse meio tempo eu fui fazer uns trabalhos de contrato, nesses contratos sempre tinha uma coisa ou outra (Interlocutora)⁴.

³ Essa pesquisa tem como recorte as arqueólogas, porém é importante destacar que não é somente esta categoria de gênero alvo de violência no ambiente laboral, mas também a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pan/poli, não-binárias e mais (LGBTQIAPN+).

⁴ Todos os relatos das interlocutoras serão apresentados em itálico e na cor lilás, escolhida por representar a luta da igualdade de gênero.

Para discutir as violências de gênero no âmbito do trabalho, Thaís Gonçalves Saggiomo (2020) defende que independentemente da posição social, todas as mulheres podem ser vítimas de violências, sejam das ordens físicas, verbais ou psicológicas. Nas palavras da autora:

Os estudos feministas, que denunciam a condição de violência em que a historicidade dos corpos femininos estão submetidos afirmam: as mulheres na atualidade, mesmo que ocupando lugares e representatividades diferenciadas, acumulam em diferentes níveis experiências significativas quando se objetiva na análise a categoria violência. Todas as mulheres, independente da condição social, e das particularidades de sua existência, estão submetidas direta ou indiretamente a relações de violências sejam elas físicas, verbais ou psicológicas. Reconhecer este processo, não significa desconsiderar as críticas sobre a universalização das mulheres, bem como as denúncias do feminismo negro sobre as invisibilidades que decorrem deste processo. Mas possibilita-nos encontrar um ponto de significações coletivas silenciadas, porém não menos importantes que o encontro sob a condição de classe e gênero nesta sociedade desigual (SAGGIOMO, 2020, p. 34).

As violências de gênero acontecem por uma série de fatores, sejam de ordem social, econômica ou política, as opressões ocorrem pelas relações de dominação marcadas por um regime patriarcal. A participação das mulheres no trabalho capitalista não eximiu, no entanto, suas responsabilidades com o espaço doméstico e familiar, isto é, além de participarem da vida econômica enquanto operárias, sujeitas a longas jornadas de trabalho e precárias condições de vida, as mulheres são as principais responsáveis pela gestão do trabalho doméstico (DANIEL, 2011).

A gente ouve com muita frequência em debates feministas na arqueologia como a disciplina masculiniza as mulheres [...] a arqueologia se constrói no entorno de um personagem arqueólogo homem de campo e totalmente de acordo com os preceitos da masculinidade, viril, forte, intolerante, insensível e tudo mais. Para as mulheres se adequarem a esse papel, exige uma certa masculinização delas, durante o dia, durante o dia, durante o trabalho. Não ter vaidade, não ter frescura, fazer o que os homens fazem, durante o dia, porque a noite ela precisa se feminilizar. (RIBEIRO, 2022, 59:20min *apud* SAB, 2022).

Infelizmente, umas das nossas realidades na Arqueologia é o fato de termos que nos masculinizar para garantir o nosso espaço dentro da área. Seja por meio do tom de voz, da vestimenta, do não uso ou uso de alguns acessórios específicos durante os trabalhos, nossos gestos podem corroborar para sermos

tratadas como o sexo frágil ou como “boas arqueólogas” por realizarmos as mesmas funções que os arqueólogos. “É recorrente que as arqueólogas dispam-se de suas características de feminilidade, ou incluam acessórios em seus corpos, como uma aliança no dedo anelar simbolizando compromisso, para serem respeitadas” (LOPES; ALFONSO, 2021, p. 141-142).

Da minha primeira experiência como arqueóloga até a escrita desta dissertação, se passaram 8 anos, e as situações que geram maiores tensões e conflitos, certamente são os riscos de assédios sexuais. Já percebi que me masculinizo para impor respeito no campo e que as violências psicológicas e morais por parte dos construtores dos empreendimentos, durante a identificação de sítios arqueológicos, são constantes. (Relato autoetnográfico - Posfácio)

São essas formas de defesa que a gente encontra, dizer ‘eu tenho um namorado, eu tenho um noivo’ para evitar a possibilidade de gerar o clássico da arqueologia, de um lá querer se enrolar contigo eu sempre me arrumei bastante, de passar lápis no olho No campo eu não coloco brinco, por me despir um pouco, para não parecer que eu me arrumo, porque em campo você não pode ir arrumada, a unha pintada por exemplo Eu lembro que muitas vezes o pessoal falava, falava, ‘essa vai com a unha pintada, já não sabe o que é o campo’ quando eu tinha 19 anos passei lápis no olho antes de ir para campo, o pessoal ficou rindo de mim, obviamente deixei de fazer Eu acabo deixando certos marcos meus (Interlocutora).

Nessa dissertação apresento uma reflexão sobre as violências que as arqueólogas sofrem durante a atuação na Arqueologia Preventiva, onde usam táticas cotidianas para driblar e se defender da alta exposição aos riscos. De acordo com Sousa Filho (2002), De Certeau, ao se dedicar aos estudos do cotidiano, partiu do entendimento central das relações de poder impostas por instituições ou outras pessoas. Dessa forma, a partir das microresistências surgem as microliberdades das pessoas comuns, da massa. “O mundo diário – mundo de profusão de gentes, falas, gestos, movimentos, coisas – abriga táticas do fazer, invenções anônimas, desvios da norma, do instituído, embora sem confronto, mas não menos instituintes” (SOUSA FILHO, 2002, p. 131).

Eu utilizo algumas estratégias para que isso não aconteça: sempre faço campo com algum anel, para que eu pareça comprometida, sendo assim, fora de alcance para qualquer tipo de investida. Peço sempre para que, caso tenhamos que sair para almoçar ou jantar, alguém me acompanhe. Sempre carrego um spray de pimenta e um apito e, todo o campo que eu faço, eu aviso e mando minha localização para algum familiar. Graças a

Deus foram poucas as vezes que fui exposta a esse tipo de situação. A maioria pergunta se sou casada, quantos anos tenho, pedem o meu contato ou fazem algum comentário machista (Interlocutora).

Hoje, olhando para trás, eu tenho muito mais receio do que quando eu ia. Durante um trabalho, eu e o Adão, a gente precisou falar que éramos casados. A gente falava que éramos casados, porque se entrasse uma mulher que era só colega de trabalho de um homem ia ser complicado (Interlocutora).

Os movimentos, as ações e as práticas de resistências que são realizadas em silêncio, mesmo que mínimas, possibilitam evidenciar o que acontece nos espaços, ou seja, mesmo que as táticas sejam discretas e silenciosas, demonstram as relações de poder e dominação.

2.1. Aspectos Metodológicos

Entendo a Arqueologia como parte dos “quatro campos” da Antropologia, que de acordo com Conrad P. Kottak (2013), está dividida em subcampos, sendo eles: a Antropologia Física, a Antropologia Cultural, a Linguística e a Arqueologia. O primeiro traz aspectos sobre as variações biológicas, como evolução humana, genética e outros temas. O segundo campo caracteriza-se pelo estudo das sociedades e da cultura através dos métodos etnográficos e etnológicos. O terceiro campo aborda a linguagem a partir dos contextos sociais e culturais. O quarto e último campo, de acordo com o autor, “reconstrói, descreve e interpreta o comportamento e os padrões culturais humanos por meio dos restos materiais. Em locais onde as pessoas vivem ou viveram, os arqueólogos encontram artefatos” (KOTTAK, 2013, p. 33-34).

Mariza G. S. Peirano (1999, p. 2) traz a ideia da alteridade na Antropologia, apontando que, sem ela, “a disciplina não reconhece a si própria”. Nesse sentido, a alteridade pode ser tanto radical, como nós mesmas/os/es, pesquisadoras/es, também podemos ser o Outro. A partir dessa fala, a autora identifica quatro tipos de alteridade: a alteridade radical, que aborda os estudos de populações indígenas; o contato com a alteridade, que consiste nas análises das relações entre as populações indígenas e a sociedade nacional; a alteridade próxima, onde abrem-se possibilidades para diferentes temas de pesquisa, como

contextos urbanos sensíveis, violências, prostituição, gêneros e outros; e a alteridade mínima, focada no próprio fazer intelectual.

Como que confirmando que as ciências sociais no Brasil têm um profundo débito com Durkheim — que propôs que outras formas de civilização deveriam ser buscadas para explicar o que está próximo a nós — desde os anos 80 antropólogos deslancharam uma série de estudos sobre as ciências sociais no país, grande parte com o propósito mais amplo de compreender a ciência como manifestação de modernidade (PEIRANO, 1999, p. 13).

A Antropologia passou a problematizar sua aplicação, ajudando, desse modo, a Arqueologia a repensar o seu papel enquanto ciência. Minha pesquisa se insere nessa perspectiva, uma vez que trago uma reflexão sobre a própria ciência arqueológica, questionando de que forma ela vem sendo praticada no Brasil. Como já mencionado anteriormente, meu foco é compreender a práxis arqueológica, suas responsabilidades éticas com aquelas/es que fazem essa ciência, do engajamento e do compromisso das equipes com elas mesmas.

Para (re)pensar a práxis arqueológica no Brasil, tenho me apropriado dos debates da Arqueologia Feminista que, de acordo com Barbara Voss (2021)⁵, apesar de ser um movimento oriundo de pesquisadoras acadêmicas em críticas das interpretações androcêntricas, trata-se de uma Arqueologia preocupada com as representações de gêneros em diferentes períodos, ou seja, no passado e presente (VOSS; FREITAS; WICHES, 2021). Além dos pós-processualistas, propostos por Ian Hodder (1988), que incluem questões sociais, políticas, simbólicas e de gênero, porém, o pós-processualismo não tem uma metodologia de pesquisa padrão. Dito isso, utilizei métodos e técnicas das Ciências Sociais e Humanas de modo mais amplo, e teorias e métodos da etnografia.

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa. Conforme aponta Maria Cecília de Souza Minayo (1994, p. 21-22), nas Ciências Sociais esse tipo de metodologia não busca resultados quantitativos, uma vez que visa compreender “o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

⁵ Publicação original: Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities, *World Archaeology*, *Queer Archaeologies* - Vo1. 32(2), 2000, p. 180-192. Tradução de Lúcia dos Santos Ferreira de Freitas e Camila Azevedo de Moraes Wichers.

A pesquisa está dividida em três fases, dentre as quais a primeira consiste nos estudos exploratórios sobre o tema, onde foram levantados dados bibliográficos pertinentes à pesquisa. A segunda fase compreendeu o trabalho de campo, para o qual me apropriei da Arqueologia Etnográfica, que será melhor descrita a seguir. A terceira fase consistiu no tratamento das informações obtidas em campo, na qual foi feita a análise e a interpretação dos dados obtidos.

Na primeira fase de levantamentos bibliográficos, identifiquei teorias próprias do campo da Arqueologia, dentre elas os debates pós-processualistas, as Arqueologias Alternativas, como a Arqueologia de Gênero e a Arqueologia Feminista, e a própria Arqueologia Preventiva, assim como outras temáticas, tais como violências de gênero, trabalho, patriarcado e marcadores sociais da diferença. Realizei a análise de estudo de caso sobre o contexto de violências de gênero sofridas pelas arqueólogas em alguns países sul-americanos para compreender o contexto do Brasil nesse cenário. Este levantamento se deu através de leituras e análises de artigos, formulário de pesquisa, programação de um congresso e análise de documento de protocolo de prevenção à situação de assédio.

Para investigar como esses debates estão presentes no Brasil, analisei quatro revistas de Arqueologia que tiveram edições específicas sobre as questões de gêneros. Além da programação de eventos promovidos pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) durante o período de cinco biênios (2015-2023) e também de eventos virtuais, como transmissões ao vivo que foram amplamente realizadas no período pandêmico. Para fazer essas análises, utilizei a etnografia digital como aporte metodológico, que consiste em uma etnografia no ciberespaço (AMARAL *et al.*, 2008).

De acordo com Frederic Pouget (2010), a abordagem da etnografia na prática arqueológica se configura, desde a década de 1950, com o pioneiro Louis Dupree. O antropólogo destaca o campo de trabalho da Arqueologia como uma prática dinâmica em que as equipes são temporárias, se alteram de tempos em tempos. Ele propõe uma reflexão sobre a própria prática científica e sugere que os/as/es arqueólogos/as/es se coloquem em um papel de etnógrafos/as/es da própria prática arqueológica de campo:

É possível abordar um grupo de trabalho arqueológico como objeto sociológico, já que um pequeno grupo social é formado, “artificialmente”, pelo contexto de trabalho do arqueólogo. Esse grupo, composto por trabalhadores, auxiliares técnicos e, inclusive, pelo arqueólogo, passa de um caráter artificial de sociabilidade imposta para uma interação ‘natural’, no sentido de um trabalho em conjunto e uma sociabilidade compartilhada no estabelecimento de regras construídas ao longo do trabalho de campo. No entanto, o grupo permanece temporário, já que se desfaz assim que a escavação arqueológica termina. Uma outra observação de Dupree diz respeito ao papel duplo do arqueólogo como técnico e cientista social. Assim, o autor propõe, apesar de não ter levado a cabo, o estudo comparativo sobre a interatividade da prática arqueológica em diferentes contextos de pesquisa. A sugestão de Dupree, de que os arqueólogos possam ter um papel de observadores antropológicos e que as equipes de escavação possam ser constituídas como objeto de observação etnográfica, coloca em foco um importante problema metodológico reflexivo, que é pensar criticamente a própria prática científica para além dos embates teóricos. Pensar a práxis em si é que leva a uma configuração de uma determinada ciência (POUGET, 2010, p. 11).

A fusão do método etnográfico com a prática arqueológica tem possibilitado aproximações de relevantes questões contemporâneas, políticas e sociais, porém, há diferenças entre os métodos etnográficos arqueológicos e os arqueológicos etnográficos. O termo “etnografia arqueológica”, de acordo com Yannis Hamilakis e Aris Anagnostopoulos (2009), não é recente, uma vez que está vinculado à etnoarqueologia, cunhada na década de 1970. Para eles, a reaproximação da Arqueologia e da Antropologia Cultural possibilitou novas reflexões a respeito da prática arqueológica, o que foi possível a partir da “virada etnográfica” na Arqueologia, descrita por Quetzil Castañeda (2008) como as diferentes formas que a etnografia passou a ser utilizada e nas razões que ocasionaram essas transformações, passando a ter um propósito de comprometimento com diferentes atores, contextos e conflitos.

Enquanto a etnografia arqueológica está subordinada à etnoarqueologia, a Arqueologia Etnográfica deixa de depender das interpretações sobre o passado arqueológico, mas passa a integrar o fazer arqueológico (ALFONSO, 2017; CASTAÑEDA, 2008; POUGET, 2010).

Castañeda (2008) aponta algumas contribuições para o entendimento de três linhas de pesquisa que aproximam o campo etnográfico da práxis arqueológica, sendo elas: a etnografia arqueológica, a Antropologia da Arqueologia e a Arqueologia Etnográfica.

A primeira diz respeito ao uso da etnografia como uma metodologia que se atém à busca pelo entendimento de questões do passado e, neste caso, a

etnografia está subordinada à produção de informações por meio da Arqueologia tradicional. Além disso, o autor conceitua as diferentes terminologias adotadas nas disciplinas, quais sejam, etnografia arqueológica e Arqueologia Etnográfica. Mesmo havendo uma semelhança entre os termos, conceitualmente trata-se de pensamentos distintos. Na Arqueologia Etnográfica a etnografia é desenvolvida no presente com o intuito de entender situações do presente, enquanto a etnografia arqueológica é utilizada na construção dos conhecimentos sobre e no presente, porém, esse método busca compreender e explicar o passado (ALFONSO, 2017).

A segunda contribuição teórica de Castañeda (2008) diz respeito à Antropologia da Arqueologia, que está dividida no estudo dos métodos. Neste caso a etnografia pode ser secundária ou o principal ponto da pesquisa, e propõe uma reflexão das/os/es arqueólogas/os/es sobre o seu fazer, direcionando para questões políticas, econômicas e sociais. E a terceira e última, trata do uso da etnografia na Arqueologia, conceituada por “Arqueologia Etnográfica”, método no qual a preocupação não é com o tradicional da Arqueologia – o passado –, nem com os processos e contextos da Arqueologia do presente, mas investigar como a Arqueologia constrói o passado a partir de diferentes contextos e projetos específicos, de modo que a etnografia cria um compromisso entre os/as/es interessados/as/es pelo patrimônio.

A etnografia não é apenas um método ou uma prática de pesquisa, “*mas a própria teoria vivida*” (PEIRANO, 2008, p. 3), de modo que teoria e método estão intrinsecamente ligados à etnografia, mesmo que ela seja acessível a diversas áreas do conhecimento, a teoria e a prática andam de mãos dadas.

No fazer etnográfico, a teoria está, assim, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados. Mais: a união da etnografia e da teoria não se manifesta apenas no exercício monográfico. Ela está presente no dia a dia acadêmico, em sala de aula, nas trocas entre professor e aluno, nos debates com colegas e pares, e, especialmente, na transformação em “fatos etnográficos” de eventos dos quais participamos ou que observamos. Desta perspectiva, etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação (PEIRANO, 2008, p. 3).

Através da Arqueologia Etnográfica (e vice-versa) se torna possível acessar grupos invisibilizados e marginalizados através do passado e do presente. A

partir disso, esse reencontro do método etnográfico com a Arqueologia se propõe à investigação de novas temáticas (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009). Esses métodos vão muito além da aproximação entre as disciplinas Arqueologia Social e Antropologia Social, uma vez que abrem espaço para engajamentos, intervenções e críticas, conforme colocam os autores:

Our main thesis is that archaeological ethnography is not simply a practice emerging out of the rapprochement of social archaeology and social anthropology. We define archaeological ethnography instead as a highly contested and thus fertile cross-disciplinary as well as transcultural, politically loaded space; a space for multiple conversations, engagements, interventions, and critiques, centred on materiality and temporality (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009, p. 67).⁶

Esta pesquisa foi realizada a partir da Arqueologia Contemporânea, isto é, através de uma prática social no presente. As pesquisas etnográficas, de modo geral, trazem múltiplas vozes e, neste estudo, busco trazer em evidência a multivocalidade das arqueólogas.

Tradicionalmente, a Arqueologia é representada e reproduzida através de perspectivas colonialistas, ou seja, os discursos retratam o campo científico através das antigas práticas arqueológicas. Hamilakis e Anagnostopoulos (2009) dialogam sobre a necessidade de repensarmos radicalmente essas narrativas que enquadram o campo como o estudo das coisas do passado. Existem várias outras Arqueologias Alternativas que, ao longo das décadas, vêm ganhando espaço, tais como as feministas, as indígenas, de grupos populares e outras. Nas palavras de Cristóbal Gnecco (2012, p. 14), *“As perspectivas feministas e indígenas têm sido destacadas como as propostas dissidentes mais relevantes dentro da disciplina, rotuladas como arqueologias alternativas”*.

Ao refletir sobre o que me instigou a fazer essa pesquisa, e sobre os caminhos que já percorri na Arqueologia, além de dar ênfase às falas das interlocutoras, percebi a importância de trazer em minha dissertação uma autoetnografia. De acordo com Daniela B. Versiani (2002), a autoetnografia vem

⁶ “Nossa tese principal é que a etnografia arqueológica não é simplesmente uma prática emergente da aproximação da arqueologia social e da antropologia social. Definimos a etnografia arqueológica como fértil, transdisciplinar e transcultural, espaço politicamente carregado; um espaço de múltiplas conversas, engajamentos, intervenções e críticas, centrado na materialidade e temporalidade”. (Tradução minha).

da crítica às escritas autobiográficas, que em sua maioria não consideram as subjetividades.

O termo autoetnografia tem origem grega (*auto* = “self”, *ethnos* = “nação” e *grapho* = “escrever”), e conforme sua etimologia, trata-se de uma forma de elaborar um relato sobre um determinado grupo, porém, partindo de si mesma/o/e, ou seja, a/o/e protagonista é a/o/e própria/o/e etnógrafa/o/e (SANTOS, 2017). Nesse sentido, trago um pouco da minha história enquanto uma mulher que atua ativamente na Arqueologia desde a graduação. Além de trazer relatos de violências sofridas durante as práticas de campos, intento trazer situações que afetaram meu psicológico e que marcaram minha história de vida. Conforme apresentei na introdução desta dissertação, meu relato autoetnográfico se faz presente nessa pesquisa em forma de posfácio.

Nas etnografias pós-modernas, Clifford Geertz aponta para a não negação da experiência pessoal. Dessa forma, a/o/e etnógrafa/o/e *“ao invés de falar sobre o Outro, ou pelo Outro, o antropólogo passa a falar com o outro, através da elaboração etnográfica de uma escrita dialógica e/ou polifônica que busca ser uma “alegoria” do encontro entre subjetividades de diferentes culturas: a dos etnografados e a sua própria”* (VERSIANI, 2002, p. 67).

2.1.1. Procedimentos de Pesquisa

Na pesquisa em Arqueologia Etnográfica a produção de dados não difere da própria etnografia. Mainardes (2009) contribuiu com algumas estratégias que podem ser utilizadas nesses estudos, tais como apresentar a pesquisa às/aos/es participantes, a observação, a coleta de documentos, o registro e a documentação desses dados, que nada mais são que o diário de campo. Esses registros podem ser feitos através de vídeos, fotografias, áudios, anotações e pela escuta atenta às/aos/es participantes. Quanto às questões metodológicas, Hamilakis e Anagnostopoulou (2009) apontam para métodos etnográficos, pesquisas etno-históricas, entrevistas formais e informais, observação participante, pesquisa em arquivos ou, até mesmo, passeios etnográficos.

Para dialogar com minhas interlocutoras, inicialmente foi elaborado um questionário online através do Formulário *Google* (APÊNDICE A), intitulado “Pesquisa sobre os riscos que as arqueólogas estão expostas na atuação em

Arqueologia de Contrato”, no qual foram feitas perguntas dissertativas e de múltipla escolha. Para citar algumas, constavam nome completo, município em que reside, formação, pós-graduação, área atual de atuação, em quantas empresas já atuou, quais funções desempenhou nos locais em que já trabalhou, possíveis dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, sobre como o gênero ou a raça possam ter influenciado no momento da contratação ao longo da trajetória profissional, entre outras.

Para a seleção das arqueólogas, foi utilizada a plataforma de rede social *Instagram*, onde foi feita uma pesquisa prévia por *stories* no perfil profissional da minha empresa, “Gaia Consultoria em Arqueologia”. Nessa página há profissionais de diversas áreas e lugares do país, portanto, foi uma forma de alcançar o maior público possível.

A pesquisa prévia foi direcionada às arqueólogas que seguiam a página. Na ocasião, foram questionadas através da seguinte pergunta de múltipla escolha: “Você participaria de uma pesquisa sobre os riscos que as arqueólogas estão expostas no mercado de trabalho?”. Para aquelas que respondiam afirmativamente, foi encaminhado, de forma privada, o *link* de acesso para o Formulário *Google*.

Essa pesquisa prévia possibilitou identificar a relevância e aderência da pesquisa pelo público pesquisado, portanto, nesta etapa, 16 arqueólogas preencheram efetivamente o formulário. Depois dessa produção de dados prévia, iniciou-se o uso da técnica de entrevistas, que em sua totalidade foi realizada de forma virtual, através de chamadas de vídeos e ligações telefônicas, em especial quando as participantes preferiram não revelar suas identidades. Essas entrevistas foram gravadas com o consentimento das depoentes, o que facilitou a transcrição dos relatos. As entrevistas tiveram duração mínima de 45min. e duração máxima de 1h27min., sendo que, no total, obtive mais de 20 relatos.

As entrevistas desenvolvidas não foram estruturadas. Houve um roteiro com tópicos a serem seguidos, porém, as perguntas foram abertas e durante o diálogo era possível conduzir a conversa para qualquer direção que se referisse ao tema pesquisado. De acordo com Eva M. Lakatos e Maria de Andrade Marconi (2003), nas entrevistas despadronizadas ou não-estruturadas, há três modalidades, sendo elas a entrevista focalizada, a clínica e a não dirigida. Este

estudo se insere na modalidade focalizada, na qual tive liberdade de fazer as perguntas que eu queria, sem um rigor predeterminado.

No roteiro elaborado, busquei inicialmente conhecer a interlocutora, então eu pedia que a mesma iniciasse falando sobre sua trajetória acadêmica, de como chegou na Arqueologia, onde atuou, de que forma eram as contratações – se através da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, como autônoma com Recibo de Pagamento Autônoma - RPA, como Microempreendedora Individual - MEI, bolsista ou outras formas –, quais funções já havia desempenhado nas empresas, como eram compostas as equipes de trabalho, quais os riscos aos quais a interlocutora esteve exposta durante os trabalhos considerando os diferentes ambientes, tais como gabinete e campo, se as empresas em que já havia atuado forneciam Equipamentos de Proteção Individual - EPI e de campo, como câmera fotográfica, GPS, veículo, e se já presenciou algum acidente de trabalho. Esse roteiro estava focado na precarização do trabalho, antes um dos temas alvo desta dissertação.

A partir desses tópicos e questionamentos foi possível conhecer o perfil das interlocutoras, de modo que a observação se tornou um elemento fundamental para desenvolver a Arqueologia Etnográfica, já que “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que desejam estudar” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 190). De acordo com Mainardes (2009, p. 107-108), há quatro papéis a serem desempenhados pelas/os/es observadoras/es no campo, a saber: 1) o/a/e participante completo/a/e, em que o/a/e pesquisador/a/e é parte do grupo e concilia seus papéis de pesquisador/a/e com as atividades do grupo; 2) o/a/e participante como observador/a/e, no qual o/a/e pesquisador/a/e faz parte do grupo observado e seus membros estão cientes da pesquisa; 3) observador/a/e como participante, em que o principal objetivo do/a/e pesquisador/a/e que está participando do grupo é a coleta de dados – neste caso o/a/e observador/a/e está no grupo apenas para desenvolver a pesquisa, entender as dinâmicas e atividades do grupo, porém, não faz parte, efetivamente, deste grupo e 4) observador/a/e completo/a/e, papel em que o/a/e observador/a/e fica oculto/a/e ao grupo observado, ou seja, o observador/a/e não interage com o grupo.

Durante as entrevistas, enquanto pesquisadora assumi o papel de observadora das realidades que me foram contadas (MAINARDES, 2009). Nessa troca inicial, muitas vezes, já surgiam alguns caminhos de novos questionamentos. Para aquelas arqueólogas que são mães, por exemplo, eu conduzia para que elas falassem das dificuldades e dos desafios de exercer a maternidade e atuar na Arqueologia, buscando identificar e compreender se esse fator implicava de alguma forma na carreira profissional, se elas tinham direitos básicos, como licença maternidade, e se haviam sofrido alguma violência institucional. Além da maternidade, observei que diversas interlocutoras eram racializadas, mulheres negras, trans, lésbicas, entre outros marcadores sociais da diferença. Todos esses aspectos foram observados com atenção, e eram de extrema importância durante a condução das entrevistas.

Depois de estabelecer um elo de confiança com a interlocutora, quando os relatos de violência não surgiam naturalmente durante o diálogo, eu pedia que, caso a interlocutora se sentisse confortável, me contasse se já havia passado por situações de constrangimentos, violências, assédios, sexismo, machismo e se teria sido vítima de violência, seja ela física, psicológica, institucional ou sexual.

Para a seleção das interlocutoras, uma das estratégias que utilizei foi a amostragem bola de neve, diante de sua eficiência para o estudo de grupos difíceis de serem acessados e devido a temática da pesquisa, que pode ser problemática para as envolvidas, já que trata de questões sensíveis e, muitas vezes, consideradas sigilosas. Diante disso, a amostragem foi realizada a partir de uma rede de contatos e indicações. As informantes-chaves, ou “sementes”, como Juliana Vinuto (2014) denominou, foram aquelas que indicaram arqueólogas que apresentavam características específicas que poderiam contribuir à pesquisa. Após o contato com cada interlocutora, elas puderam fazer a indicação e o contato prévio com outras arqueólogas, que podiam ser da sua própria rede pessoal ou de redes diferentes, estratégia essa que garantiu a pluralidade das narrativas (VINUTO, 2014).

A análise dos dados foi feita ao passo que as entrevistas estavam sendo desenvolvidas. Uma vez que as entrevistas eram transcritas na íntegra, eu realizava uma releitura, identificando pontos em comum de cada relato. Relembrava o momento das entrevistas, o tom da voz das interlocutoras, as

pausas como um desafio, se deve continuar falando ou não, e a ansiedade de rememorar acontecimentos, ficou evidente. Outro aspecto importante para a análise dos dados foi o diário de campo, onde realizei anotações do dia das entrevistas, qual método de comunicação foi utilizado (chamada de vídeo, ligação, áudios etc.) e quais os principais temas que surgiram na entrevista. Dessa forma foi possível traçar as seguintes categorias de análise:

- * Assédio por pessoas de cargo mais alto da empresa;
- * Desqualificação profissional em função do gênero;
- * Hierarquias salariais;
- * Violência verbal;
- * Violência psicológica;
- * Precárias condições de trabalho;
- * Assédio sexual;
- * Intolerância étnica;
- * Discriminação racial;
- * Dificuldade de se inserir no mercado de trabalho em função do gênero e
- * Desistência da profissão em função das violências sofridas e outros.

Essas categorias aparecem nos capítulos finais desta dissertação, visto que foram presentes nos relatos das interlocutoras e se repetiram entre várias falas diferentes, o que nos possibilitou interpretar que os problemas enfrentados pelas arqueólogas são os mesmos, em qualquer parte do Brasil.

Como forma de evidenciar as vozes das interlocutoras, optei por deixar todos os relatos com fonte de cor branca e marca-texto na cor lilás. A **cor lilás** foi escolhida por representar a luta da igualdade de gênero.

2.1.2. Aspectos éticos

Como qualquer outra área do conhecimento, a Antropologia e a Arqueologia também se preocupam com as questões éticas. Dessa forma, ao desenvolver o método de Arqueologia Etnográfica, me preocupei em garantir o anonimato das interlocutoras, de modo que, antes da realização das entrevistas, solicitei sua permissão para utilizar os dados. Durante a apresentação dos dados nesta dissertação, mescliei as narrativas para que as interlocutoras não fossem

reconhecidas e, quando aparecem, são modificados nomes, cidades e lugares. As instituições não são mencionadas, pois essa pesquisa não buscou denunciar pessoas, tampouco instituições (MAINARDES, 2009).

Por esta pesquisa ter tratado de temas sensíveis, de violências que causam traumas e por ter utilizado o método etnográfico, desenvolvido junto com as mulheres em uma construção coletiva, partimos das recomendações da Antropologia, que dispensam a apresentação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visto que os comitês de ética apresentam uma abordagem vinculada à área da saúde e essa dissertação não fala *de* pessoas, mas foi construída *com* as pessoas.

3. Debates sobre as violências de gênero na Arqueologia sul-americana

[...] estas arqueólogas le empezaron a decir “basta”: basta a la invisibilización, infrarrepresentación y estereotipificación de las mujeres en la representación del pasado y basta a su discriminación en el ejercicio de la profesión⁷ (SUBIÁS, 2018, p. 28).

Desde meados das décadas de 1960 e 1970, os estudos feministas influenciaram nas Ciências Sociais, e na Arqueologia não foi diferente (MARTÍ, 2003). No contexto latino-americano, os debates surgem a partir da Arqueologia Social, que nos anos 1970 era influenciada por reflexões marxistas em estudos de classe. A Arqueologia de Gênero teve seu surgimento na década de 1980 a partir das críticas feministas à Arqueologia, conforme aponta a arqueóloga Nádía Pagnossi (2013), além de criticar o ofício da profissão, ou seja, o modo como a Arqueologia era exercida, passou-se a questionar as próprias teorias da disciplina. As primeiras discordâncias estavam relacionadas às limitações dessa ciência no quesito da (in)visibilidade das mulheres e dos gêneros nas pesquisas arqueológicas.

Neste capítulo, apresento um breve panorama da presença da temática da Arqueologia de Gênero em alguns países da América Latina com enfoque nas violências, onde foi possível observar que as pautas e reivindicações são semelhantes entre diferentes países do sul. Realizo também a análise de um estudo de caso do Peru, que devido a quantidade de documentos disponíveis e acessados, me possibilitou um aprofundamento analítico. O objetivo deste capítulo não é fazer comparações, mas tecer de forma breve como essas discussões estão inseridas em diferentes países. Mesmo que os relatos sejam semelhantes e tenham aproximações, seus pesos não são iguais, visto que precisam ser considerados os contextos cultural e político de cada lugar.

É a partir da análise do estudo de caso do Peru, que foi um acontecimento que teve ampla visibilidade e alcançou a esfera pública devido as denúncias, que passo a manifestar o contexto brasileiro nesse cenário de opressões e assédios dentro da Arqueologia. Os relatos das interlocutoras brasileiras, apresentados

⁷ “[...] Estas arqueólogas passaram a dizer “basta”: basta a invisibilização, baixa representação, estereotipificação das mulheres na representação do passado e basta a discriminação no exercício da profissão.” (Tradução minha).

no decorrer deste capítulo, não têm função comparativa, mas sim de mostrar algumas aproximações entre os diferentes países, como questões de diferenças hierárquicas, de baixo índice de prestígio e de citações em função do gênero, assédios, discriminações e racismos presentes nas obras consultadas.

Na Argentina, em “Una Arqueología de distinto genero”⁸, as pesquisadoras abordam sobre a categoria de gênero a partir da prática arqueológica no país, enquanto atuantes na construção do conhecimento arqueológico e na própria prática profissional (BELLELLI *et al.*, 1993). As autoras apontam que a categoria de gênero na prática arqueológica é tão marginalizada quanto a própria Arqueologia na Argentina.

Pero hay que destacar que en nuestra práctica como arqueólogas no sólo están presentes las relaciones de género, sino además las relaciones centro-periferia que hacen a la práctica científica en un país como Argentina y la creciente marginalización que sufre la ciencia en la periferia. Así la arqueología en Argentina podría pensarse como “colonizada”⁹ (BELLELLI *et al.*, 1993, p. 48-49).

Na Arqueologia Argentina, mesmo que exista uma representatividade no quesito quantitativo de estudantes e profissionais na área, há uma desigualdade na ocupação de cargos de prestígio e hierárquicos, como no âmbito acadêmico, por exemplo. Bellelli *et al.* (1993, p. 52) discorrem sobre esse problema na Argentina: “no es cuántas mujeres estudian y se dedican a la arqueología, sino cuántas de ellas acceden a las jerarquías superiores y participan en las esferas del poder en la disciplina”¹⁰. Porém, existem outras opressões presentes na Arqueologia Argentina desde muitos anos, como os assédios sexuais e abusos de poder (BELLELLI *et al.*, 1993).

Mesmo com essas discussões em evidência desde a década de 1990, somente em 2019, durante o XX Congreso Nacional de Arqueología Argentina (CNAA), que a temática passou a ser abordada no país, em eventos acadêmicos. Os gêneros na Arqueologia incorporaram a programação do Congresso a partir

⁸ “Uma Arqueologia de diferentes gêneros.” (Tradução minha).

⁹ “Mas é preciso enfatizar que em nossa prática como arqueólogas não estão presentes só as relações de gênero, mas também as relações centro-periféricas que tornam a prática científica em um país como a Argentina e a crescente marginalização que sofre a ciência na periferia. Assim, a arqueologia na Argentina poderia ser pensada como ‘colonizada’.” (Tradução minha).

¹⁰ “não são quantas mulheres estudam e se dedicam a arqueologia, sim quantas delas acendem nas hierarquias superiores e participam das esferas de poder na disciplina.” (Tradução minha).

da articulação das arqueólogas argentinas, que manifestaram a importância desses debates nos espaços acadêmicos. Depois de 26 anos da publicação do artigo “Una Arqueología de distinto genero” (BELLELLI *et al.*, 1993), na publicação do “Género em la arqueología argentina. Trayectorias, prácticas y saberes: Conversatorio 2019”¹¹ (CHAPARRO *et al.*, 2019), os dados que haviam sido levantados em 1993 foram atualizados e os resultados apontaram que as mulheres continuaram sendo maioria na Arqueologia Argentina, porém, o cenário de desigualdade em ocupar cargos de poder permaneceu igual.

Durante o Congresso, as apresentações foram divididas em três temas, sendo eles: prática profissional e suas manifestações (micro machismo, *mansplaining*, assédios, teto de cristal, questões sindicais); o estudo das relações de gênero na explicação e interpretação do passado e as trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional em contextos patriarcais (CHAPARRO *et al.*, 2019). Uma das questões que aparecem nos relatos das interlocutoras ao longo desta pesquisa e que também fica evidente nas obras das argentinas (BELLELLI *et al.*, 1993; CHAPARRO *et al.*, 2019) e da peruana Carito Medina (2019), são as tradicionais falas discriminatórias e machistas, por parte dos arqueólogos, que reduzem o nosso trabalho. Somos tratadas como “ajudantes de campo ou de laboratório”, somos elogiadas por nossa capacidade de organização e, muitas vezes, nos confiam as ações de Educação Patrimonial e não a coordenação de pesquisas científicas e de campo, ou seja, somos o tempo todo inferiorizadas.

«Es raro que las mujeres sepan excavar¹²»

«Preferimos que vayan hombres [al campo], porque caminharemos mucho/usaremos la motobarrena¹³» (MEDINA, 2019, p. 254)

A equipe de Educação Patrimonial era eu e quem tivesse disponível para trabalhar junto, eu nunca tinha uma pessoa específica. Eu que escrevia o projeto, eu que executava e escrevia o relatório, eu que fazia tudo de Educação Patrimonial. E por conta dessa experiência, eu agora não consigo mais trabalhar com Educação Patrimonial. Eu fiquei saturada, não consigo mais ler nada de Educação Patrimonial, não consigo

¹¹ Gênero na Arqueologia Argentina. Trajetórias, práticas e saberes. Conversações 2019. (Tradução minha).

¹² Relato de interlocutor em Carito Medina (2019). É raro que as mulheres saibam escavar. (Tradução minha).

¹³ Relato de interlocutor em Carito Medina (2019). “Preferimos que vão homens [ao campo], porque caminharemos muito/usaremos o trado motorizado.” (Tradução minha).

ouvir palestras de Educação Patrimonial. Era o tempo todo aquela pressão, você faz só Educação Patrimonial então leia só coisas de Educação Patrimonial, eu não aguentava mais ler um texto, eu não consigo mais fazer entrevista com a população local e era uma coisa que eu gostava muito de fazer, eu saí da graduação fazendo isso e ela conseguiu acabar com todo o prazer que eu tinha. Vinham cobranças absurdas, era o tempo todo assim: o teu trabalho tá mal feito, tu não sabe escrever, tu tem que seguir a cartilha do IPHAN. Por mais que eu fizesse projetos novos: a gente não tem dinheiro, tu não dirige, então a gente tem que gastar mais contigo. Foi assim me saturando, me saturando de uma maneira que eu não consigo mais fazer nada de Educação Patrimonial. [...] Além de tudo que eu fazia nunca tava bom, para ela nunca tava bom. Era os dois opostos, eu chegava nas escolas e na comunidade, era uma alegria, eu adorava, a recepção era maravilhosa, ainda mais no interior do estado, que as pessoas te recebem com chá, com café, com um monte de coisa, nas escolas as professoras eram incríveis, quando eu chegava na empresa era teu trabalho tá ruim, tá faltando foto, tá faltando isso, tu não sabe escrever e além disso eu tinha dificuldade de me manter porque eu recebia um salário mínimo. Quando as escolas estavam de férias, eu não ia fazer outro campo, eu tinha que ler Educação Patrimonial, eu passei as férias de julho com ela desesperada procurando arqueólogo para campo, porque eu era a arqueóloga de Educação Patrimonial. Eu nunca fiz outras coisas porque ela não deixava, tinham outras arqueólogas que eram contratadas na empresa, que faziam campo e laboratório e eu tinha que ficar olhando o outro lado e lendo Educação Patrimonial. Eu lembro de um período que ela estava desesperada atrás de um arqueólogo para campo e eu falei, então fulana, eu posso ir e ela disse, não, tu faz Educação Patrimonial, então vai ler e melhorar esses projetos. Eu cheguei super feliz para trabalhar, super empolgada e ela [a gestora da empresa] tirou toda a minha alegria. **Eu não consigo mais trabalhar com Educação Patrimonial [...]** a contratação foi ótima, mas a execução do trabalho foi horrível, a demissão foi pior ainda, o pós demissão foi péssimo. (Interlocutora).

A partir do relato da interlocutora acima, podemos observar que a gestora da empresa de Arqueologia da qual ela fazia parte, fez sua contratação apenas para as ações de Educação Patrimonial, não a deixando executar qualquer outra atividade vinculada à Arqueologia. Mesmo ela sendo arqueóloga e tendo disponibilidade para exercer outras atividades, como na situação em que teve de ficar lendo durante o período de recesso escolar, quando não haveria atividades de Educação Patrimonial, a empresa optava por procurar um outro arqueólogo para suprir uma demanda de campo em detrimento de encaixar a profissional que já tinha na empresa. Além dessa desvalorização, onde a gestora não confiava à arqueóloga outras atividades de coordenação, o assédio moral fica explícito na relação hierárquica de trabalho, visto que a arqueóloga era desvalorizada e desqualificada, por parte da empresa, durante toda execução

das ações educativas. Essas relações hostis geraram um trauma na interlocutora, como pôde ser observado, em mais de um momento, em que ela menciona que por conta dessa experiência ruim, hoje em dia não consegue mais realizar trabalhos na área de Educação Patrimonial.

3.1. Eu larguei a minha carreira, que podia ser promissora por causa de assédio

De acordo com a historiadora Ilze Zirberl (2021), a partir da virada do século XX para o século XXI, as tecnologias digitais e as mídias sociais passaram a ser amplamente utilizadas para a realização de mobilizações feministas. Esse universo digital possibilitou a circulação de informações, documentos e *slogans*. Um exemplo dessa articulação é o caso da *hashtag* #MeToo (EuTambém). Conforme Isabella C. Veloso (2019), o movimento foi fundado em 2006 pela ativista estadunidense Tarana Burke, porém, em 2017 esse movimento se tornou global após a publicação de uma postagem no *Twitter*, da estadunidense Alyssa Milano, onde ela incentivava outras mulheres a utilizarem a *hashtag* para compartilhar suas histórias de violência sexual.

Mesmo que não seja no âmbito de América Latina, vale destacar a mobilização da comunidade arqueológica nas mídias sociais a partir da #MeTooArcheology que, possivelmente, foi o que repercutiu no surgimento da #MeTooArqueología. Em 1º de abril de 2019 o assediador David Yesner, professor de antropologia da *University of Alaska Anchorage (UAA)*, foi banido da instituição após décadas de denúncias por parte das vítimas. O autor dos crimes responde por quatro acusações por discriminação sexual e assédio sexual contra oito estudantes e por discriminação sexual, assédio sexual e agressão sexual contra uma estudante (BALTER, 2019).

No mesmo mês e ano em que foi banido, o assediador Yesner compareceu no encontro anual da *Society for American Archeology (SAA)* que estava sendo realizado em Albuquerque, New Mexico. O jornalista Michael Balter (@mbalter), além de reportar para a organização do evento a presença do assediador, publicou no *Twitter* a denúncia de que Yesner era um perigo às vítimas que também estavam presentes no evento.



Figura 1: Tweet do jornalista Michael Balter com denúncia no evento SAA. Fonte: Twitter @mbalter.

É importante evidenciar que Michael Balter, apesar de ser reconhecido como uma figura que atua em denúncias de assédios no meio científico através de divulgações públicas em seu blog, ele também vem sendo acusado por ameaças, assédios e perseguições. Como o caso de Kathryn Clancy, professora de Antropologia da Universidade de Illinois, que divulgou nas redes sociais uma declaração pública sobre a divulgação de seu nome como potencial testemunha de uma ação contra o jornalista. No *tweet*, Clancy pede que Balter pare de intimidar, ameaçar e assediar.



Figura 2: Tweet da Antropóloga Kate Clancy com denúncias sobre Balter. Fonte: @KateClancy.bsky.social

Na programação do encontro anual da SAA, no dia 13 de abril de 2019 ocorreu o Fórum *#MeToo in Archeology*, onde diversas pessoas da área, em diferentes níveis da carreira, leram em voz alta relatos de assédio que foram reportados de forma anônima antes da realização do fórum (WADE, 2019). Essas denúncias, que não são recentes, repercutiram nas mídias, tanto que um dia após Yesner ser expulso das instituições do Alaska, vemos o *Tweet* de @ObDaniela, onde ela diz: *“Imaginem se existisse um #MeTooArqueologia? E todos se suicidassem. Pois sim, saberiam as coisas que muitas de nós temos que passar”*.



Figura 3: Tweet de @ObDaniela.

No Peru, a arqueóloga Carito Medina (2019) desenvolveu uma pesquisa que problematiza questões de violências, opressões e precarização dos trabalhos de Arqueologia a partir das experiências vivenciadas por mulheres, homens e pessoas LGBTQ+¹⁴. Com o objetivo de evidenciar as formas de dominação que os homens exercem sobre as mulheres no campo da Arqueologia Peruana e identificar quais são os comportamentos que demarcam essa violência de gênero, Carito realizou uma pesquisa com relato de profissionais da Arqueologia do país, através do uso da *hashtag* #MeTooArqueología. Os relatos foram concedidos de forma anônima e o foco da

¹⁴ Sigla de acordo com o trabalho de Carito Medina (2019). LGBTQ+: Lesbianas, Gays, Bisexuales, Intersex, Queer +.

pesquisa foi propiciar um espaço de denúncia para visibilizar os assédios no campo da Arqueologia Peruana.



Figura 4: Pôster da campanha #MeTooArqueología. Fonte: Página do Facebook - Mujeres del Pasado y del Presente: Una visión desde la Arqueología Peruana. 2019.

#MeTooArqueología

I Simposio Mujeres del Pasado y del Presente: Una Visión desde la Arqueología Peruana

Estimadas arqueólogas y futuras arqueólogas:

Queremos que sus voces se oigan, que sus experiencias como mujeres en el campo de la arqueología sean conocidas.

Con ese fin, nos gustaría que compartan alguna frase o experiencia sexista ligada al medio estudiantil, laboral y/o científico que les haya tocado vivir. Pueden hacerlo de forma anónimamente o identificarse, pero en principio esta plataforma es anónima.

Esta campaña está abierta tanto peruanas como arqueólogas de otras latitudes. Pueden escribir el nombre de su institución o país y/o el cargo de la persona que lo dijo (si es profesor, o estudiante, etc). Esta última parte es opcional.

Esta campaña está basada en el movimiento #MeToo (#YoTambién) que ha dado la vuelta al mundo y de esta manera, vamos a mostrarle a la comunidad arqueológica y afines la magnitud del problema llevando sus experiencias (de forma anónima) al I Simposio Mujeres del Pasado y del Presente: Una Visión desde la Arqueología Peruana y a las redes sociales virtuales.

Visibilicemos nuestras vivencias, porque también son parte de la historia de la arqueología !!

Empecemos.

Figura 5: Apresentação do Formulário Google da campanha #MeTooArqueología. Fonte: Formulário Google¹⁵.

A partir dos dados levantados nessa campanha, a pesquisadora identificou relatos de agressão, diferentes tipos de violências e a posição hierárquica dos agressores. De acordo com Medina (2019), a maior parte das situações de violência ocorreu durante trabalhos de campo de escavações, depois, em ambientes de laboratório e gabinete e, por último, em instituições de ensino, nas universidades.

«Me tocaba la pierna cada vez que subía a su camioneta en temporada de campo»¹⁶ (MEDINA, 2019, p. 254).

No Peru, os assediadores, em grande maioria, são os próprios arqueólogos ou pessoas que ocupam cargos mais altos no espaço de trabalho. No Brasil essa dinâmica não é diferente, conforme será evidenciado no decorrer

¹⁵ Disponível em: [Formulário da campanha #MeTooArqueología](#).

¹⁶ Relato de interlocutora em Carito Medina (2019). “Me tocava a perna cada vez que subia em sua camionete em período de campo.” (Tradução minha).

desta pesquisa. Em ambos os países dificilmente os assediadores são afastados dos seus cargos de trabalho.

Não aconteceu diretamente comigo, mas sim uma amiga, que veio se abrir comigo, e eu na função de coordenadora não sabia como agir, porque o assediador era parente do dono da empresa. Infelizmente é uma situação que não esperamos e as vezes ficamos presas sem saber como agir (Interlocutora).

Ainda prospectando sobre os assédios e as violências de gênero na Arqueologia nas mídias sociais, em especial na plataforma *Twitter*, evidenciei um dos casos de assédio ocorrido na Arqueologia Peruana, dentro do ambiente acadêmico, na *Pontificia Universidad Católica del Peru (PUCP)*, onde o docente Luís Jaime Castillo Butters, da área de Arqueologia da *Facultad de Letras y Ciencias Humanas* foi acusado de assédio sexual através de uma postagem realizada em 29 de junho de 2020 em um blog. A partir dessa denúncia, a *Comisión Especial de Intervención frente al Hostigamiento Sexual en La Universidad*¹⁷ da PUCP iniciou a investigação sobre o caso. Em 23 de novembro de 2020, a Comissão da Universidade emitiu o documento *Informe Final de Investigación de Oficio*¹⁸ com os seguintes tópicos: origem da investigação, processos e procedimentos da investigação, análises e conclusões.

Tive acesso ao Relatório Final da Investigação através dos *Tweets* publicados em fevereiro de 2021, onde depois de ocorrerem os assédios e as denúncias, a investigação da universidade declarou o caso improcedente, ou seja, a PUCP “passou pano” para o assediador. Apresento uma análise desse caso pois as situações de assédios acontecem há muitos anos e não estão longe de acabar, principalmente observando o posicionamento das organizações que deveriam proteger e amparar as vítimas. Os ambientes de trabalho e as universidades deveriam ser espaços seguros de forma igualitária, porém, nós, mulheres, e as pessoas LGBTQIAPN+, somos as pessoas que mais sofrem nesses espaços.

¹⁷ Comisión Especial de Intervención frente al Assédio Sexual na Universidade. (Tradução minha).

¹⁸ Relatório Final de Investigação. (Tradução minha).



Figura 6: Tweet de Mariella López sobre o caso de assédio por parte de docente da PUCP. Fonte: Twitter @MariellaLpez2¹⁹.

A Comissão da Universidade realizou a investigação a partir de denúncias anônimas, gravação das aulas por parte da Universidade, informações de docentes da Especialidade de Arqueologia, dados como lista detalhada das saídas de campo que foram realizadas pelo acusado durante um período de quatro anos, publicação (denúncia) feita em blog, denúncias sobre assédio

¹⁹ Disponível em: <https://twitter.com/MariellaLpez2/status/1365110841264267267> Acesso: jun. 2023.

sexual, denúncia sobre consumo excessivo de álcool em espaços educativos, uma carta escrita por quatro testemunhas egressas da Especialidade de Arqueologia da PUCP e o depoimento do acusado acompanhado de seu advogado. E a partir da análise de todas as evidências, em 20 de outubro de 2020 a Comissão declarou o relato de assédio sexual improcedente.

Nas páginas 4 e 5 do relatório final consta o caso da estudante A. Ela relatou que durante as saídas de campo para San José de Moro, o assediador dizia para as estudantes usarem menos roupas durante as escavações, além de observar que o assediador depreciava uma discente LGBTQIAPN+ e além de desencorajá-la/o, encorajava outros arqueólogos a fazerem o mesmo.

Em uma segunda campanha de campo, com o mesmo professor assediador, a aluna passou a se sentir totalmente incomodada com a situação, além de decepcionada, pois não conseguia acreditar que o trabalho de arqueologia era realizado dessa forma.

Nas páginas 5 e 6 do relatório, consta o caso da estudante B, onde a vítima relata que o assediador fazia comentários sobre o seu corpo, seu peso e sugeria que ela deveria usar menos roupas nas práticas de campo. Além disso, a estudante se sentiu prejudicada na obtenção do título PhD devido aos problemas que teve com esse docente.

Na página 6 do relatório, a estudante C relata que o assediador havia pressionado para ela se deitar com ele e que ele havia declarado que ela seria recompensada da melhor forma possível durante as escavações arqueológicas. No relato da estudante D também consta que o assediador havia pressionado para ela deitar-se com ele, além de ele tentar flertar com ela dentro de sala de aula e tentar convencê-la de saírem para beber.

Na página 7, o relato da estudante E consta que a aluna era chamada por ele como “a linda menina branca”. Ela também passou por situações em que o assediador pedia que as alunas usassem menos roupas nas escavações devido ao calor da região. Uma vez as estudantes foram para campo usando *shorts* e sutiã esportivo e o assediador solicitou que o dia em que os visitantes fossem até as escavações, elas deveriam usar essas vestimentas. O professor pediu que a aluna dançasse com os visitantes (homens), que se sentasse na mesma mesa em que eles durante o almoço e para acompanhá-los em outros lugares

fora do ambiente de trabalho, como em festas para ajudá-los a se entreter. A estudante E deveria ser uma “acompanhante” dos visitantes.

Não só um funcionário, um financiador de um dos projetos que eu trabalhava, ele chegou para mim e me convidou para ir para o quarto dele, ainda falou de uma situação de prostituição, gente esse homem deve estar achando que eu sou o que. O cara vem de outro país, vem fazer trabalhos no Brasil e acham que brasileira é prostituta, que brasileira é obrigada a ceder as vontades, os desejos sexuais que eles têm. Você está trabalhando junto com uma pessoa, a pessoa tem que te respeitar. (Interlocutora).

No Brasil, essa relação não é diferente. Uma das interlocutoras desistiu da profissão em função dos inúmeros assédios que ocorreram ao longo de sua atuação, seja na jornada acadêmica ou profissional. Nos casos que ocorreram no âmbito acadêmico, as pessoas que orientavam a vítima ficaram sabendo dos inúmeros convites que ela recebeu por parte dos financiadores dos projetos de arqueologia, “os visitantes das escavações” como no caso do Peru, e ao invés de controlar a situação se posicionando, incentivavam que a vítima saísse com o assediador naturalizando essa relação forçada.

[...] ele estava em um hotel perto do hotel que eu morava. Uma das pessoas que me orientava disse, - olha divide um Uber com ele e vocês dois vão juntos. Aí ele começou a me assediar dentro do Uber. Eu comuniquei uma dessas pessoas que me orientava e ela: - só janta com ele, ele não conhece nada aí, não fala português. Aí fui jantar com ele, ele me assediou. (Interlocutora).

Retomando o caso do assediador Castillo Butters, a Comissão Especial da PUCP aponta, na página 8 do Relatório Final, a Lei nº 27.942 – que trata da Prevenção e Sanções por Assédio, além das inúmeras acusações que o docente recebeu, de caráter sexual e sexista e por fim, traz os argumentos do assediador.

Sobre el particular, esta Comisión advierte indicios de conductas de índole sexual y sexista no bienvenidas; y, por lo tanto, indicios de hostigamiento sexual. En efecto, se puede observar que el docente investigado, presuntamente, realizaba comentarios acerca del aspecto físico, como el peso, apariencia y vestimenta de sus alumnas mujeres; asimismo, presuntamente, habría realizado invitaciones e insinuaciones de carácter sexual; y finalmente, habría hecho comentarios odiosos hacia sus alumnos homosexuales. Además de ello, esta Comisión considera que las narraciones de las estudiantes

coinciden, así como que han sido corroboradas por docentes, que han brindado sus testimonios en la misma línea.²⁰ (PUCP, 2020, p. 9).

Castillo diz que as acusações em seu nome são falsas, que ele nunca teve qualquer comportamento com condutas inapropriadas, que nunca falou das vestimentas das alunas, tampouco depreciou alunos homossexuais. Uma das coisas que o docente admitiu foi o uso de bebidas alcoólicas no final das práticas de campo, e a justificativa para o uso de apelidos diminutivos, como “corazón” para as alunas e “flaquitos” para os alunos, foi sua pouca memória.

No Brasil, em um dos casos relacionados às práticas de campo de escavações no âmbito acadêmico que recebia estudantes através de intercâmbio, também aconteceram situações de assédios que não foram denunciadas. No relato abaixo a interlocutora conta que viu diversos comportamentos inadequados por parte dos professores/coordenadores do campo, que foram tratados como piadas.

Eu comentei com umas gurias até no campo lá, mas elas não falaram nada eram muitas coisas que aconteciam nesse campo, tinha umas meninas que não entendiam nada de português e os caras ficavam falando coisas na frente delas. Tipos de assédio né! Na mesa do café da manhã, os caras falando também de coisas pornográficas, todo mundo ria, todo mundo achava engraçado, os coordenadores bebendo pra caramba até ficar caído no chão, todo mundo achando engraçado. Foi meu primeiro campo, assim, de muito tempo, longe e acampando. Eu fui até o local do de trabalho e eu já fiquei horrorizada. Será que eu vou querer trabalhar com eles? Mas eu via que as mulheres que estavam lá, elas tinham muito medo de se posicionar, elas não queriam se posicionar assim, elas não queriam se queimar. (Interlocutora)

As escavações em San José de Moro eram organizadas pelo docente acusado de assédio, e nas campanhas de campo, participavam alunas e alunos. Essa prática de campo corroborava para o aperfeiçoamento das/os discentes de graduação, contribuindo para as suas carreiras. A universidade se posicionou afirmando que essas práticas se davam de forma irregular, visto que não havia

²⁰ “A este respeito, esta Comissão constata a existência de indícios de comportamentos de índole e carácter sexual e sexista e, por tanto, indícios de assédio sexual. Com efeito, pode observar-se que o professor investigado terá feito comentários sobre o aspeto físico, como o peso, a aparência e o vestuário das suas alunas; terá também feito convites e insinuações de carácter sexual; e, por último, terá feito comentários ofensivos aos seus alunos homossexuais. Para além disso, esta Comissão considera que os relatos dos alunos são coincidentes, para além de terem sido corroborados pelos professores, que deram os seus testemunhos no mesmo sentido.” (Tradução minha).

nenhum protocolo sobre o modo de convivência nesse espaço, aprovado pelas autoridades da instituição. Porém, sabemos que não precisa haver protocolos para que as pessoas tenham consciência de que determinados tipos de comportamentos não devem existir.

[...] na graduação eu vi professores que assediavam alunas, eu vi os tratamentos com base na aparência. Eu cheguei a fazer um campo como voluntária num projeto em que eu não tinha levado colchonete, daí eu tive que dormir no alojamento dos homens assim e de madrugada eu acordei com os caras junto com os coordenadores escolhendo as gurias pelas fotos de Facebook, entende? Quem era mais bonita, por quem era mais gostosa, por quem era aquilo e isso. As gurias que iam chegar como voluntariado (Interlocutora).

No final do Relatório da Comissão Especial para a Intervenção frente ao Assédio Sexual na Universidade da PUC Peru, a página 12 demonstra como essas relações são hierárquicas e políticas, onde o Estado valoriza o perfil do assediador vangloriando seu currículo e seu status na sociedade. Castillo, por ter ocupado os cargos de Vice-ministro e Ministro da Cultura no Peru, por ter sido professor nas universidades de Harvard e de Stanford nos Estados Unidos da América, por ter diversas publicações em Arqueologia e ser reconhecido por todas essas coisas, mantém uma posição de prestígio.

As denúncias e os relatos das ex discentes (A, B, C, D e E) foram de episódios de assédio que ocorreram entre os anos de 2007 a 2013. Ou seja, os comportamentos do assediador foram perdoados pela PUC Peru, pois na época desses assédios não havia uma legislação vigorando que impedisse esse tipo de prática, haja visto que no documento consta que o primeiro regramento contra a prevenção dos assédios sexuais dentro da PUC Peru só teve início em 11 de março de 2016.

¡MARCELA POIRIER, NO ESTÁ SOLA!

- Denunció al profesor de la PUCP, **Luis Jaime Castillo Butters**, por **hostigamiento sexual** contra sus exalumnas.
- Castillo Butters **es exministro de Cultura**, fue docente en la Universidad de Harvard y en la Universidad de Standford en los EEUU. Es **primo del periodista Phillip Butters**.
- Castillo Butters **denunció a Marcela por "difamación"**. Pide que le pague 200,000 soles y cárcel (2 años y medio).
- Son **7 los testimonios de exalumnas**, egresadas de Arqueología, que lo denunciaron. **Ellas sienten temor.**
- La **PUCP no lo sancionó** porque prescribió la denuncia, no porque sea inocente.
- Castillo Butters tiene poder y **sigue enseñando** en la PUCP.

*"La verdad está de mi lado. Trato de abrazarme a la esperanza de que podamos vivir en espacios **libres de violencia**".*

MARCELA POIRIER Defensora de los derechos humanos criminalizada por luchar a favor de espacios libres de violencia.

DATOS

Junio, 2020. Periodista de EEUU, Michael Balter, publicó testimonios anónimos de sus víctimas. Ellas lo denuncian de acoso sexual y comentarios sexistas.

Noviembre, 2020. Informe de la PUCP señala que hay indicios de hostigamiento sexual cometidos por Castillo Butters.

Abril, 2022. Inicia el juicio oral.



Figura 7: Cartaz de apoio à Marcela Poirier, vítima de assédio sexual e sexista no Peru. Fonte: Tweet Oscar Espinoza Martín - @OscarEs70400875²¹.

Além de todas as acusações apresentadas anteriormente, o ex-ministro da Cultura do Peru, Castillo Butters, foi denunciado também pela geofísica Marcia McNutt, da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos (NAS). Depois de sua denúncia, o assediador foi expulso da NAS por violação do Código de Conduta. Castillo Butters processou duas vítimas de suas violências, Marcia McNutt por difamação, onde pede uma indenização de US\$5 milhões e a antropóloga e arqueóloga Marcela Poirier, onde o Peru se posicionou contra a

²¹ Disponível em: [Tweet Oscar Espinoza Martín](#). Acesso em: jun. 2023.

vítima e a favor do assediador, estabelecendo uma multa de US\$48.400 a Poirier, além de detenção de 1 a 8 anos (FAPESP, 2022).

Conforme Sandra Subiás e Sandra Rubio (2012), na Espanha as reflexões feministas passam a ser manifestadas na década de 1980, com questionamentos sobre o androcentrismo presente na Arqueologia, como também a experiências práticas das arqueólogas no campo de atuação. O movimento começou a ganhar forças na Espanha a partir dos diálogos estabelecidos durante a seção *Arqueología y Mujeres*, na *Reunión de Arqueología Teórica* (RAT), que aconteceu em 1992, em Santiago de Compostela.

la reunión se convirtió en un lugar donde compartir vivencias, proporcionó referentes para otras mujeres arqueólogas que habían experimentado el sexismo en la profesión e impulsó el interés por el tema. Desde entonces, los estudios feministas se han convertido en uno de los ámbitos más dinámicos de la disciplina en nuestro país. Un ámbito con entidad propia en el contexto global de la arqueología feminista y en el contexto particular de la discusión teórico-metodológica peninsular²² (SUBIÁS; RUBIO, 2012, p. 164).

As primeiras arqueólogas feministas espanholas eram marxistas e questionavam as análises de gênero propostas na América do Norte. Porém, outras Arqueologias Feministas passaram a surgir, nas quais as questões de gênero eram consideradas uma categoria de análise. Assim, as arqueólogas passaram a conviver com os posicionamentos marxistas iniciais, ou seja, as arqueologias de gêneros podem ou não ser arqueologias feministas e vice-versa (SUBIÁS; RUBIO, 2012). Advinda das teorias feministas, a Arqueologia Feminista busca, de forma crítica, romper com discursos existentes de uma Arqueologia centrada na lógica do homem hetero cis normativo a fim de romper com a lógica dominante e com os preconceitos sexistas que estão presentes em nossa profissão (SUBIÁS, 2018).

²² “A reunião se converteu em um lugar de compartilhar vivências, proporcionou para outras mulheres arqueólogas que haviam experienciado o sexismo na profissão e impulsionou o interesse no tema. Desde então, os estudos feministas se tornaram um dos campos mais dinâmicos da disciplina em nosso país. Uma área com entidade própria no contexto global da arqueologia feminista e em contexto particular da discussão teórico-metodológica peninsular.” (Tradução minha).

A Arqueologia, em sua perspectiva mais crítica, analisa as diversas desigualdades do passado que, muitas vezes, são usadas para legitimar as desigualdades do presente. Desigualdades essas que envolvem questões sociais, de classe, raça, gênero, sexo e sexualidade. Na Espanha, a partir do Comitê Editorial da Revista *Arkeo Gazte Aldizkaria* foi criada, em 2018, uma edição que aborda os estudos de gênero, sexo e sexualidade. O interesse dessa publicação não foi só de promover um espaço de encontro entre as pessoas que pesquisam a temática, mas também uma forma de divulgar as linhas teórico-metodológicas e práticas que as pesquisadoras e os pesquisadores estão utilizando na atualidade (SUBIÁS, 2018).

Em junho de 2018 foi criada a Comissão Feminista da Revista *Arkeogazte*, onde foi elaborado o documento “*Protocolo de Arkeogazte para la prevención y actuación ante situaciones de acoso, abusos y agresiones sexuales e por razón de sexo*”²³, o qual trata-se de uma ferramenta de proteção para as pessoas que acabam vivenciando as situações de violência dentro do campo de atuação. Os assédios e as violências acontecem com estudantes e arqueólogas/os em diferentes níveis de formação, e as reflexões acerca dessas violências mostram que existem comportamentos sutis que fazem com que o assédio seja naturalizado e até mesmo negado. A publicação desse protocolo mostra que existe uma articulação, um movimento e um posicionamento da sociedade de Arqueologia na Espanha.

Trazendo um panorama desses países vizinhos, é possível comparar com as situações que ocorrem no Brasil. Mesmo que as problematizações sobre as discriminações de gênero, classe e raça tenham sido incorporadas em 2015 nas pautas do Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e que existam revistas científicas que vêm discutindo questões de gênero em volumes específicos desde 2017, somente durante a gestão de 2020 – 2021 da SAB, que a Comissão de Ética criou um documento, em forma de Cartilha, que aborda a temática dos assédios. Esse documento será melhor apresentado no Capítulo Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), presente nesta dissertação.

O protocolo da *Arkeogazte* está dividido em seis tópicos, respectivamente: declaração de interesses, Comissão Feminista, definições, advertências,

²³ “Protocolo de Arkeogazte para a prevenção e atuação diante de situações de assédio, abusos e agressões sexuais em razão do sexo.” (Tradução minha).

procedimentos e sanções. No tópico definições, a Comissão Feminista traz as atitudes consideradas inaceitáveis – assédio sexual e assédio em razão do sexo –, estabelecidas com base na Lei Orgânica nº 3, de 22 de março de 2017, que estabelece a igualdade efetiva de mulheres e homens na Espanha.

No tópico de advertências, são apresentadas as diferentes situações em que poderiam ocorrer os assédios, porém, em nenhum dos casos esses são tolerados, seja no âmbito da associação ou de atividades de escavações arqueológicas, reuniões, congressos e no ambiente acadêmico. Elenco aqui alguns exemplos citados no protocolo: **Assédio sexual em razão do sexo:** a) Sexualização ou invasão de privacidade (gestos, sons e movimentos obscenos, avanços sexuais ou fazer perguntas sobre a vida pessoal da pessoa); e b) Assédio sexual (contato físico, ligações, mensagens ou outras formas de contato que sejam de cunho sexual, ameaças, coação ou pressão para manter relações sexuais, fazer convites repetidos onde uma das partes já recusou os convites e comentários de natureza sexual sobre a orientação sexual, aparência física da pessoa). **Bullying ou assédio por pessoas de maior, menor ou igual hierarquia da vítima:** a) Chantagem sexual (oferecer posições maiores ou privilegiadas em troca de propostas sexuais e rebaixar a vítima por não ter aceitado alguma proposta); b) Subestimar a capacidade da pessoa em função do sexo (desqualificar suas contribuições, recusar obedecer ordens, atribuir funções inferiores em função do sexo/gênero); e c) Outros tipos de assédios com base no sexo (uso de linguagem sexista, ridicularizar alguém, piadas e humilhações devido ao sexo ou gênero). **Abuso sexual; Violação ou agressão sexual; Ameaças e chantagens as vítimas; e não intervenção ou a omissão de socorro.**

Com relação ao tópico de procedimentos, a Comissão Feminista aponta que, sejam membras/os ou não da *Arkeogazte*, todas as pessoas que atuam na área de Arqueologia que tenham passado por situações de assédio sexual podem denunciar, de forma presencial ou eletrônica, no e-mail da comissão. A partir do recebimento de denúncias, a comissão agirá para tomar as medidas cabíveis de contatar as instituições onde ocorreram os assédios e cumprir com os protocolos legais de cada instituição para efetivar as denúncias, além de prestar apoio e o acompanhamento às vítimas de violência.

O último tópico, que diz respeito às sanções, estabelece dois tipos de sanções aplicáveis: faltas graves ou muito graves. Na primeira situação, os assediadores recebem uma advertência, uma queixa pelo ato, já na segunda situação, em caso de membro do *Arkegazte*, o mesmo será expulso por descumprimento do estatuto.

3.2. O que acontece em campo fica em campo?

Se para você as agressões ficam em campo, para nós elas se prolongam para a vida! Mesmo que as opressões físicas sejam mais facilmente reconhecidas, freqüentemente outras formas são invisibilizadas ou naturalizadas e passam por piada, mérito pessoal, coisa “à toa” e até “cavalheirismo” (SOUZA *et al.*, 2015).

No Brasil, no ano de 2015, pesquisadoras da área se organizaram e criaram um Zine Feminista que teve como objetivo romper com a invisibilidade de diversas problemáticas que envolvem a práxis arqueológica no país, visto que nos diferentes ambientes de trabalho existem relações de opressão entre os colegas de profissão.

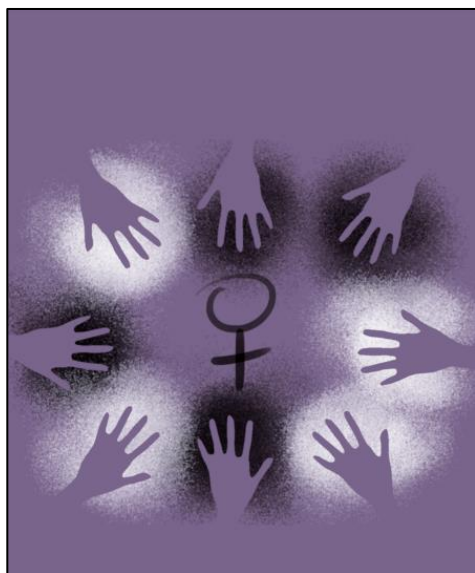


Figura 8: Capa do Zine Feminista elaborado por arqueólogas brasileiras. Fonte: Souza *et al.* (2015).

O Zine está dividido em quatro tópicos, sendo eles:

- * O feminismo é o machismo ao contrário”?! ;
- * O que acontecem em campo, fica em campo”?!;
- * Mas... o que eu faço para evitar opressões de gênero na Arqueologia???
- * Arqueologia Feminina Auto-Colaborativa!

O Zine Feminista traz uma série de dicas, para os homens, de como evitar opressões de gênero na Arqueologia, reforçando que as relações hostis de

agressões e violências não são responsabilidade das mulheres. Para elencar algumas das situações presentes nas dicas do documento, destaco: não é não, as mulheres não são frágeis, por tanto homens e mulheres tem as mesmas capacidades, piadas que exponham as pessoas não fazem parte do ambiente de trabalho, as particularidades relacionadas a roupa, identidade étnica e opção sexual não são assuntos de trabalho, sexo com pessoas inconscientes é estupro, existem espaços privados que precisam ser respeitados (banheiros, quartos, barracas, vestiários e outros) e acobertar colegas agressores te torna conivente com a agressão (SOUZA *et al.*, 2015).

Os tópicos elencados acima estão associados a violências que ocorrem no ambiente laboral, como assédio sexual e assédio moral. De acordo a Cartilha *Violência, Discriminação e Assédio no Trabalho*, “violência e assédio constituem-se em ameaças, comportamentos e/ou práticas inaceitáveis, manifestados uma única vez ou repetidamente, que pretendem ou podem causar danos físicos, psicológicos, econômicos ou sexuais” (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 7). As discriminações e violências geralmente ocorrem em razão do gênero, raça, etnia, idade, saúde, deficiência e outros marcadores sociais da diferença. Na área da Arqueologia, outro tipo de violência observado consiste na relação dos arqueólogos com as comunidades:

As mulheres das comunidades, vilas, cidades onde são realizados os trabalhos de campo não devem ser tratadas como subalternas, meninas para se divertir ou menos capazes intelectualmente. **Isso além de machismo, é colonialismo interno.** O conhecimento e os direitos são iguais para as pessoas do campo, pequenas cidades e grandes aglomerados urbanos. Arqueologia simétrica, colaborativa e comunitária não são conceitos teóricos é prática de vida (SOUZA *et al.*, 2015, p. 3).

Existe uma herança colonialista, machista e patriarcal onde os homens acham que possuem poder por se sentirem superiores às mulheres e se colocarem em uma posição de dominação. Existem mulheres que são duplamente ou triplamente submetidas à inferioridade em função dos marcadores sociais e para além do gênero, as mulheres podem ser inferiorizadas devido a sua classe, sua raça e etnia. No contexto dos trabalhos de campo na Arqueologia, as mulheres das comunidades podem ser consideradas, pelos homens, como as outras do outro, visto que já estão em uma relação de

dominação em função do “progresso” e dos empreendimentos que vão se instalar em seus territórios, que trazem diversos impactos negativos para as suas comunidades, sejam eles danos ambientais, prostituição, abuso de poder, aumento de drogas ou violências. Essas relações colonialistas propiciam assimetrias nas relações e as agressões contra a corporalidade das mulheres podem ser muito sutis. Todas essas assimetrias estão provocando articulações e movimentos na Arqueologia Latino-Americana, onde os casos de violência estão tendo visibilidade e os espaços de denúncia e debates sobre essas opressões também começam a surgir, mesmo que em marcha lenta. Pautas que abordam os Estudos de Gênero na Arqueologia se intensificam com as produções acadêmicas, mesmo que pouco se fale sobre as violências presentes na práxis arqueológica.

No Brasil, em menos de uma década, três revistas da área de Arqueologia apresentaram o gênero como eixo temático, sendo elas: a Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira (2017), a Revista *Habitus* do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2018), Revista de Arqueologia Pública da Universidade Estadual de Campinas (2019 e 2021). Para aprofundar o levantamento de dados sobre essas edições, realizei uma prospecção em cada volume mapeando o título de cada obra, as autorias e as palavras-chave. Todas as revistas apresentaram mais de uma seção em sua estrutura, com publicações de artigos, entrevistas, resumos e outros. Os dados aqui selecionados se restringem à categoria de artigos, ou seja, resumos e entrevistas não foram contemplados nesses dados quantitativos.

Em 2017, a Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira publicou o volume 30, “Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil”, organizado pela pesquisadora Loredana Ribeiro. Esse volume recebeu 14 publicações, divididas entre três seções: especial, artigos e resumos de teses e dissertações. Na Tabela 1 apresento as informações sobre os 11 artigos que foram submetidos na seção Especial da revista.

Tabela 1: Levantamento dos artigos publicados na Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil.

OBRA	PALAVRAS-CHAVE	AUTORAS/ES
------	----------------	------------

POR UMA ARQUEOLOGIA FEMINISTA DA DITADURA NO BRASIL (1964-1985) NARRATIVAS ARQUEOLÓGICAS E MUSEOLÓGICAS SOB RASURA	Arqueologia. Feminismo. Ditadura	Jocyana Ricelly Barreta
	Arqueologia. Museus. Feminismo	Camila A. de Moraes Wichers
SEXUALIDADE E TEORIA QUEER: APONTAMENTOS PARA A ARQUEOLOGIA E PARA A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA	Arqueologia. Sexualidade. Teoria Queer	Fabiano de S. Gotijo e Denise P. Schaan
O SILÊNCIO DO CORPO: INTERSEXUALIDADE INVISIBILIZADA NO CEMITÉRIO DO BONFIM	Arqueologia da Intersexualidade. Arqueologia Cemiterial. Arqueologia das Práticas Funerárias	Luísa de Assis Roedel
IDENTIDADE E SEXO: A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO ATRAVÉS DO CORPO NA ICONOGRAFIA MOCHE	Gênero. Moche. Perspectivismo Ameríndio	Renata Verdun da Silva Carmo e Denise Maria Cavalcante Gomes
MISOGINIA E HOMOFOBIA COMO ELEMENTOS DE SOCIABILIDADE NA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA	Etnografia da Arqueologia. Estudos e Gênero. Epistemologia	Frederic M. C. Pouget e Aline Vieira de Carvalho
NEM TODAS SÃO BETTY OU ANNA: O LUGAR DAS ARQUEÓLOGAS NO DISCURSO DA ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA	Arqueologia Amazônica. Produção Científica. Mulheres	Caroline Fernandes Caromano; Meliam Viganó Gaspar; Ester Ribeiro Pereira; Márjore do Nascimento Lima; Jaqueline Carou Feliz de Lima
GOTAS DE UM OCEANO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA FEMINISTA DE UM CURSO DE GRADUAÇÃO	Academia. Antropologia e Arqueologia. Gênero e Feminismo	Laura de Paula Passos
THE FEMINIST CRITIQUE: INCORPORATING GENDER, CHILDHOOD AND INDENTITY IN ARCHEOLOGICAL RESEARCH	Teoria Feminista e Arqueologia. Estudos de Gênero e Identidade. Tangas de Cerâmica Marajoara	Fernanda Neubauer e Michael Schaefer
PELA MATERIALIDADE DOS GÊNEROS: REPENSANDO DICOTOMIAS, SEXUALIDADES E IDENTIDADE	Dicotomias. Identidades. Cultura Material	Glaucia Malerba Sene
A BRITANNIA E SUAS MULHERES	Mulheres. Romanas. Bretãs	Tais Pagoto Bélo

Fonte: elaboração própria.

Em 2018, a Revista *Habitus* do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), em seu 16º volume, n.º 1, publicou a edição “Gênero em Arqueologia e Antropologia”, organizado por Glaucia M. Sene, Sibeli A. Viana e Marlene C. O. de Moura. Essa edição recebeu 13 publicações divididas em quatro seções: artigos, resenhas, resumos e entrevistas. Na Tabela 2 apresento o levantamento de dados dos oito artigos submetidos nesse volume.

Tabela 2: Levantamento dos artigos publicados na Revista Habitus do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - Gênero em Arqueologia e Antropologia.

OBRA	PALAVRAS-CHAVE	AUTORAS/ES
‘BRAVAS MULHERES’ DISCUTINDO GÊNERO ATRAVÉS DA EXPOGRAFIA	Crítica Feminista. Expografia. Arqueologia. Antropologia. Museologia de Gênero	Loredana Ribeiro; Daniele Borges Bezerra; Joziléia Daniza Jagso Kaingang; Priscila Chagas Oliveira; Rosemar Gomes Lemos
AS CERAMISTAS E A ARQUEÓLOGA: A ARGILA NA CONSTRUÇÃO A INFÂNCIA DO GÊNERO: A VISIBILIDADE DAS CRIANÇAS NA PRÉ-HISTÓRIA DO NORTE DE MINAS GERAIS	Cerâmica. Experimentação Arqueológica. Gestos Técnicos. Corpo, Processo de Ensino e Aprendizagem	Lílian Panachuk
	Gênero. Idade. Crianças. Ritual Funerário	Glaucia Malerba Sene
UM OLHAR PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DAS COISAS DE BARRO	Arqueologia. Gênero. Cerâmica	Camila Azevedo De Moraes Wichers; Luiz Antonio Pacheco De Queiroz; Juliana Freitas; Luciana Bozzo Alves
CORPOS, OFERENDAS, RITUAIS E GÊNERO NO SÍTIO JUSTINO, BAIXO SÃO FRANCISCO HÁ UMA NECESSIDADE DE ATRIBUIR GÊNERO AO PASSADO?	Arqueologia Pré-Colonial. Arqueologia Funerária. Estudos de Gênero. Baixo Rio São Francisco. Bioarqueologia.	Lucas Oliveira; Daniela Klokler
CORPO, SEXO E GÊNERO NA ARQUEOLOGIA: REVISITANDO ALGUNS ASPECTOS MULTIDISCIPLINARES “EU JÁ TENHO NOME” – ITINERÁRIOS DE HOMENS TRANS EM BUSCA DE RESPEITO	Arqueologia. Ideologia. Diferenças Culturais	Denise Pahl Schaan
	Arqueologia. Corpo. Gênero. Sexualidade. Materialidade	Sergio Francisco Serafim Monteiro da Silva; Viviane Maria Cavalcanti de Castro
	Transexualidade. Homens Trans. Registro Civil. Direitos LGBTT. Brasil	Camilo Braz

Fonte: elaboração própria.

Em 2019, a Revista de Arqueologia Pública da UNICAMP publicou o volume 13, intitulado “Arqueologia Queer” e organizado pelos pesquisadores Frederic M. C. Pouget e Aline V. de Carvalho. Esse volume recebeu 18 publicações, divididas entre duas seções: ensaios e artigos. Abaixo apresento a Tabela 3 com os dados dos 15 artigos disponíveis na revista.

Tabela 3: Levantamento dos artigos publicados na Revista de Arqueologia Pública da UNICAMP - Arqueologia Queer.

OBRA	PALAVRAS-CHAVE	AUTORAS/ES
A TEORIA QUEER EM UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA: ESCRITOS PARA TEMPOS DE INCERTEZAS	Teoria Queer. Gênero. Decolonização. Estudos Transviados. Arqueologia.	Arkley Marques Bandeira
PATRIMÔNIO COMO CATEGORIA DE LUTA LGBT+?	Patrimônio cultural. Movimento LGBT. Movimento Social. Estado de bem-estar social. Políticas Públicas.	Julia Xavier Barros; Bruno Sanches R. da Silva

COMO SER UM QUEER NÃO ENQUADRADO: AXIALIDADES RADICAIS PARA TEMPOS OBSCURANISTAS	Queer. Colonialismos. Axialidades. Two-Spirit. Enquadramento.	Estevão Rafael Fernandes; Fabiano Gontijo
THE ISLAND OF MENSTRUATING MAN: QUEERING LEACOCK'S INTRODUCTION TO ENGEL'S "ORIGIN OF THE FAMILY, THE PRIVATE PROPERTY AND THE STATE"	Patriarcado. Arqueologia Queer. Friedrich Engels. Sexualidade. Gênero.	Oswald Hugo Benavides
NEM ELA NEM ELE. POR UMA ARQUEOLOGIA (TRANS) ALÉM DO BINÁRIO	Trans. Teoria Queer. Gênero. Sexo. Teoria Arqueológica.	Gabby Hartemann
POR QUE O HOMEM É MAIS HOMEM QUE O HOMEM?	Próteses Penianas. Homens Trans. Masculinidades. Coisas Contemporâneas.	Shay de los Santos Rodriguez
ARQUEOLOGIA BAJO LA LUPA QUEER: UNA APUESTA POR LA MULTIVOCALIDAD	Arqueologia. Iconografia. Sexualidade. Gênero. Multivocalidade.	María Fernanda Ugalde
AS FOLHAS DE VIDEIRAS DAS EVAS DA ILHA DE MARAJÓ E A (DES)CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS ARQUEOLÓGICAS	Fase Marajoara. Tangas Cerâmicas. Arqueologia Queer. Enviesamento da Interpretação Arqueológica.	Emerson Nobre
OS SAPATOS DE SCARLETT: O CORPO NA ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA, E OS CAMINHOS DESENHADOS POR UMA POSICIONALIDADE QUEER	Corpo. Regimes de Corporeidade. Arqueologia Amazônica. Teoria Queer.	Mario Junior Alves Polo; Lúcio Flávio Siqueira Costa Leite
ARQUEOLOGIA, MUSEUS E IDENTIDADE CULTURAL: TENSIONAMENTOS QUEER	Arqueologia. Museus. Identidade. Diferença. Teoria Queer.	Camila A. de Moraes Wichers
DÍALOGOS ORIENTADOS/DESORIENTADOS PELA TEORIA QUEER: POR UMA PRÁTICA EDUCATIVA PARA ALÉM DA NORMA NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA	Teoria Queer. Arqueologia Queer. Educação em Museus. Arqueologia Brasileira. Mediação.	Maurício André da Silva
GÊNERO E GERAÇÃO: O ENFOQUE QUEER NA PRODUÇÃO LÍTICA DO SAMBAQUI TENÓRIO, NO LITORAL PAULISTA	Infância. Velhice. Identidade. Sambaqui. Queer.	Soraya M. Alencar
TEORIAS DE GÊNERO E FEMINISMO NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: DO DIMORFISMO SEXUAL A PRIMAVERA QUEER	Primavera Queer. Dimorfismo Sexual. Teorias de Gênero.	Laura Peirera Furquim; Camila Pereira Jácome
ARQUEOLOGIA E TEORIA QUEER: POR UMA ARQUEOLOGIA TRANSVIADA	Arqueologia. Teoria Queer. Transviado. Decolonialidade. LGBTQI+	Khala Anderson de Oliveira Gomes; Natalia de Oliveira Tavares; Newan Acacio Oliveira de Souza
DESCOBRINDO E RECOBRINDO O PASSADO NAS SALAS DE AULA COM ASSASSIN'S CREED ORIGINS DISCOVERY TOUR	Discovery Tour. Assassin's Creed Origins. Arqueologia. Educação. Queer.	Nelson de Paiva Bondioli; Rodrigo Araújo de Lima

Fonte: elaboração própria.

Em 2021, a Revista de Arqueologia Pública da UNICAMP publicou o volume 16, número 1, intitulada “Arqueologia, Patrimônio e Gênero: provocações feministas”, organizada pelas pesquisadoras Camila Azevedo de Moraes

Wichers e Letticia Batista Rodrigues Leite. Este volume recebeu 14 publicações, divididas entre duas seções: artigos e traduções. Abaixo apresento a tabela 4 com os dados dos 13 artigos disponíveis na revista.

Tabela 4: Levantamento dos artigos publicados na Revista de Arqueologia Pública da UNICAMP – Arqueologia, Patrimônio e Gênero: provocações feministas.

OBRA	PALAVRAS CHAVE	AUTORAS/ES
OCTAVIA AND CLEOPATRA AMONG RIVALS	Mulheres. Antiguidade. Octavia. Cleopatra. Androcentrismo	Tais Belo
ARQUEOLOGIA DE GÊNERO E O ESTUDO DAS MULHERES ROMANAS: PERSPECTIVAS A PARTIR DAS PINTURAS DE POMPÉIA	Arqueologia de Gênero. Pompéia. Pinturas Parietais. Mulheres. Roma antiga.	Gabriela Isbaes
A CONSTRUÇÃO CULTURAL NOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL: PATRIMÔNIO E CERAMISTAS DO VALE DO JEQUITINHONHA	Estudos de Gênero. Patrimônio Material e Imaterial. Mulheres Ceramistas. Vale do Jequitinhonha	Juliana Figueira Hora Ligia Baruque Diogo
GENRE ET DIVERSITÉ DANS LES CONTEXTES ARCHÉOLOGIQUES	Gêneros não-binários. Trans-identidade. Fluidez de Gênero. Contextos Funerários. Viés interpretativo	Isabelle Algrain
PARA ALÉM DOS BINARISMOS DE GÊNERO: REFLEXÕES PARA A ARQUEOLOGIA	Corpo. Cerâmica. Contexto Mortuário. Gênero. Performance	Lucas Oliveira
OS IMPASSES DA BIOARQUEOLOGIA: O DIMORFISMO SEXUAL SOB UMA CRÍTICA TRANSFEMINISTA	Bioarqueologia. Dimorfismo Sexual. Transfeminismo. Gênero. Não-binário.	Violet Baudelaire Anzini
A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA PELA PERSPECTIVA DO PUTAFEMINISMO: MATERIALIDADES E NARRATIVAS DE TRABALHADORAS SEXUAIS EM UMA EXPOSIÇÃO NA CIDADE DE PELOTAS (RS)	Musealização da Arqueologia. Trabalhadoras sexuais. Putafeminismo. Exposição. Patrimônio	Vanessa Avila Costa Louise Prado Alfonso
TERRITORIALIDADE QUEER: TERRITÓRIO E CORPO NO CENTRO DE GOIÂNIA	Queer. Territorialidade. Território. Cine Astor. Goiânia	Áureo Rosa da Silva
A CONSTRUÇÃO DE CARTOGRAFIAS INSURGENTES: UM RELATO SOBRE A OFICINA “DEVASSOS NO PARAÍSO, BICHAS E PUTAS EM UM PAÍS TROPICAL: DISCUTINDO ARQUEOLOGIAS E SEXUALIDADES”	Cartografias Insurgentes. Arqueologia Queer. Trabalhadoras sexuais. Comunidade LGBTQIA+. Direito à cidade	Newan Acacio Oliveira de Souza Vanessa Avila Costa Louise Prado Alfonso
ENTRE NÓS: LEITURAS E OLHARES FEMINISTAS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES EM NARRATIVAS ARQUEOLÓGICAS VISUAIS	Representação. Gênero. Raça. Narrativas visuais. Narrativas Arqueológicas	Camila Azevedo de Moraes Wichers, Aluane de Sá da Silva, Giovanna Silveira Santos, Karlla Kamylla Passos dos Santos, Luciana Bozzo Alves, Paula Cristina de Almeida Silva, Wynne Borges Carneiro,

		Zilda Vieira Simas Oliveira
AS NARRATIVAS FÍLMICAS SOBRE GRUPOS DO PASSADO E A NATURALIZAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DE RAÇA E GÊNERO EM AÇÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	Arqueologia de Gênero. Colonialidade. Educação Patrimonial. Narrativas Arqueológicas	Marina Neiva de Oliveira
EMPODERAMENTO FEMININO E IMPACTOS DO TURISMO EM MAGDALENA DE CAO	Empoderamento. Arqueologia de Gênero. Etnoarqueologia. Señora de Cao. Magdalena de Cao	Nádia Carrasco Pagnossi
POR QUE SEMPRE CORPOS MASCULINOS? 2.0: REVISITANDO ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA	Estudos de Gênero. Arqueologia Subaquática. História da Arqueologia	Marina Fontolan

Fonte: elaboração própria.

Depois de prospectar as quatro revistas que têm a categoria de gêneros como enfoque, optei por realizar uma análise a partir das palavras-chave que foram evidenciadas ao longo das obras publicadas, visto que realizar um levantamento de dados quantitativos a partir da própria categoria de gêneros, tornaria essa análise excludente, pois teriam que ser usadas apenas as categorias referentes ao sexo biológico (homem e mulher), o que corroboraria para uma análise cis normativa. Na Tabela 5 apresento o levantamento das palavras-chave evidenciadas nos artigos das quatro revistas, com a quantidade de repetição de cada uma.

Tabela 5: Levantamento de palavras-chave nas revistas analisadas.

PALAVRA-CHAVE	QUANT.	PALAVRA-CHAVE	QUANT.
Arqueologia	12	Estudos Transviados	1
Arqueologia Amazônica	2	Etnografia da Arqueologia	1
Arqueologia Brasileira	1	Experimentação Arqueológica	1
Arqueologia Cemiterial	1	Expografia	1
Arqueologia Pré-Colonial	1	Fase Marajoara	1
Arqueologia da Intersexualidade	1	Feminismo	2
Arqueologia Funerária	1	Gênero	11
Arqueologia de Gênero	3	Arqueologia subaquática	1
Arqueologia Queer	4	Gestos Técnicos	1
Androcentrismo	1	Cartografias insurgentes	1
Antiguidade	1	Cine Astor	1
Antropologia	1	Homens Trans	2
Antropologia E Arqueologia	1	Iconografia	1
Assassin's Creed Origins	1	Idade	1

Axialidades	1	Identidade/s	3
Baixo Rio São Francisco	1	Ideologia	1
Bioarqueologia	2	Infância	1
Bretãs	1	LGBTQI+	1
Cerâmica	3	Masculinidades	1
Coisas Contemporâneas	1	Materialidade	1
Colonialismos	1	Mediação	1
Corpo	4	Moche	1
Crianças	1	Movimento LGBT	1
Crítica Feminista	1	Movimento Social	1
Cleopatra	1	Colonialidade	1
Cultura Material	1	Mulheres	4
Contexto Mortuário	1	Musealização da Arqueologia	1
Comunidade LGBTQIA+	1	Não binário	1
Decolonialidade	1	Multivocalidade	1
Narrativas visuais	1	Narrativas Arqueológicas	2
Decolonização	1	Museologia e Gênero	1
Contexto Funerários	1	Direito a cidade	1
Dicotomias	1	Museus	2
Diferença	1	Patriarcado	1
Diferenças Culturais	1	Patrimônio Cultural	1
Dimorfismo Sexual	2	Perspectivismo Ameríndio	1
Patrimônio Material e Imaterial	1	Patrimônio	1
Direito LGBTT	1	Políticas Públicas	1
Discovery Tour	1	Primavera Queer	1
Ditadura	1	Processo de Ensino e Aprendizagem	1
Educação	1	Produção Científica	1
Educação Em Museus	1	Próteses Penianas	1
Enquadramento	1	Queer	4
Enviesamento da Interpretação Arqueológica	1	Regimes de Corporeidade	1
Epistemologia	1	Registro Civil	1
Estado de Bem-Estar Social	1	Ritual Funerário	1
Estudos de Gênero	4	Romanas	1
Estudos de Gênero e Identidade	1	Sambaqui	1
Educação Patrimonial	1	Empoderamento	1
Etnoarqueologia	1	Exposição	1
Teoria Feminista e Arqueologia	1	Sexo	1

Teoria Queer	7	Sexualidade	4
Teorias de Gênero	1	Tangas Cerâmicas	1
Trans	1	Tangas de Cerâmicas Marajoara	1
Transexualidade	1	Teoria Arqueológica	1
Transfeminismo	1	Trans-identidade	1
Transviado	1	Fluidez de Gênero	1
Performance	1	Pinturas Parietais	1
Pompéia	1	Putafeminismo	1
Octavia	1	Raça	1
Representação	1	Território	1
Roma antiga	1	Territorialidade	1
Señora de Cao	1	Trabalhadoras sexuais	2
Vale do Jequitinhonha	1	Viés Interpretativo	1

Fonte: elaboração própria.

Ao longo da análise das quatro edições, observei que foram usadas 128 palavras-chave e algumas delas apareceram em maior quantidade que outras, de modo que pelo menos 20 palavras-chave se repetem e 108 foram identificadas apenas uma vez. Através da interpretação do Gráfico 1 é possível observar esse comparativo de repetições, onde as palavras mais evidentes em quantidade, ou seja, usadas mais de cinco vezes, foram: teoria queer, gênero e Arqueologia. Depois de três a quatro vezes: sexualidade, queer, estudos de gênero, mulheres, identidade/s, corpo, cerâmica, Arqueologia de Gênero e Arqueologia Queer. E, por fim, as palavras que apareceram somente duas vezes: trabalhadoras sexuais, narrativas arqueológicas, museus, homens trans, feminismo, dimorfismo sexual, bioarqueologia e Arqueologia Amazônica.

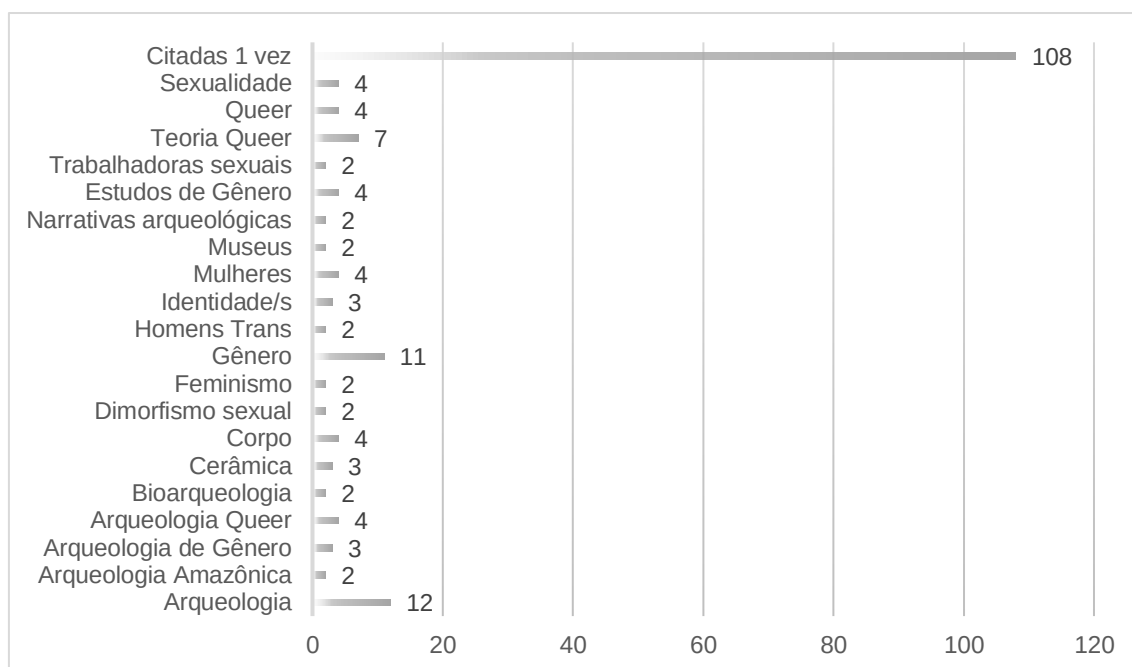


Gráfico 1: Comparação de repetição de palavras-chave. **Fonte:** elaboração própria.

Depois das análises realizadas, observei que nenhum dos artigos presentes nos quatro volumes das revistas de Arqueologia que debatem as questões de gênero tem como enfoque a violência de gênero presente na Arqueologia, tampouco sob a ótica das arqueólogas. Podemos destacar que apenas um artigo trata da práxis arqueológica (POUGET; CARVALHO, 2017), tema que se aproxima desta pesquisa, porém, o artigo está distante de uma abordagem sobre os assédios e as violências, por isso a presente pesquisa se torna tão urgente, visto que as pessoas que trabalham com a temática de gênero não falam sobre as violências nas práticas arqueológicas.

Pensando que a prática arqueológica extrapola a Arqueologia Preventiva, no próximo capítulo analiso a formação acadêmica, as dinâmicas do ambiente universitário, como a quantidade e onde os cursos de Arqueologia são ofertados e se as discussões de gênero e feminismos estão presentes na grade curricular dos cursos de formação. A partir dessa análise podemos pensar sobre a formação na Arqueologia, qual o perfil das/os/es profissionais estão sendo formadas/os/es, se a Arqueologia no Brasil é ou não um campo inclusivo, e por aí vai.

4. Reflexões sobre a Formação de Arqueologia no Brasil

Em “Bicho de Nove Cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil”, a pesquisadora Marcia Bezerra (2008) traz um panorama dos cursos de Bacharelado em Arqueologia no país entre os anos de 2004 e 2008. O primeiro curso foi aprovado através do Parecer nº 1.591, do ano de 1975, emitido pelo Conselho Federal de Educação. Naquele ano estava autorizado o funcionamento da Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO), no estado do Rio de Janeiro. Findado o segundo vestibular, os cursos de Arqueologia e Museologia passaram a ser financiados e ofertados pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá (FINES), também no Rio de Janeiro. O curso foi aprovado em 1975, reconhecido em 1981 e entrou em processo de extinção no início dos anos 2000 (BEZERRA, 2008).

A formação massiva de pessoas em Arqueologia no Brasil, nasceu de uma demanda de mercado associada ao licenciamento ambiental, visto que diversas obras estavam sendo implantadas no país e não havia profissionais suficientes para atender essas demandas impostas pelo Estado. Com a tendência de regularização desses empreendimentos, os cursos de graduação começaram a ser planejados e instalados.

De 2005 a 2022 foram criados 13 cursos de Bacharelado em Arqueologia no Brasil, sendo ofertados nas seguintes instituições: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) e Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Como meu foco está nas discussões de gênero, realizei uma pesquisa no quadro de sequência lógica (QSL) dos cursos de graduação em Arqueologia para observar se havia, nos cursos, disciplinas específicas sobre gênero e/ou feminismo em sua estrutura curricular. Dos 13 cursos listados acima, somente cinco apresentam disciplinas sobre a temática, conforme tabela a seguir.

Tabela 6: Levantamento das disciplinas sobre gênero e feminismo ofertadas nos cursos de graduação em Arqueologia no Brasil.

UNIVERSIDADE	DISCIPLINAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	Geografia e Gênero
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	Teorias Feministas
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (PUC-GO)	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)	Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidade
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	Arqueologia e Gênero
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	-
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)	-
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)	-
UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS (UNIMES)	-
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)	Gênero e Feminismo na Arqueologia

Fonte: elaboração própria.

A partir da tabela acima, podemos observar que 38,4% dos cursos de Bacharelado em Arqueologia do país apresentam pelo menos uma disciplina sobre gênero e/ou feminismo, ofertada de forma optativa. Em algumas graduações existem disciplinas como Tópicos Especiais, que podem ou não ter discussões e bibliografias sobre gênero, porém, essas disciplinas não foram consideradas nesse levantamento, visto que sua ementa pode ser alterada conforme os interesses de cada professor/a que as ministrará.

Acredito que se houvesse mais espaços, dentro dos cursos de formação, para fomentar discussões que envolvem as temáticas feministas e de gênero dentro da Arqueologia, seria uma forma de visibilizar as problemáticas que as pessoas marginalizadas dentro da área sofrem, seja no ambiente acadêmico ou não. Além de ser uma forma de proporcionar um ambiente de acolhimento para possíveis denúncias e rede de apoio às vítimas de violência dentro da Arqueologia.

No artigo “Quem somos nós? Ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: primeiras aproximações”, de Meilam Viganó Gaspar *et al.* (2020), foi realizado um levantamento inicial do universo populacional das pessoas que atuam na Arqueologia no Brasil. A primeira amostra que as/os/es pesquisadoras/es obtiveram, é de que há 1.112 mulheres, 1.002 homens e 3

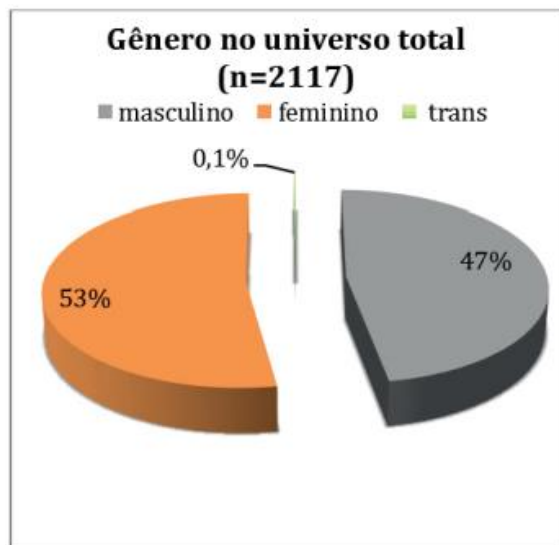


Figura 9: Percentual da comunidade profissional arqueológica no Brasil por gênero. **Fonte:** Gaspar *et al.* (2020).

peças. A pesquisa indica que, somente entre 1990 e 1999, a comunidade profissional arqueológica brasileira apresentava um universo feminino inferior ao universo masculino e que somente no ano de 2011 surgiram pessoas que se autodeclararam trans publicamente.

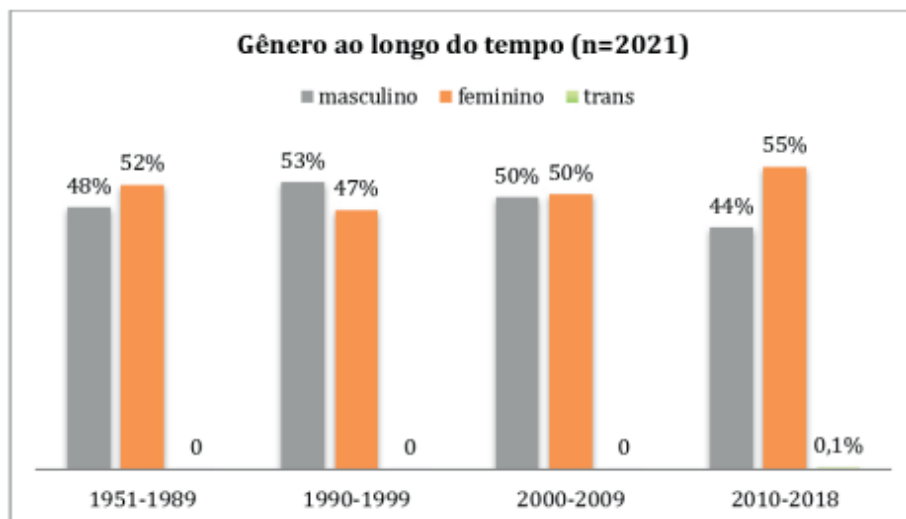


Figura 10: Percentual da comunidade profissional arqueológica brasileira por gênero ao longo do tempo, ao considerar o ano de ingresso na primeira graduação. **Fonte:** Gaspar *et al.* (2020).

Depois de observarmos as figuras acima, que apresentam dados estatísticos graficamente, é possível inferir que as mulheres, desde os primeiros anos da Arqueologia Brasileira, estavam protagonizando. Porém esses dados quantitativos não indicam se as relações de trabalho eram e/ou são igualitárias. Com as nossas narrativas que estão sendo evidenciadas nesta pesquisa, está

sendo possível observar que no ambiente de trabalho da Arqueologia persiste o machismo, o patriarcado e as relações de opressão. E por que afirmamos que a Arqueologia é um ambiente majoritariamente masculino, se os números nos dizem o contrário?

Atualmente, 53% das pessoas atuantes em Arqueologia no país são mulheres. Pessoas que se identificam, publicamente, como trans participam da Arqueologia a partir da década de 2010. Esses números, no entanto, não mostram se as relações estabelecidas entre as pessoas são igualitárias nem sua posição profissional na Arqueologia (GASPAR *et al.*, 2020, p. 169).

A partir desses dados, para compreender como o setor da Arqueologia Preventiva é um ambiente machista, precisamos refletir, inicialmente, sobre a formação acadêmica antes de falar do trabalho propriamente dito, visto que a discussão que estou trazendo em minha pesquisa não é uma particularidade da Arqueologia Preventiva. Para adentrar nesse tema, recorro de um episódio de quando eu estava realizando a minha formação. Um dia fui para a aula de uma disciplina que não citarei o nome, era na primeira hora da tarde e eu a recém havia saído do Restaurante Universitário (RU). Naquele dia, a sobremesa do RU era banana e eu levei uma para comer em sala de aula. Infelizmente, fui vítima de violência diante de todos/as/es meus colegas: o meu professor fez um comentário de conotação sexual, insinuando que eu adorava banana. Aquele comentário, carregado de assédio, soou como uma piada para todos/as/es, e a turma ria daquele comentário infeliz. Eu me senti constrangida, mas ignorei, reprimi aquele sentimento, já que havia sido uma “piada”. Hoje não tenho dúvida alguma de que aquele comentário foi um assédio tratado de forma naturalizada.

[...] a universidade é um ambiente rico e potente na produção do conhecimento, formação profissional, debates, desenvolvimento de diretrizes de vanguarda à educação e à cidadania, mas é também um ambiente desigual, inseguro, coercitivo e intimidador às mulheres em geral (ALMEIDA; ZANELLO, 2022, p., 20).

As instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, apresentam uma dualidade de significados, principalmente para grupos em processo de exclusão, como os de mulheres negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+ e outros. Espaços de construção do conhecimento e de formação também são ambientes desiguais, com alto índice de assédios e violências por parte de professores/as,

funcionários/as e alunos/as. As violências de gênero no ambiente universitário não só acabam com o psicológico e com a autoestima das vítimas, como também destroem carreiras. Fabiane Gama e Marielen Baldissera (2022) falam que diversas estudantes trancaram disciplinas, semestres e até mesmo optaram por trocar de cursos em função das violências que vinham sofrendo em festas e encontros universitários, dentro e fora dos muros da universidade.

Os relatos das minhas interlocutoras denunciam episódios de perseguição dentro dos ambientes acadêmicos, que fizeram com que a Arqueologia não fosse mais uma opção a ser exercida enquanto profissão. Como motivação da desistência do curso de graduação em Arqueologia, a interlocutora conta: “A maior motivação não foi o corpo docente da universidade, não foi o curso, porque eu amava e amo arqueologia, eu estava realizando fazendo aquilo. A maior motivação mesmo foi o assédio que eu sofri”.

Outra situação está associada à falta de apoio às vítimas de assédios por parte de lideranças, gestoras/es, coordenadoras/es dos projetos de pesquisas, laboratórios e de setores dentro dos cursos de Arqueologia.

[...] nesse meio tempo, ele começou a me importunar bem claramente, e aí eu fui, conversei com minha orientadora dizendo que eu não estava gostando daquele assédio, bem característico mesmo de chegar no corredor e me pegar pelo braço. Era bem constrangedor e ela começou a levar na brincadeira. Foi quando começou a me incomodar muito. Ela falava, “a, mas ele é solteiro”, essas coisas que se falavam naquela época, apesar de que para mim, não justifica, porque eu não estava trabalhando com ninguém que não tinha acesso a informação, muito pelo contrário (Interlocutora).

[...] mesmo passando por tudo isso, eu não ia desistir do curso de jeito nenhum, eu tinha certeza de que eu ia conseguir continuar, mas ficou insustentável, eu tinha que faltar aula porque ele me perseguia, toda vez que ele me via no campus ele vinha atrás de mim. Teve uma outra situação também, que a professora viu ele me pegando pelo braço, gritando comigo, mas enfim, essa foi a maior motivação para eu desistir do curso que eu sempre quis fazer (Interlocutora).

As universidades, por serem compostas por membros da sociedade, não estão livres de serem caracterizadas como espaços de violências. Surpreende que no espaço acadêmico, ambiente composto por pesquisadores/as com alta formação – pensando na orientadora citada pela interlocutora –, possam ainda

“desconhecer” o que são violências de gêneros, quais os tipos de violências e as estratégias de combate a essas situações (GAMA; BALDISSERA, 2022).

Em muitos casos de assédios, os assediadores interferem tanto no psicológico das vítimas que conseguem fazer com que elas se sintam culpadas por algo, criam nas vítimas uma dependência emocional, confundindo os sentimentos, as percepções sobre o assediador e, até mesmo, fazendo que com elas não reconheçam que estão passando por uma situação de assédio.

“Eu sou tão bom para você, eu não sei porque você não gosta de mim” ele dizia isso, e eu me sentia super culpada. Eu não tinha a dimensão, hoje em dia eu sou uma pessoa totalmente diferente. Eu me informo, eu sou feminista, eu leio muito sobre isso, eu já consigo reconhecer situações de assédio, mas naquela época eu não era assim. Foi o meu primeiro contato com universidade, com conteúdo acadêmicos, ainda era tudo muito novo para mim, eu não sabia reconhecer muito bem o que estava acontecendo (Interlocutora).

Um comentário que frequentemente se escuta na Arqueologia é “o que acontece em campo, fica em campo”. Argumentos como esse só corroboram para que não haja um diálogo dentro das universidades sobre as práticas arqueológicas que acontecem fora dos muros das instituições, de modo que o fazer arqueológico torna-se um ambiente machista e hostil.

Na própria graduação, durante os campos que são exigidos fazer, presenciei situações desconfortáveis de que por ser mulher não conseguiria fazer tal coisa ou de que certos modos de ficar no processo de escavações atraía olhares maldosos, além de falas do tipo “o que acontece no campo, fica no campo!”. Coisa nunca deve existir (Interlocutora).

Na prática arqueológica, a segregação horizontal é recorrente. Precisamos falar das pessoas que não conseguem acessar o mercado de trabalho devido ao seu gênero, além de serem as mais violentadas em nível nacional. Para trazer algumas estatísticas, de acordo com o documento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras de 2022, o Brasil é o país que mais registra casos de assassinatos de pessoas trans no mundo. De 2008 até setembro de 2022, foram registrados 4.639 assassinatos, dentre os quais 1.741 ocorreram no Brasil, isso equivale a 37,5% dos casos.

Conforme a ANTRA, a violência de gênero é a principal causa desses assassinatos (BENEVIDES, 2023). Esses dados são importantíssimos, visto que as pessoas LGBTQIAPN+ compõem um grupo totalmente marginalizado no Brasil, e existe uma hipersexualização e fetichização dos corpos das pessoas travestis e transexuais, que fica evidente nesta pesquisa a partir do relato da interlocutora trans.

E aí tem acho que uma das partes que eu acho que mais me afetou que é o assédio sexual que a gente sofre por conta dos nossos colegas, especialmente os homens, enfim isso sobre caiu em cima de mim de uma forma gigantesca, além de me sexualizarem por ser mulher, existe a hipersexualização e a exotificação por eu ser mulher trans. E ao mesmo tempo tudo isso acontece no sigilo, os meus colegas me chamavam às escondidas para ter relações com eles, que eu não queria ter. E aquilo era algo que só ficava ali, entre eu e aquela pessoa, não podia sair daquele espaço, porque existia toda uma lógica do falocentrismo ser algo frágil, porque para que aqueles homens possam. Quando esses homens são vistos publicamente com mulheres trans, para os outros homens que olham esse homem, esses outros homens passam questionando ou deslegitimando a masculinidade deles. Então eles têm uma tendência a nos procurarem no sigilo, a nos pagarem pelo sigilo. Então o que é a prostituição, as pessoas não estão pagando a gente somente pelo prazer sexual, elas estão pagando a gente pelo silêncio, o valor é pelo silêncio, para a gente não contar para ninguém, para a gente não aparecer com eles em público. Isso machuca muito, ali eu estava vendo não só uma questão de hipersexualização, de me colocarem em um espaço de trabalho sexual compulsório, ou seja, sem que eu queira estar, sem que eu quisesse participar daquilo. E ao mesmo tempo, dentro dos espaços sociais, quando a gente estava com outras pessoas, eu era excluída, eu não fazia parte daquilo, eu não tinha relações sociais com aquelas pessoas, especialmente com aqueles caras porque eles não queriam que ninguém soubesse disso (Interlocutora).

Violet Baudelaire Anzini (2021), em “A queda do falo: Arqueologia do cotidiano de travestis e mulheres trans”, denuncia os dilemas, as dores, os assédios e as violências sofridas por ser uma mulher trans dentro de um ambiente universitário. Sobre a hipersexualização, a autora diz que isso afeta as pessoas trans diariamente em seus cotidianos, seus trajetos de ir e vir.

Quase todos os dias eu os vejo pela universidade, eles me vêm, olham com olhares de lobos famintos, mas ficam distantes, só se aproximam se eu estiver sozinha e em um espaço com poucas pessoas ou nenhuma pessoa. Mas jamais chegam próximo de mim se houverem outros homens heterossexuais, heteronormativos e cis por perto. Pois sua cisheteromasculinidade tóxica é colada em jogo, afinal de conta, se eles seriam vistos pelos outros homens, como um cara que se

interessou pela corpa de uma mulher trans e travestis, e a maioria das pessoas não nos vem como mulheres, mas como se fossemos “homens”. Neste jogo de desejo, tais caras sentem que precisam se aproximar de nós no sigilo para saciar seus desejos ocultos por nossas corpos, e jamais assumiriam publicamente que sentiram desejo por uma mulher trans. Mas, sentem tanto que temos centenas de combinações na redes sociais, sentem tanto que o Brasil é o país que mais consome pornografia sobre mulheres trans e travestis, sentem tanto que 90 % de nossa população está na prostituição (ANZINI, 2021, p. 149-150).

As arqueólogas LGBTQIAPN+, quando conseguem uma oportunidade, são alocadas, em muitos casos, em tarefas que exigem menor esforço físico, já que há uma insinuação de que são frágeis. O uso de ferramentas pesadas, como cavadeira manual articulada, enxada, pá de corte e outras, geralmente está associado à figura do homem, enquanto aos outros grupos destinam-se tarefas repetitivas e minuciosas, como o serviço de laboratório. Isso não é uma regra, há exceções. Porém, quando essas pessoas estão em uma prática de campo, em um ambiente machista, acabam sofrendo outras violências de gênero que podem não ser tão sutis como a descrita anteriormente. O sexismo na Arqueologia faz com que essas pessoas não consigam adentrar no mercado de trabalho, como o relato da interlocutora que enfrenta transfobia na profissão.

Eu não tive nenhuma experiência de trabalhar no mercado de trabalho formal em arqueologia por contrato, as que eu trabalhei foi na arqueologia acadêmica, que o processo seletivo é diferente, do que quando a gente tá trabalhando com uma empresa que tem um processo seletivo muito mais baseado em ideais de marketing, de administração e todo um contexto comercial. Embora que na prática a gente saiba que na prática a pesquisa vai ser a mesma coisa, as teorias, as metodologias vão ser as mesmas, só o modo de ingressar vai ser diferente, talvez a remuneração. Mas eu não tenho tanta experiência, porque desde que eu me formei eu senti muita dificuldade de adentrar no mercado formal de trabalho e eu não entendo porque existe essa dificuldade, eu não entendo porque eu não consigo, eu tenho um ótimo currículo, eu sempre tirei notas altas na graduação, já apresentei muitos trabalhos, eu tenho um currículo melhor do que muitas pessoas cis, no sentido de quantidade de coisas que eu fiz, mas ainda assim eu não consigo adentrar, eu fico pensando se isso é por causa da falta de experiência, se isso é por conta da transfobia ou se é por conta das duas coisas, uma coisa é um colega seu que tá fazendo um doutorado te chamar para escavar, as vezes ele nem te paga porque não tem dinheiro, aí você vai voluntariamente ali, outra coisa é você ir trabalhar em uma empresa se licenciamento ambiental onde a pessoa nunca falou sobre gênero, nunca pensou sobre essas questões, só está ali para contratar alguém para fazer um laudo ambiental e precisa de um arqueólogo,

precisa de uma arqueóloga porque tem que ter um arqueólogo ali naquele espaço. E aí de fato, eu acho que é muito mais fácil de ter um viés transfóbico no processo seletivo porque as pessoas vêm, descobrem que eu sou uma pessoa trans. Existe uma ideia no senso comum da sociedade, e o senso comum adentra o ambiente acadêmico ou do ambiente profissionais especializado, das pessoas que tem formação de ensino superior, que mulheres trans não são inteligentes, não tem capacidades, que elas só sabem se prostituir, as vezes pode ser que esses estereótipos afetem. Mas como que eu vou saber se de fato é isso, se no mercado de trabalho formal da arqueologia, isso é uma dúvida (Interlocutora).

A interlocutora trans denuncia que apesar da sua formação, qualificação e alta produção acadêmica, a mesma não consegue se inserir no mercado de trabalho formal na Arqueologia. Compreende que dentro das empresas que costumam contratar este tipo de trabalho especializado, as de Arqueologia Preventiva, não existem diálogos que envolvem gênero e, sendo assim, a transfobia estaria mais evidente em um processo seletivo para uma vaga de trabalho formal. Bruna Benevides (2023) evidencia o que significa o comportamento transfóbico, ou seja, são:

quaisquer atitudes inferiorizantes, degradantes ou humilhantes que pode ou não incluir agressões físicas, verbais, simbólicas, materiais, patrimoniais e/ou psicológicas manifestadas com o intuito de violar direitos, negar acesso ou dificultar a cidadania, coibir a livre expressão de gênero, assim como a de negar o reconhecimento da autodeclaração de gênero de travestis, transexuais e demais pessoas trans, quando sua identidade de gênero for um fator determinante para essas violências ou violações, seja por ação direta ou por omissão (BENEVIDES, 2023, p. 18).

Uma interlocutora transexual, ao ser questionada sobre ter desistido da área, salienta que desistiu de atuar no mercado de trabalho da Arqueologia pelo fato de o ambiente ser muito machista, mas segue usando as discussões da Arqueologia em pesquisas acadêmicas, visto que ela segue se qualificando. Denuncia seus enfrentamentos no ambiente acadêmico, no curso de Antropologia, onde um professor da universidade faz uso de seu poder, sexualizando a aluna e pedindo favores sexuais.

Eu não desisti porque eu sempre uso, mas de continuar estudando. Trabalhando não, porque é muito machista, mas, na real, na antropologia também é porque querendo ou não tem um homem do outro lado que começa com aquelas histórias de que você tem que emprestar um favor sexual pra conseguir algo aqui

dentro. Da onde que veio isso? Isso eu acho horrível, eu acho terrível porque a partir do momento que um homem tem poder e ele pode usar esse poder da pior forma possível e os homens eles utilizam, eles pedem favores sexuais, relação de assédio sexual pelo poder que ele tem. É dar um poder na mão de um homem que eles já começam a manipular e colocar condições “e se e se”. Esse é um fato que eu acho que tá para além da arqueologia, eu acho que extrapola a área (Interlocutora).

Tipo “eu só vou deixar você passar se você me chupar” umas coisas assim. Da onde que tá vindo isso (Interlocutora).

Benevides (2023, p. 19) salienta que “a sensação, enquanto corpo trans, é de insegurança em todo espaço”, e conforme as falas das interlocutoras, o ambiente universitário é um espaço hostil para seus corpos. Os assédios sexuais por parte dos professores acontecem de forma escancarada.

Aconteceu de eu estar na sala de aula e vir um professor e “ah hoje é o último dia de aula “ e vir me dar um selinho e eu fiquei “porque tu tá me beijando assim”. Ele me deu um selinho na frente de todo mundo e eu não entendi nada, foi o professor. Eu não entendi nada e eu não queria (Interlocutora).

Anzini (2021) relata, em sua pesquisa, um episódio dentro da universidade que poderia ou não estar associado a uma atitude transfóbica por parte de uma professora do curso de Arqueologia. A docente tinha disponível uma bolsa a ser ofertada para uma pessoa estudante do curso, e ao invés de criar um processo seletivo que levasse em consideração as diferentes questões socioeconômicas e de vulnerabilidade dos/as/es estudantes, a professora realizou um sorteio, o qual pode ter favorecido uma pessoa que talvez não precisasse de uma bolsa.

[...] dentro do contexto universitário, mulheres trans e travestis encontram dificuldades econômicas, e não conseguem aderir ao mercado de trabalho formal e/ ou por que suas famílias são pobres, além do fato de não conseguirem ter acesso à estágios e bolsas em função do preconceito, sendo assim, somos uma categoria que tem menos possibilidades de construir um currículo acadêmico e profissional, eu naquela época, por exemplo, fazia trabalho sexual para conseguir me manter. (ANZINI, 2021, p. 141).

Essa falta de apoio no ambiente acadêmico, por parte do/as docentes, aparece de várias formas, às vezes de forma escancarada e outras vezes bem sutil. Observo por meio da transfobia presente nos relatos, dos assédios sexuais

e a omissão diante de casos de assédios, que deixa vítimas de violência sexual desistirem de um futuro na Arqueologia e formam arqueólogos assediadores que vão continuar repetindo inúmeras violências no mercado de trabalho. Uma estudante de Arqueologia, depois de ter passado por um estupro por parte de um colega de graduação, relata como se sentiu com relação ao corpo docente da universidade e à própria instituição:

[...] a universidade eu não me senti protegida por ela, depois que eu abri o processo, eu levei o boletim de ocorrência, eu levei a medida protetiva até a assistente social, expliquei o que estava acontecendo, falei que eu não conseguia me manter na cidade, eu já tinha perdido o prazo para conseguir os auxílios quando eu tive os problemas financeiros, então eu falei “olha eu não to conseguindo me manter aqui, eu preciso de assistência”, eu morava no mesmo condomínio do assediador, a gente morava a uns dois ou três prédios de distância, mas era dentro do mesmo condomínio, e as vezes, ele ficava do lado de fora do meu prédio, eu conseguia ver ele da minha janela lá parado [...] então eu não me sentia segura, eu falei isso na universidade, eles disseram que não podiam fazer nada porque já tinha passado os prazos, daí curiosamente, quando ele me perseguiu dentro da universidade, que uma professora e um professor viram, curiosamente a universidade conseguiu me dar uma assistência de moradia, quando a universidade começou a ser envolvida na problemática, eles resolveram me dar assistência.

Por que ocorre essa omissão e silenciamento diante de diferentes casos de assédio que passam por debaixo dos olhos daqueles que nos representam? Uma interlocutora conta que, durante a graduação, um professor da universidade que fazia uso de cachimbo e maconha, sabendo que a aluna também fumava, convidou a mesma em um domingo para fumar e conversar sobre a pesquisa que ela começaria a desenvolver no início da graduação.

Eu pensei comigo, vamos parar em alguma praça e vamos fumar. Daí no trajeto assim que eu tava dentro do carro dele, ele: - Ah tu não leva mal, mas a gente precisa ir num lugar mais reservado porque eu sou professor, e aí fica ruim pra mim, alguém me ver fumando maconha. E eu, não tem problema. Só que daí no trajeto o cara estava me levando pro motel (Interlocutora).

Apesar de achar um pouco estranha aquela situação, imaginou que por ele ser um professor da mesma instituição em que ela estudava, por ser um arqueólogo reconhecido e por estar ali na posição de um mentor para a pesquisa

que começaria a desenvolver, não tinha maldade, iam fumar, conversar e cada um seguiria seu caminho.

Daí a gente chegou lá e aí ele puxou um cachimbo indígena que tinha e uma bolsinha cheia de remédios, vários faixa preta. Daí começamos a conversar e tal, fumamos e eu sempre fazendo perguntas acadêmicas, naquela busca de que eu achava na minha cabeça, que ele podia ser um mentor ali pra mim no início de carreira e tudo mais. E aí nas conversas ele não queria falar de ciência, ele não queria falar de arqueologia, não queria falar de nada, ele já estava puxando pra assunto pessoal, eu não me lembro direito o que. Do nada ele sentou do meu lado e botou o braço em volta do meu ombro (Interlocutora).

A interlocutora conta que deu uma lição de moral nele, dizendo que ele era casado, tinha filhos e que não é porque estava em um motel que teriam relações sexuais, já que eles estavam ali porque ele não podia ser visto fumando maconha na rua. Quando vieram em evidência alguns casos de assédio dentro da graduação, a interlocutora relatou o que tinha acontecido com a coordenação do curso de Arqueologia e, em um primeiro momento, recebeu um apoio, mas no outro dia a coordenação alegou que uma professora do curso falou que se ela estava em um motel com ele, era porque ela queria “e de fato eu quis ir, mas não significa que eu queria dar para el. Foi um erro, eu contei para as piores pessoas que tinham que saber disso” (Interlocutora).

[...] teve uma situação que o assediador disse que ia se matar, ele fugiu de casa, eu estava em uma sessão de terapia naquele dia, aí a coordenação do curso que eu estudava me ligou, falou: – Onde você está? Eu falei: – Olha eu estou aqui no consultório, eu tô numa sessão de terapia. Aí ele disse: - o fulo fugiu da casa dele, a gente não sabe aonde ele está, ele deixou uma mensagem suicida para a mãe dele, a gente não sabe se ele está indo atrás de você, então aonde você está, fique segura aí, porque a gente não sabe aonde ele está. Uma situação assim, super tensa, e aí nesse dia a psicóloga dele me ligou e eu me senti tão constrangida, parecia que eu era o motivo do suicídio dele, o cara me ameaçou várias vezes, “Se você não vier me encontrar, eu vou atrás de você”, ele dizia assim, mandava umas mensagens dessas [...] Era horrível, nesse dia a psicóloga dele me ligou e eu me sentia responsável pela vida do cara [...] Mas eu não me senti segura pela universidade, tiveram esses atritos, a gente fazia terapia no mesmo lugar, então as vezes eu ia lá e ele chegava, e eu tinha que sair, ali na assistência estudantil. Eu acho que eu deveria ter sido mais priorizada, a minha saúde deveria ter sido mais priorizada do que a dele, eu acho que ele tinha rede de apoio, ele estava com família, ele tinha como pagar medicamentos, tinha como pagar terapia e eu não tinha nada daquilo entendeu, eu ainda tinha que ficar me desdobrando, me flexibilizando para não encontrar com ele no momento da minha

terapia, tinha que ficar me preocupando se ele estava bem na cidade ou não, porque ele podia se matar a qualquer momento e colocar a culpa em mim (Interlocutora).

As vítimas são culpabilizadas ou colocadas diante de situações em que se sintam responsáveis pelo que passaram. Conforme Rakell Moreira *et al.* (2019), culpar as pessoas que sofreram violência pela violência sofrida, contribui para a continuidade e a manutenção da violência de gênero, além de desempoderar a vítima. Ocorre uma desfiliação social, visto que outras vítimas não denunciam casos de assédio que tenham sofrido pela postura das instituições que favorece a cultura do estupro, reproduz as desigualdades de gênero e deixa os assediadores impunes.

5. Práxis Arqueológica e o Patriarcado

De acordo com Sura S. Carmo e Flávia C. C. Vieira (2020), o campo da Arqueologia cresceu nas últimas décadas em função da abertura dos cursos de graduação no país. Esse crescimento pode ser observado através das portarias de campo, emitidas pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA), ao longo dos anos de 1992 a 2019.

No universo amostral da pesquisa de Gaspar *et al.* (2020), em um recorte temporal de 1991 a 2016, foi constatado que existe um equilíbrio entre as pessoas que já emitiram portarias de campo com relação à categoria de gênero, conforme pode ser visualizado na Figura 10. Mesmo com esses dados, acreditamos que no ambiente da Arqueologia Preventiva existem tantas relações desiguais e assédios em função das equipes de



Figura 11: Quantidade de pessoas com autorização de portarias por gênero. **Fonte:** Gaspar *et al.* (2020).

campo terem uma rotatividade frequente e ser uma prática com equipes temporárias (POUGET, 2010) que se formam para atender demandas de projetos específicos, fazendo com que a grande maioria das contratações se configure como trabalhos informais.

Uma das temáticas que vem sendo abordada pela antropóloga bell hooks (2021) é sobre as mulheres e o trabalho. Ela reflete que uma parcela do movimento feminista, partindo das reformistas, defendia que a libertação da dominação masculina seria consequência da inserção das mulheres no mundo do trabalho. Porém, nesse período, as mulheres negras já faziam parte da mão de obra da classe trabalhadora. A luta por direitos e salários igualitários no trabalho não excluiu a discriminação de gênero nesse ambiente, visto que a maioria das mulheres recebe salários inferiores aos dos homens.

Em um dos lugares que trabalhei, uma das dificuldades que eu tive com relação a gênero foi o pagamento do salário, de valores. Por mais que eu fosse muito amiga de uma das donas da

empresa, é como dizem, amigos, amigos, negócios a parte. Eu nunca chegava o suficiente para ganhar o valor que o meu colega ganhava, eu podia fazer mais que ele. Ele ganhava o dobro, porque ele era homem, porque ele vendia melhor o peixe dele, isso é uma coisa que eu não sei, eu não sei vender meu peixe de jeito nenhum. Isso foi uma coisa que me desestimulava bastante lá (Interlocutora).

Diversas situações comprometem a harmonia no ambiente de trabalho, sendo as mulheres as mais afetadas neste cenário. Compreendo que as arqueólogas estão expostas a inúmeros tipos de assédios, tais como físico, moral e psicológico. Durante a *live* especial mês do orgulho Por trás das trincheiras: Vivências LGBTQIA+ no fazer Arqueológico, Edithe Pereira conta que faz parte da segunda geração de arqueólogos/as, e que no museu em que trabalhava, foi a primeira pessoa a obter o título de doutora, então ia para campo coordenando vários técnicos. Nesses momentos das práticas de campo, geralmente no interior, ela observou como se davam as relações, e sempre se referiam aos homens e não a ela, que naquele momento era superior às pessoas que estavam ali “ou então eu tinha que ser mulher de algum deles para poder tá ali” (PEREIRA, 2022, 43:23min. *apud* SAB, 2022).

Em um trabalho de Arqueologia Preventiva um motorista terceirizado ficava me assediando com olhares impróprios, depois ficou ligando sem se identificar. Só parou quando descobri que era ele e ameacei denunciar. Outra situação foi que passei anos sendo perseguida no trabalho por um outro funcionário, parente dos proprietários da empresa. Ele ficava vigiando o horário que chegava, fazia de tudo para me denegrir profissionalmente, chegou a jogar o carro dele contra o que eu e outra amiga estava durante deslocamento para o trabalho de campo. Por conta de uma mediação com meu chefe nunca cheguei a prestar queixa na delegacia, mas me arrependo profundamente. No trabalho de campo uma engenheira me questionou quanto a paralisação da obra por conta de achado arqueológico e só quis parar as atividades depois que meu chefe falou com ela. Outras situações em relação a assédio moral e psicológico também ocorreram, mas de forma mais branda. O problema é que só percebi depois (Interlocutora).

O trabalho durou por volta de 26 dias, tinha dias que o trajeto do hotel até a área do empreendimento levava 30 minutos, outros levavam mais de 1 hora, e lá pelo 7º dia (não lembro o tempo correto), estávamos fazendo esse deslocamento e o motorista da empresa colocou a mão dele na minha coxa. No início eu ia sentada no banco da frente, e nessa ocasião, a arqueóloga coordenadora estava cochilando no banco de trás, ao lado dos dois ajudantes. Na hora que isso aconteceu, eu gelei por dentro, não sabia o que fazer, nunca tinha passado por aquela situação. Eu não sabia se eu tirava a mão, se eu perguntava o que ele

pensava que estava fazendo, eu literalmente não sabia o que fazer.

O trabalho aconteceu normalmente, eu me senti angustiada, envergonhada, parecia que eu tinha feito alguma coisa errada. Eu fui silenciada pela minha inocência, pela minha falta de reação e instrução. Eu tinha vergonha de contar essa situação para a arqueóloga que estava coordenando nossa frente de campo, eu tinha medo de que ela não acreditasse no que eu diria. Esse silenciamento durou uns 4 dias, e aquela invasão do meu corpo se repetiu por mais três vezes, só que em uma situação pior, pois naquela semana a arqueóloga adoeceu, levamos ela para uma clínica médica particular, paga pela empresa. Ela ficou no soro naquele dia e nós fomos trabalhar, porque seria um prejuízo para a empresa não ter a equipe em campo e, tecnicamente, eu nem poderia assumir uma frente de trabalho sozinha, sem a presença da arqueóloga, já que eu não era formada. Mas foi o que aconteceu, fomos trabalhar, eu, o motorista e os dois ajudantes. Nesse dia, ele, o assediador, repetiu o assédio mais umas três vezes, e a cada vez que aquilo se repetia, eu sentia raiva e mais medo, mas já não era um medo de que não acreditassem em mim, era medo de que aquele assédio tomasse uma dimensão maior, já que estávamos no interior (área rural) de uma cidade que já era considerada o interior do estado Maranhense. Estava indo trabalhar em um local totalmente isolado, com três homens desconhecidos. Eu tinha impressão de que a qualquer momento eles iriam se virar contra mim, que eu seria estuprada e deixada ali. Naquele dia que eu estava ali sozinha, trabalhando com aqueles estranhos, decidi que se eu chegasse no hotel eu tomaria uma atitude.

Morrendo de vergonha, suando frio, tremendo de nervosismo e ansiedade, eu contei para um amigo arqueólogo que já trabalhava na área há algum tempo, e ele me incentivou a contar para alguém da empresa com urgência, além de me contar uma situação de assédio que outra arqueóloga, amiga dele, já tinha passado. Foi então que eu falei para a arqueóloga que estava trabalhando comigo e liguei para um dos coordenadores do campo, que ficava na sede da empresa e que, coincidentemente, tinha sido o mesmo coordenador do campo que eu havia trabalhado no Rio Grande do Sul. Ele demonstrou total solidariedade com a situação e se encarregou de conversar com as donas da empresa. Sim, a empresa era dirigida por mulheres. A postura das empresárias foi uma delas me ligar e perguntar se caso o motorista me pedisse desculpas, poderíamos seguir com o trabalho. Às vezes esperamos demais das outras, achamos que as mulheres terão mais empatia por serem mulheres, quando na verdade não podemos generalizar. (Relato autoetnográfico - Posfácio)

Muitas empresas, das mais diversas áreas, aderem à contratação de familiares no seu corpo técnico, o que em muitas situações coloca esses contratados a situações um tanto quanto complicadas, pois por serem funcionários de confiança dos/as/es gestores/as, as arqueólogas, quando vítimas de um assédio, já sofrem durante o processo de denúncia, e por sofrerem o assédio por parte daqueles contratados/as/es advindos de vínculos familiares,

muitas vezes são colocadas/os/es em dúvida quanto a se tal situação se enquadra como assédio. Na hipótese de o assediador ter vínculo familiar e/ou afetivo com os/as/es gestores/as, a vítima sente-se mais coagida em fazer a denúncia, o medo torna-se parte do processo.

Uma interlocutora, ao relatar uma situação de constrangimento e vulnerabilidade em campo, onde passou por uma ameaça por parte dos trabalhadores, não teve nenhum acolhimento por parte da sua gestora “A minha chefe falou o seguinte, você tem que abrir a bolsa, tirar um canivete e cortar uma fruta, mostrar para eles que você está armada. Eu ouvi um negócio desses.” (Interlocutora). Ou seja, novamente voltamos no que já havíamos refletido anteriormente, as instituições e os representantes das empresas e/ou universidades, não estão preparados para o acolhimento das vítimas de violência, fazendo com que as posturas que tomam façam com que novas vítimas não deem queixa pela falta de justiça.

Já passei por várias situações, que eu não quero mais passar. Vou fazer outra faculdade. Sem contar que a gente não tem a menor segurança, a gente dirige cansada, depois de campo, na chuva, e nada disso é contabilizado no salário. [...] eu cansei e quando eu vi a evasão das mulheres do lugar que trabalhei, mulheres inteligentes, com doutorado sendo convidadas a se retirar, eu pensei, a próxima sou eu (Interlocutora).

As arqueólogas vítimas de opressões, violências, assédios morais e sexuais estão evadindo da Arqueologia, mesmo que os números mostrem que existe igualdade de gênero no mercado de trabalho, as mulheres estão desistindo, “eu aprendi muito no licenciamento ambiental, mas é uma área que me deu muito burnout, eu estava muito mal e resolvi mudar. Entrei para o curso de engenharia aqui no estado, na federal e pedi demissão, sai na loucura” (Interlocutora).

5.1. Gênero e raça: cotidiano de violência na Arqueologia

Considerando os diferentes marcadores sociais da diferença evidenciados ao longo dos diálogos com as interlocutoras que participaram desta pesquisa, observei que era possível refletir sobre as categorias de raça e gênero enquanto abordagem interseccional. A filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2017) propõe uma reflexão sobre a descolonização da universalização da categoria

mulher, trazendo à tona as vozes que são esquecidas no feminismo hegemônico. Para ela, há um olhar colonizador sobre os corpos, os saberes e as produções das mulheres, ou seja, elas não são pensadas a partir de si mesmas, e sim a partir do colonizador. Nas palavras da autora: “Se, para Simone de Beauvoir, a mulher é o Outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba, a mulher negra é o Outro do Outro, posição que a coloca num lugar de mais difícil reciprocidade” (RIBEIRO, 2017, p. 23).

Será que tem como a gente falar de gênero, sem falar de raça? Sabe, dentro da arqueologia é bem complicado, você conseguir se inserir como mulher preta, dentro do licenciamento ambiental. Teve uma vez que eu tava no refeitório e parei para analisar e comecei a contar, 1, 2, 3, 4, 5 acho que tinha umas 5 a 6 pessoas que eram pessoas pretas em cargos de chefia, 5 pessoas pretas, dentro de uma construtora. E aí se você for analisar a obra no geral, o licenciamento ambiental em geral, a obra, o complexo eólico seja lá o que for, você vê que grande parte dos funcionários dessa obra, são pessoas negras, mas ela tá dentro de cargos operacionais, você não vê o povo preto dentro de cargos de chefia (FERREIRA, 2021 *apud* PROSPECTA JR., 2021a).

A antropóloga Lélia González (2020) chama a atenção para o fato de que no Brasil existe uma divisão racial do trabalho, sendo a população negra a mais atingida em questões de taxas de desempregos e subempregos. Existem profissões às quais as mulheres negras não costumam ser requisitadas como, por exemplo, para recepcionista de grandes empresas, comissária de bordo etc. Algumas empresas, para a contratação, solicitam “uma boa aparência”, o que para Lélia é traduzido como “negra não serve” (p. 218).

Trazendo o conceito das margens do Estado, proposto por Veena Das e Poole (2004 *apud* LIMA; LIMA, 2018), essas se diferem de limites geográficos pré-estabelecidos. O Estado está enraizado nas práticas, nas linguagens e nos lugares. As pesquisadoras apontam que as margens são periferias habitadas, lugares onde as violências são reforçadas pela possibilidade de violação dos direitos e o espaço entre os corpos, as leis e as disciplinas. Ou seja, o poder exercido pelo Estado para disciplinar os corpos, reforça as sociedades que estão na posição das margens. Para trazer um exemplo, González aponta as violências que os negros sofrem nas ruas em função da cor e por estarem na posição de desemprego. A citação a seguir reflete esse conceito da margem do Estado, onde o abuso de autoridade rompe com os direitos básicos das pessoas:

Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policial conta ele. Quando seus documentos são solicitados (fundamentalmente a carteira profissional) e se constata que está desempregado, o negro é preso por vadiagem; em seguida, é torturado (e muitas vezes assassinado) e obrigado a confessar crimes que não cometeu. De acordo com a visão dos policiais brasileiros, “todo negro é um marginal até provarem o contrário”. (GONZÁLEZ, 2020, p. 46).

Em “Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano”, de Grada Kilomba (2020), a autora fala dentre outros aspectos, sobre as políticas do cabelo, trazendo reflexões sobre o processo de discriminação que as mulheres negras vivenciam. Na ocasião, Kilomba traz quatro relatos sobre o tema: I) o cabelo afro, tido como diferente, é um motivo para que as pessoas invadam o espaço de pessoas negras querendo tocar, passar a mão, etc. reforçando uma marca de opressão; II) questionamentos sobre se a mulher lava ou penteia o cabelo e como o faz, perguntas essas que associam as mulheres negras à sujeira e à domesticação colonial; III) o cabelo *black* natural como algo feio e depreciativo e IV) um homem branco, ao cheirar o cabelo de uma mulher negra e sentir o cheiro de coco, cantou uma canção alemã que fala de macacos como metáfora às pessoas negras.

Na Arqueologia, Rafael de Abreu e Souza (2020), em “Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira”, nos mostra como o racismo está presente no cotidiano de trabalho das pessoas negras. O arqueólogo expõe que os comentários racistas durante as escavações arqueológicas estavam associados à cor, ao cabelo ou ao nariz.

Nas equipes de campo com as quais trabalhei, quase todos se identificavam brancos, poucos recorriam às centenas de nomes que o Brasil possui para cores de pele, e quase ninguém era negro. Certa vez, depois de horas sob o sol durante uma prospecção, me chamaram de “tição”: termo comum usado para designar pedaços de lenha queimada e o Diabo. Engoli a seco, também durante um trabalho de campo, ao comentário sobre a rebelião em um presídio, quando cabeças de detentos decepadas foram mostradas na televisão: “mas olha a cor? Só podia ser preto” (SOUZA, 2020, p. 45).

Durante a II Semana de Conversações Arqueológicas, na mesa “Por onde caminha o gênero na Arqueologia?”, uma das arqueólogas que estava presente na conversa trouxe episódios de racismo que ela havia sofrido na profissão. Camila Ferreira (2021 *apud* PROSPECTA Jr., 2021a) falou sobre a política do

cabelo, no seu ambiente de trabalho o seu cabelo afro natural é motivo de piadas e risadas. Ela menciona, ainda, sobre inicialmente não reparar nos comentários sobre a sua pele, pois não se identificava como uma mulher negra. Atualmente, ao se reconhecer como negra, salienta a solidão que vivencia por conta do racismo.

E aí você, não sei como é para as outras pessoas, eu sinto uma solidão muito grande, o que mais acontece é o racismo dentro da obra, com situações muito sutis, antes a uns 3 anos atrás, eu não me identificava como mulher preta, e eu tava na obra, e chegavam comentários e passa, não é uma coisa que tá muito sensível, a gente acaba passando, mas hoje o tempo todo é feito alguns comentários, principalmente quando a gente mostra esses traços da negritude, um exemplo muito besta, quando a gente coloca o capacete, o cabelo fica meio assim, meio fuizado, e isso dentro da obra, para as pessoas que estão lá, é motivo de chacota, risadas, motivo de comentários, é uma violência que a gente sofre, a gente que tá ali naquele ambiente, a gente sofre essa violência, as vezes é muito sutil, as vezes não (FERREIRA, 2021 *apud* PROSPECTA JR. 2021a).

Esse relato que evoca a solidão que a interlocutora sente é carregado de dor, visto que ela se sente sozinha e não sabe se outras arqueólogas passam por situações diferentes ou semelhantes às que ela tem vivido. Aqui, vemos explicitamente o racismo, uma das formas de violência que está no cotidiano da vida da interlocutora.

De acordo com González (2020, p. 217), as mulheres negras são uma das mais exploradas e oprimidas da sociedade brasileira, o processo de sofrimento e essa discriminação pode se dar por diferentes formas, seja por meio das questões raciais, sociais ou até mesmo sexuais. Uma interlocutora negra, ao ser questionada sobre haver ou não diferença salarial por conta do gênero na empresa em que trabalhava, conta que além das questões de gênero, havia diferença racial.

A gente percebeu uma diferença racial, eu e meu amigo negro entramos recebendo menos que todos os outros brancos, a gente descobriu isso depois. Eu entrei primeiro, depois entrou um homem, eu entrei ganhando menos que esse homem, então também tem diferença entre homens e mulheres, depois eles equiparam o meu salário. Depois conversando com esse meu amigo, arqueólogo negro, perguntei quanto ele ganhava e ele me disse que percebeu que entrou ganhando menos que uma mulher branca e um homem branco, que entraram junto com ele. Além de ter uma questão de gênero, tinha uma questão de raça. As pessoas brancas que entraram para a empresa, tiveram a

passagem de avião paga pela empresa e ele que veio da mesma região, não. A gente foi descobrindo isso no caminho, conversando um com o outro. É sutil demais. Ninguém sabia o salário de ninguém, quando a gente ficou amigos por motivos óbvios, mesma cor, a gente percebia diferenças de tratamento, a gente percebeu que a diferença de tratamento estava gritante entre a mulher branca, homem branco da mulher negra e homem negro, eu nunca pensei que eu ia ver isso tão escancarado dentro da arqueologia (Interlocutora).

Ao longo do movimento feminista houve um esforço por parte dos grupos privilegiados de mulheres para modificar o mercado de trabalho, onde as reivindicações eram para que as trabalhadoras fossem melhor pagas, ou seja, que houvesse menos discriminação e assédio no ambiente laboral. O que aconteceu foi “os privilegiados ganharam poder de classe, enquanto as mulheres da massa ainda não tinham igualdade de salário com os homens” (bell hooks, 2021, p. 67). A diferença salarial reforça e reproduz o racismo dentro das instituições, é o mesmo papo que a Lélia González traz sobre as empresas que divulgam anúncios exigindo que para determinada vaga de trabalho precisa de uma “boa aparência”. Essa é uma das maiores declarações de que a empresa é racista, mesmo que de forma sutil, um pouco menos velada do que pré-estabelecer salários menores para mulheres negras, que podem exercer os mesmos papéis que o restante das colaboradoras e colaboradores e nunca ficar sabendo que está sendo discriminada.

Dentro da Arqueologia brasileira vemos um silenciamento sobre as práticas arqueológicas, pois há uma dicotomia das práxis desse campo do conhecimento entre os setores acadêmico e empresarial. Dentro das instituições de formação pouco se discute sobre os problemas enfrentados nas práticas de campo, esse pode ser um dos motivos que reforça o silêncio das vítimas. Veena Das diz que o seu trabalho demonstra que “a violência não é uma categoria transparente, porque não podemos aceitar a posição de que uma definição própria da sociedade sobre o que constitua ou não a violência seja suficiente para nós” (MISSE *et al.*, 2012, p. 342). A não negação do sofrimento e o estudo dos silenciamentos são um caminho de resistência que se apresenta como possibilidade de denúncia indireta das relações de opressão, seja por parte do Estado ou de sujeitos.

Essa situação do anel do dedo, nossa, por que em cada obra a gente precisa mostrar, se mostrar mais séria, porque as pessoas quando a gente dá um sorriso a mais ou diferente, elas já se acham no direito de que você tá ali tendo algum comportamento, com alguma intenção. Eu tava até comentando com a minha namorada, como é difícil, como é geralmente um ambiente hetero, eles sempre perguntam, cadê o teu marido? Teu marido tá aí? Eu virei hetero dentro da obra, porque eu não consigo chegar e dizer que eu namoro uma mulher, porque eu tenho certeza que isso vai gerar comentários, comentários nas minhas costas, e isso é uma dor, ouvir que o meu marido tá em casa, é uma dor. Mas eu prefiro que seja dessa forma, do que eu estar o tempo todo tendo que justificar e eles estar com piadinhas. [...] infelizmente a gente não se sente à vontade, para falar a real, as verdades que acontecem em nossa vida. Exatamente por isso, o preconceito dentro do licenciamento, dentro dessa parte da construção civil é muito forte (FERREIRA, 2021 *apud* PROSPECTA JR., 2021a).

Não adianta defendermos um discurso ou um feminismo liberal hegemônico sem pensar nas categorias oprimidas. Com o relato acima, podemos perceber a interseccionalidade, pois a arqueóloga além de negra e ser vítima de racismo, no ambiente laboral teve que se assumir uma pessoa heterossexual para não sofrer mais uma violência por conta da sua sexualidade. Então aqui existem atravessamentos relacionados a gênero, raça e sexualidade que geram uma discriminação social.

5.2. Ouvi que arqueóloga não podia ser mãe

As arqueólogas, ao se inserirem no mercado de trabalho, em muitos casos enfrentam dificuldades por serem mulheres e, também, por serem mães. No sistema patriarcal que estamos inseridas/os/es, pensar como se dão as relações familiares é um ponto importante, visto que os arqueólogos podem exercer os seus papéis de pais, sem prejuízos no trabalho e nas contratações, enquanto as mulheres talvez nem consigam um emprego na área por serem mães. Jade Mayer (2021 *apud* PROSPECTA JR., 2021b) gestou durante a graduação em Arqueologia e relata que algumas pessoas diziam que ela estragaria o futuro em função da maternidade.

Uma fala que me deixou desconfortável em uma entrevista de emprego, eu tava sendo entrevistada e falei que eu tenho um bebe recém-nascido, na época tinha acabado de nascer, fazia pouco tempo e a pessoa me perguntou se teria algum problema no bebe, se iria me atrapalhar em relação a maternidade, porque esse bebe iria me interromper durante o home office [...] Eu sinto um preconceito antes

de tentar trabalhar em campo, eu acho muito difícil alguém querer me contratar com um bebe, mesmo eu sabendo que o meu bebe não vai atrapalhar em nada.

Márjorie N. Lima (2021), em “Maternidade na Arqueologia. Estamos aqui e somos muitas!”, traz um relato de sua experiência ao tornar-se mãe. Dentre os desafios que a arqueóloga identificou na época, destacam-se as dúvidas sobre se aquele seria o momento certo de fazer uma pausa na carreira que ela estava construindo, se a ausência de produção científica em um determinado período não poderia refletir negativamente em seu currículo, além das instabilidades financeiras. “A maternidade ocupa dois polos na minha vida, sendo um o da realização de um grande desejo de ser mãe e o outro o desafio de conciliar a realidade da maternidade com meus estudos e área de atuação” (Interlocutora apud LOPES; ALFONSO, 2021b).

Milena Duarte de O. Souza (2021 apud PROSPECTA JR., 2021b), ao falar da maternidade na Arqueologia, acredita que existem pelo menos quatro fases. A primeira está associada à escolha de ser mãe, chamando atenção para que nem sempre gestar é uma escolha, e muitas pessoas tratam a maternidade como um erro, fazendo com que as mães/arqueólogas se questionem “*será que eu vou ser menos arqueóloga porque eu vou ser mãe?*”. A segunda fase diz respeito ao período da gestação e os riscos aos quais as profissionais ficam expostas, tanto nos trabalhos de campo, como nos laboratoriais. A terceira fase está associada ao afastamento da arqueóloga do trabalho, ou seja, da licença maternidade, dependendo do tipo de vínculo que a profissional tem. A quarta e última fase consiste no maternar, no retorno ao trabalho e no período de adaptação neste ambiente: “A maternidade me impede de ir a campo por períodos mais extensos e em locais distantes de onde resido, essa é a maior limitação [...] Quando estava grávida pensava em trocar de profissão porque estava desacreditada com a carreira no Brasil” (Interlocutora apud LOPES; ALFONSO, 2021b).

Uma das interlocutoras atuava em uma empresa de consultoria como autônoma e teve que se afastar durante um período por conta da gravidez. Ela relata que a empresa deu um suporte para ela, garantindo que após o nascimento do bebê e o período de adaptação, ela teria o mesmo posto de trabalho. A partir do relato, fica perceptível a violência institucional por parte da empresa, que corrobora a precarização do trabalho, visto que a arqueóloga não

tinha qualquer vínculo empregatício, ou seja, não teve direitos previstos na legislação trabalhista como licença maternidade, por exemplo.

Sempre com esse vínculo, não era nem autônoma, eu acho que eu recebia como autônoma [...] eu trabalhava todos os dias, tipo 8h e trabalhei todo esse tempo como autônoma. De fato, quando eu: mãe, quando eu terminei a graduação eu fui mãe, e era algo que para mim era importante, mínimo de estabilidade, apesar de que eu era parte do corpo da empresa, querendo ou não, gera uma instabilidade o fato de você não ser contratada, não ter nenhum tipo de amanhã. Por exemplo, me deram muito suporte no sentido de, “claro, quando você voltar, do seu filho nascer, e se ter o seu tempo de ta com ele e tal, com certeza você vai ter trabalho”. E realmente me deram trabalhos de campo que eu podia fazer, curtos, que para mim era um medo que eu tinha, porque o trabalho de arqueologia te demanda fazer trabalhos de campo mais de 1 mês, daí você ta lascada, eu como mãe era impossível, com um bebê pequeno não podia. Então isso era uma das grandes preocupações que eu tinha, talvez eu não possa nem ser arqueóloga, sabe, talvez eu não possa continuar nem atuando como arqueóloga. Nesse sentido foi muito bom, porque me garantiram essa coisa “pode ficar tranquila, você não vai ter que fazer campo de 1 mês, você vai fazer campos curtos enquanto seu filho é pequeno” [...] agora por exemplo meu filho é maior, ele tem mais de 10 anos, eu consigo fazer campos mais longos, mas quando ele era pequeno era impossível. Então nisso foi bom, eu tive esse suporte digamos, mas por outro lado em termos de precarização e direitos trabalhistas, tipo zero né, porque eu era autônoma então quando eu pari, tipo eu deixei de trabalhar e não ganhei nada, nem da previdência social, nem nada. Eu me dei licença no sentido que eu não trabalhei, mas não ganhei nada né, zero. Então eu fiquei tipo, 8 meses, e fui morar na casa da minha mãe. Com a gravidez jovem, tive que fazer esse rearranjo para subsistência, mas foi assim, em termos de precarização posso ficar aqui horas falando (risos) mas acho que esse foi uma das coisas que me marcaram muito (Interlocutora).

Muitas arqueólogas são mães solo e precisam contar com uma rede de apoio para conseguir ter autonomia na vida acadêmica, profissional e, até mesmo, social. Sobre os relacionamentos amorosos e a maternidade no trabalho, a interlocutora conta:

[...]eu acho que o campo acaba com todas as relações sociais que uma pessoa pode ter mas tirando essa minha visão pessimista de agora, acho que não afetou até meu filho nascer, não afetava né, porque ele entendia, até passei a valorizar isso nele, posteriormente, mas ele entendia. Quando nosso filho nasceu, sempre um estresse do cão, os cuidados todos que a gente sempre fala que se sobrecarrega a mulher, seja de pensar, tem que matricular não sei o que, tem que lembrar de comprar caneta, lembrar... enfim... todas essas coisas obviamente ele achava que uma vez que ele trabalhava, e era ele que recebia mais, ele estaria isento disso né, não era um papel dele. Então

claro, isso sempre implicou mil estresses, meus de tentar organizar com a minha mãe, que é a minha rede de apoio, por mais que você tenha amigos que possam quebrar um galho um dia, não dá para pedir para uma amiga ficar 3 semanas, então é isso né, claro impactou muito depois do nascimento do meu filho (Interlocutora).

O relato de uma das interlocutoras demonstra que na empresa em que trabalhava havia um equilíbrio com relação aos cargos considerando arqueólogas e arqueólogos, inclusive na posição de mães e pais, porém, a responsabilidade entre as duas categorias não se dá de forma equilibrada. A desigualdade aparece de forma que uma pessoa pode se ausentar do trabalho sem prejuízo para exercer seu papel de pai, enquanto do outro lado, a pessoa que não conta com uma rede de apoio, que exerce a maternidade sozinha, não pode se ausentar do trabalho, sem ônus, para resolver uma demanda da maternidade. Fica evidente a reprodução social patriarcal por parte da gestão da empresa onde, de forma consciente, os homens exercem seu privilégio enquanto as mulheres exercem a dupla jornada entre a profissão como arqueólogas e a maternidade de forma solo, sem apoio algum.

A empresa que eu trabalhei era equilibrado de homens e mulheres. Dois homens eram pais, e as duas mães eram mães só. Era interessante que um dos arqueólogos que era pai, ele saía, levava a filha na escola, voltava e tudo bem, quando uma mãe tinha que levar o filho no médico, era um problema, um grande problema (Interlocutora).

Nós estamos cada vez mais evadindo da profissão por conta dos inúmeros assédios e opressões aos quais estamos expostas durante a jornada de trabalho. Além de vivermos a precarização do trabalho, vivemos o tempo inteiro com medo de exercer a nossa profissão, seja por assédio ou por não poder planejar um futuro estável como qualquer carreira normal. Somos contratadas majoritariamente de forma irregular por MEI, somos forçadas a ter esse modelo de contratação, pois se não aceitamos, outras pessoas aceitarão. Não temos direitos mínimos trabalhistas, muito menos um plano de carreira, vivemos à margem.

Se eu quiser ter filho, como vai ser? Não tem plano de carreira para uma mulher na arqueologia, tem outras questões né, assédio. Uma vez o auxiliar falou para mim: você sabia que você

está aqui no mato sozinha com a gente e a gente pode fazer o que a gente quiser com você? Aí eu reportei para a empresa e ela sutilmente me diminuiu os trabalhos de campo. O cara fala um negócio desse e eu que fui punida. Aí começaram a dar identidade das pessoas que iam para campo só para mim, os caras que iam para campo, eles não têm nenhum registro sobre violência, “do fulano e do beltrano a gente vai pegar o documento porque você vai para campo”, daí eu comecei a me sentir constrangida, porque eu abri a boca, falei (Interlocutora).

Na minha empresa eu era a única mulher, eu não era a única sempre, éramos 4 mulheres, 2 mães foram demitidas. Uma outra disse que não queria ir e voltar todos os dias de carro, porque enfim né ficava o dia inteiro no sol no campo, queria ir e voltar para casa, outra por outras questões foi convidada a se retirar. Eu olhei para os lados e pensei, caramba estão demitindo todas as mulheres da empresa, só ficou eu. Foi um start que eu tive, se eu arrumar um filho ou se eu fizer algum tipo de objeção, eu vou ser a próxima a rodar [...] eu tenho consciência de porque eu fiquei, eu não tinha filho, estava divorciada e eu era sozinha aqui na cidade, então era: quer ir para não sei aonde? Quero. Tem que ficar 1 mês. Eu fico. Então é uma situação de vulnerabilidade, se eu falo não, como é que eu vou voltar para a minha cidade com uma mão na frente e outra atrás, se eu vim para cá para trabalhar nessa empresa (Interlocutora).

Sabemos que a categoria de profissionais de Arqueologia é desarticulada e possui inúmeros problemas associados à competitividade de mercado. Como não há uma representatividade da categoria que, minimamente, nivele os preços dos contratos de trabalho e os salários dos/as profissionais da área, existe uma instabilidade de mercado e uma precarização dos profissionais. Com mais de dez anos dos cursos de formação qualificando profissionais para a atuação, observo uma área com um mercado também instável em função do Estado e das mudanças e disputas políticas. Existe uma gama de pessoas disponíveis para encarar as demandas da Arqueologia Preventiva, mesmo que de forma vulnerável. Concordo com Souza (2020) quando ele responde a uma expressão frequente de crítica à Arqueologia Preventiva, que não se deve “trabalhar por dinheiro”, sobre a qual o arqueólogo argumenta que

A expressão soa fruto de um passado burguês no qual a família arcava com todos os gastos da filha ou filho que desejou ser arqueólogo: essa não é a realidade da maioria, em especial da geração formada após 2004 com o início dos cursos de graduação em arqueologia, e a expressão é não só simplista como ofensiva. Não acho que meus pais venderam sua alma ao capital para encher o bolso de dinheiro (SOUZA, 2020, p. 46-47).

Através das falas das interlocutoras, observei que apesar de existir um medo diário de viver de Arqueologia, aquelas que não desistiram da área se submetem a condições de vulnerabilidade e de subordinação no mercado de trabalho porque precisam ter independência financeira, precisam se alimentar e se vestir. Em função da necessidade humana de subsistência, aceitamos de forma impositiva o trabalho precário que nos resta.

Depois de trazer tantos desapontamentos, precisamos visualizar o que vem sendo feito ao longo do tempo – se é que existe uma tentativa – para romper com todas essas dinâmicas frustrantes presentes em nossa atuação. E agora? Existem organizações que nos representam? Existem organizações que lutam com a gente e tentam reverter esse cenário cada vez mais hostil para a diversidade de mulheres que atuam na Arqueologia? O que vamos fazer daqui para frente para minimizar esses problemas? Seguimos pensando.

6. E agora, esse cenário está em transformação?

Em abril de 2018 tivemos a regulamentação da profissão de Arqueologia, com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da Lei nº 13.653, 33 anos depois dos primeiros debates sobre a temática. De acordo com Tatiana Fernandes (2007), em 1985, durante a III Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), realizada em Goiânia (GO), iniciaram as primeiras discussões sobre a regulamentação da profissão “o próprio destino, o papel da arqueologia e do arqueólogo, as deficiências da legislação em vigor e, a interferência do Poder Público na atividade científica” (FERNANDES, 2007, p. 52). Depois de cinco anos de regulamentação, podemos dizer que o cenário profissional se mantém igual, visto que não houve avanços no sentido de sindicalização e organização da categoria, fator que poderia diminuir a precarização do trabalho.

No cenário político nacional, as legislações ambientais, as práticas do licenciamento ambiental e, conseqüentemente, a atuação da Arqueologia nesses processos, ou seja, a profissão de Arqueologia, estão constantemente sob ameaças. Alguns exemplos disso foram os posicionamentos políticos ao longo dos anos de 2020 e 2021, onde o ex-ministro do Meio Ambiente se aproveitou do cenário pandêmico da Covid-19 para flexibilizar o agronegócio e o desmatamento, além de propor alterações na legislação que indicavam o fim do licenciamento ambiental. Outro exemplo foi o Projeto de Lei proposto no final de 2022, pelo ex-deputado Tiago Mitraud, onde previa a revogação de algumas legislações que regulamentavam uma série de profissões, dentre as quais a de Arqueologia obviamente estava presente. As mudanças na Arqueologia no mundo do trabalho acontecem em passos de formiga e a área está em constante risco.

Pensando nesse cenário, me proponho a refletir sobre a atuação da SAB enquanto uma instituição representativa da categoria, visto que atualmente é a única instituição existente. Mesmo que ela seja uma representação de caráter científico e não profissional, é a única organização que possuímos no momento. Além de ser uma associação que participou da luta contra a regulamentação da profissão desde a fase inicial, na década de 1980.

A SAB consiste em “uma associação civil de caráter científico, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por objetivo congregar arqueólogos e demais especialistas dedicados ao ensino, à pesquisa e à prática de arqueologia e áreas afins” (SAB-NET, s.d.). Atualmente a SAB é composta por cinco núcleos regionais, sendo eles: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Os núcleos regionais são uma forma de promover o intercâmbio e facilitar os diálogos entre as pessoas que atuam nas regiões, além de muitas vezes partilharem de contextos específicos de cada região.

De acordo com Glória Téga (2020a), a SAB foi fundada em 28 de março de 1980, durante o 3º Seminário Goiano de Arqueologia que acontecia em Goiânia (GO). Na ocasião, 42 pessoas assinaram a ata da assembleia de fundação, sendo elas 24 arqueólogas e 18 arqueólogos. Chama à atenção que, desde sua formação, havia mais arqueólogas do que arqueólogos figurando essa comunidade científica, e que ao longo de seus 43 anos de história (1980-2023), apenas seis mulheres estiveram à frente exercendo o cargo de presidência nesta Sociedade.

Atualmente a SAB possui Regimento Interno (2017), Código de Ética (2015) e Estatuto Social (2013). A partir da leitura desses documentos institucionais, me propus a fazer uma reflexão crítica sobre cada um deles.

O Regimento Interno trata-se de um documento complementar ao Estatuto Social, que tem como objetivo estabelecer regras de disciplinas internas para ajudar no bom funcionamento do estatuto da entidade. O documento é composto por 12 páginas e está dividido em 11 títulos, sendo eles: da natureza jurídica; das/os associadas/os; da assembleia geral; das eleições; da diretoria; do conselho fiscal; do conselho de ética; do conselho editorial; da comissão de eleição; dos núcleos regionais; e das disposições gerais, respectivamente.

O título I e art. 1º consiste na definição da data e local de fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira. O título II consiste na definição das categorias de pessoas que fazem parte da SAB, sendo elas: efetivas, colaboradoras, estudantes, institucionais e honorárias. Este título trata das comissões responsáveis pela admissão de novas pessoas associadas e pela exclusão de pessoas, com base nas regras previstas no Regimento Interno e no Código de Ética. Define quem faz parte de pessoas associadas, fundadoras e efetivas filiações. Estabelece o prazo de validade da associação com base na

categoria de estudante. No art. 3º do Regimento, são instituídas as etapas do processo de filiação nesta Associação. Os arts. 4º, 5º e 6º tratam das questões de pagamento da taxa de anuidade, como prazos de cobrança, quem cobra e quanto tempo de atraso leva a exclusão da associação.

O título III dispõe sobre a assembleia geral, que pode ocorrer de forma ordinariamente ou extraordinariamente, o tópico fala sobre o registro das atas. Aborda sobre a decisão da continuidade e renovação de Grupos de Trabalho, fóruns ou outras coletivas de organização, bem como quem tem direito ao voto. No título IX, são abordados os parâmetros de quando e como ocorrem as eleições para diretoria, comissão de seleção, comissão editorial, conselho de ética e conselho fiscal.

No título V, consta quais são as competências e atribuições da diretoria, entre elas estão: dirigir a SAB conforme os documentos oficiais da Associação, Estatuto Social e Regimento Interno; admitir e demitir funcionários/as; organizar regulamentos e regimentos; criação de comissões coletivamente e executar as decisões da Assembleia Geral. Depois esse tópico traz as competências de cada cargo que faz parte da diretoria, sendo: presidente, vice-presidente, primeiro/a e segundo/a secretário/a e primeiro/a e segundo/a tesoureiro.

No título VI, que se refere ao conselho fiscal, ou seja, na estrutura administrativa da Associação, compete a esse conselho, fiscalizar a gestão econômico-financeira e estatutária. Este conselho é composto por três pessoas associadas efetivas que tenham sido eleitas em Assembleia Geral.

O título VII trata do conselho de ética, que é composto por quatro pessoas associadas efetivas eleitas em Assembleia Geral. Este conselho é regido pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno e pelo Código de Ética da Associação.

No título VIII, consiste nas especificidades da comissão editorial, que é composta por três pessoas associadas efetivas, eleitas em Assembleia Geral. A essa comissão compete se responsabilizar pela organização e pelo processo editorial da Revista de Arqueologia da SAB.

O título IX trata da comissão de seleção, que é composta por três pessoas associadas efetivas eleitas em Assembleia Geral. Essa comissão é responsável pela admissão ou não, de novas pessoas que queiram integrar a Associação, conforme as regras previstas no art. 3º do Regimento Interno.

O título X, consiste nos núcleos regionais. Cada núcleo regional deverá ter uma Comissão Coordenadora com três pessoas associadas efetivas, sendo que uma delas terá o papel de Coordenação Geral. Este título estabelece as competências dos núcleos regionais, bem como regras gerais referente ao período de mandato.

Antes tarde do que nunca, o título XI e último, diz respeito as disposições gerais, em seu art. 39º consta: “No desenvolvimento de suas atividades, a SAB observará os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e de eficiência, e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, religião, orientação sexual ou político-partidária” (SAB, 2017, p. 12). Caso haja qualquer episódio de discriminação no desenvolvimento das atividades da SAB, se considera o Código de Ética da Associação, principalmente o item 2, que trata das pessoas e do coletivo, onde consta no subitem 6, sobre a não aceitação de pessoas associadas que pratiquem ou sejam coniventes com discriminação (SAB, 2015).

O Código de Ética tem como proposta principal:

[...] garantir a flexibilidade e a liberdade para se pensar e fazer Arqueologia, porém com três limites claros e rígidos: o respeito ao coletivo; o respeito à SAB e aos colegas de profissão; e o posicionamento contrário à mercantilização da cultura material arqueológica (SAB, 2015, p. 15).

O documento foi elaborado com direcionamento para os/as/es associados/as/es da SAB como instrumento de reflexão “sobre práticas, comportamentos e responsabilidades das associadas e dos associados da SAB” (p. 1). Ao longo do documento é inevitável observar que na redação do texto há uma tentativa da SAB à igualdade de gênero, já que ao falar dos/as/es profissionais da área, usam “arqueólogas e arqueólogos”. Apesar da preocupação com a escrita trata-se, contudo, de uma perspectiva binária, desconsiderando as pessoas não binárias que estão presentes na Arqueologia Brasileira.

O Código de Ética foi criado a partir de três eixos fundamentais, sendo eles: 1) a Arqueologia – que consiste nas/os profissionais arqueólogas e arqueólogos (e os arqueólogos?); 2) o social – pessoas e coletivos e 3) a

materialidade. Conforme o documento, o primeiro princípio é o de respeito “pelos” colegas e pela SAB, que se quer inclui elas/es.

O primeiro eixo, trata justamente da Arqueologia – que no documento é compreendida como as arqueólogas e os arqueólogos –, demonstra que esse universo da ciência arqueológica consiste em um espaço heterogêneo e plural que abrange pessoas com “múltiplas identidades”, tais como gêneros, idades, culturas etc. Neste eixo, há 5 tópicos que abordam desde o respeito que os associados e as associadas devem ter com as pesquisas teórico-metodológicas dos/as/es demais colegas da área e com a SAB, ao direito de se posicionar criticamente sobre as pesquisas de outros/as/es profissionais, porém, sem agressões ou difamações.

O segundo eixo consiste na relação entre arqueólogas/os/es e as comunidades e os coletivos locais, ou seja, os diálogos que são estabelecidos entre profissionais da Arqueologia e não profissionais. Esse eixo possui 9 tópicos que tratam desde a facilitação do acesso aos dados produzidos pelos/as/es profissionais para a comunidade em geral, como questões que envolvem assédios e discriminação.

A primeira reflexão que tive foi sobre o item 3 do Código de Ética, o qual apresenta que “As associadas e os associados da SAB devem tornar públicos, em linguagem acessível, os resultados de suas pesquisas e permitir o acesso amplo aos demais produtos e acervos gerados pelo estudo” (SAB, 2015, p. 2). É importante citar que algumas empresas de consultoria ambiental/arqueológica, proíbem os/as/es funcionários/as/es da equipe de divulgar os dados obtidos durante as pesquisas de campo. Acredito e defendo que a socialização do conhecimento arqueológico, dos resultados alcançados em uma pesquisa, da identificação, do registro e da interpretação de sítios arqueológicos precisa, necessariamente, ser divulgada, alcançado o público local e a comunidade científica de modo geral. Esse é um dever ético das/os/es cientistas que somos.

Infelizmente existem empresas/pesquisadoras/es que não se preocupam com essa extroversão do conhecimento. No caso da Arqueologia de Contrato, muito se vê a comunidade arqueológica recebendo a anuência do IPHAN para as licenças ambientais e encerrando os processos sem minimamente fazer uma produção científica. Dito isso, há dois cenários: 1) as empresas que proíbem a divulgação de dados que, em tese, são públicos, mas faz com que as/os/es

arqueólogas/os/es acabem se submetendo a essa política da empresa por ficarem coagidas/os/es, e 2) aquelas/es que não reverterem o conhecimento científico para a linguagem acessível por já terem cumprido aquilo que está previsto na legislação, fazendo ações pontuais na comunidade da área ou no município do empreendimento.

Outro tópico importante é o item 6 do mesmo documento, onde diz que “As associadas e os associados da SAB não podem praticar ou ser coniventes com assédio sexual, moral ou qualquer discriminação, seja de gênero, orientação sexual, identidade étnico-racial, social, cultural, religiosa ou econômica durante o exercício de sua profissão”. De 2015 – ano em que este Código de Ética foi instituído – até os dias atuais, quais as ações que a Sociedade de Arqueologia Brasileira realizou para combater essas práticas de opressão que são constantes no fazer arqueológico? Para fazer esse cálculo, tenho dúvidas se conseguimos encher uma mão.

As punições para as pessoas que cometem esses tipos de práticas, sejam racismos, assédios ou outros, são extremamente brandas, fazendo com que os episódios sejam repetidos. A exclusão de um/a/e associado/a/e da SAB que tenha cometido um assédio causa, exatamente, que tipo de prejuízo na vida deste/a indivíduo? Qual prejuízo seria capaz de “conscientizar” o assediador/agressor a não ter mais o mesmo comportamento? Eu não sei a resposta, mas tenho certeza que receber uma advertência ou ser expulso da Sociedade durante 24 meses podendo, ainda, requerer um reingresso, não conscientiza ninguém. Muito pelo contrário, reforça que o assédio pode acontecer e, dois anos depois, tudo volta ao normal, sendo reinserido na comunidade científica.

O item 7 do documento, acredito que, de certo modo, está atrelado ao item 3, já citado anteriormente. Na crise econômica e com alta taxa de desemprego, aqueles/as que estão atuando na Arqueologia, seja de forma informal ou formal, muitas vezes se vêem obrigados/as/es a concordar com o firmamento de contratos de sigilo, em que os dados das pesquisas não podem ser levados ao público.

As associadas e os associados da SAB devem ser contrários a assinar contratos de sigilo ou termos de confidencialidade sobre os resultados das pesquisas, já que todo e qualquer conhecimento arqueológico é,

por definição, de domínio público e, sendo assim, não deve sofrer qualquer tipo de sanção ou impedimento à sua publicização junto aos coletivos (SAB, 2015, p. 2).

Já o terceiro e último eixo diz respeito à materialidade arqueológica, que engloba não só os aspectos físicos, como também os bens de natureza imaterial, podendo estar associados tanto com o passado, quanto com o presente. Neste eixo, há três tópicos nos quais são abordadas questões sobre a não comercialização de bens arqueológicos.

A venda de materiais arqueológicos é proibida no Brasil, porém, frequentemente podemos encontrar peças à venda em sites como o Mercado Livre. A sociedade, em algumas ocasiões, não compreende que aquele bem possui apenas um valor histórico e cultural, não apresentando um valor monetário. Isso é reflexo da falta de políticas públicas voltadas para esse tipo de situação e que fiscalizem esse tipo de prática e anúncios.

O Regimento Interno do Código de Ética da SAB está dividido em 5 itens, sendo eles: Recebimento da denúncia; análise da denúncia; penalidades; recursos e Reingresso em caso de expulsão e disposições gerais. Em termos gerais, o Regimento Interno aborda especificamente a questão das denúncias, onde indicam que “Não cabe ao Conselho de Ética o papel investigativo. Cabe a ele, apenas, analisar a documentação enviada pelas partes e determinar as sanções aplicáveis” (SAB, 2015, p. 3). Ou seja, as penalidades com relação aos associados assediadores são brandas comparadas aos danos causados na vida das arqueólogas que são vítimas de violências.

O Estatuto Social da SAB (2013) tem 11 páginas e está dividido em sete títulos, sendo eles: da associação, dos/as sócios/as, das assembleias e reuniões, das eleições, das publicações, prêmios e divulgações, do patrimônio e disposições gerais.

O Título I – Da associação, é composto por dados básicos da Sociedade e indicando que se trata de uma sociedade civil de direitos privados, sem fins lucrativos. Por se tratar de uma sociedade composta por diversos/as profissionais e estudiosos/as da área e de áreas afins, a sede e o foro acompanham o endereço de domicílio do/as Presidente eleito/a. O objetivo da SAB é:

[...] congregar arqueólogos/as e demais especialistas dedicados/as à pesquisa, ensino e disseminação da arqueologia, patrimônio cultural e áreas afins, emanando o pensamento e o ideal coletivo de seus/uas, associados/as, viabilizando-os modo mais justo e perfeito possível (SAB, 2013, p. 1).

Com a finalidade de cumprir com seus objetivos, a SAB está organizada através de unidades de agregação que consiste em Núcleos Regionais que devem seguir o Regimento Interno da instituição.

O Título II – Dos/as sócios/as, regulamenta quais as categorias de associados/as, como os/as interessados/as fazem para congregar a Sociedade, o que os/as associados/as devem cumprir e quais situações eles/as podem ser excluídos da Sociedade. Além disso, fica estabelecido neste título, quais cargos fazem parte da Diretoria da SAB e quais suas competências e responsabilidades.

Sendo assim, os/as associados/as podem enquadrar-se como: efetivos/as, colaboradores/as, estudantes, institucionais e honorários/as. De acordo com o Art. 8º do Estatuto, poderão ser admitidos/as como sócios/as efetivos/as:

[...] portadores de títulos de graduação em cursos com linha de formação/habilitação em Arqueologia, portadores de títulos de pós-graduação *stricto sensu* em Arqueologia ou áreas afins com dissertação ou tese em Arqueologia, ou ainda, professores/as, pesquisadores/as com experiência comprovada na área de no mínimo cinco anos de atuação ininterrupta em atividades de pesquisa acadêmica (SAB, 2013 p. 2).

Além dos pré-requisitos apresentados acima, o/a candidato/a precisa encaminhar a Comissão de Seleção, o currículo vitae e duas cartas de recomendação de sócios/as que estejam em regularidade com as anuidades. De todas as categorias de associados/as, aqueles/as que tem direito a participar das reuniões e assembleias da SAB e direito ao voto, são sócios/as efetivos/as e colaboradores/as, já os sócios/as estudantes, institucionais e honorários podem participar, porém não tem direito ao voto.

Os/as associados/as devem cumprir e acatar o Regimento Interno, o Estatuto, o Código de Ética e manter em dia a taxa de anuidade. É passível de expulsão em caso de não pagamento da anuidade por 3 anos e por justa causa de má conduta, conforme consta no Art. 14 (SAB, 2013).

De acordo com o Art. 19, a SAB é composta por uma Assembleia Geral, Diretoria, Comissão Permanente de Seleção, Comissão Permanente Editorial, Conselho Fiscal e Conselho de Ética.

A Assembleia Geral é composta por dois/uas sócios/as e tem como atribuições: decidir as alterações de documentos como o Estatuto e Regimento Interno, aprovar e decidir as alterações cabíveis no Regimento do Conselho de Ética da SAB, estabelecer os índices de reajustes das taxas de anuidade a serem pagas pelos/as associados/as e apreciar recursos contra as decisões da diretoria, para citar alguns.

A Diretoria consiste no órgão executivo da SAB, composto por Presidente, Vice-presidente, Primeiro/a Secretário/a, Segundo/a Secretário/a, Primeiro/a Tesoureiro/a e Segundo/a Tesoureiro/a. A Comissão Eleitoral é composta por três sócios/as eleitos/as pela Assembleia Geral, e cabe a essa Comissão a publicação de periódicos ou avulsos, bem como manter a periodicidade das Revistas da SAB. O Conselho Fiscal é composto por três sócios/as efetivos/as eleitos/as pela Assembleia Geral, enquanto o Conselho de Ética é composto por três sócios/as efetivos/as titulares e um/a sócio/a efetivo/a suplente, eleitos/as também pela Assembleia Geral.

No Título III – Das Assembleias e Reuniões, são especificadas como e quando se dão esses eventos. Ou seja, as reuniões ordinárias ocorrem nos Congressos da SAB, onde é deliberado o relatório do/a presidente, relatório dos/as tesoureiros/as, parecer do Conselho Fiscal e a data e o local do próximo congresso.

Conforme o Art. 40 do Estatuto, a Assembleia Geral Ordinária é convocada e notificada aos sócios/as com pelo menos 60 dias de antecedência, podendo então os associados/as participarem de forma remota na tomada de decisões, como votação. Os detalhamentos da participação a distância são especificados no Art. 41.

No Título IV – Das Eleições, consta que as eleições para Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho de Ética, Comissão de Eleição e Comissão Editorial são realizadas a cada dois na os em Assembleia Geral Ordinária. A reeleição do/a mesmo associado/a para o mesmo cargo poderá ocorrer apenas uma vez. O Título V – Das Publicações, Prêmios e Divulgação, consta que a SAB fará uma publicação periódica dos trabalhos científicos dos/as associados/as e promoverá

campanhas de esclarecimento sobre a importância do patrimônio arqueológico brasileiro.

Caso a SAB seja extinta, o patrimônio de bens móveis ou imóveis será destinada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme previsto no Título VI. No VII Título e último, consta que a SAB só poderá ser dissolvidas com a deliberação de dois terços dos/as associados/as efetivos/as com o pagamento de anuidade em dia, presentes em Assembleia Geral Extraordinária previamente agendada 90 dias de antecedência.

Nos últimos anos, observamos que existe uma preocupação da SAB em tornar visíveis as questões de gênero, de assédio sexual e sexismo, possivelmente devido a um “boom” de denúncias e de movimentos organizados das arqueólogas. Depois de um longo período de silenciamento, em 2015 as arqueólogas criaram coletivamente um Zine, evidenciando práticas machistas que ocorrem na Arqueologia, além de propor estratégias para evitar opressões de gênero no campo de atuação.

Se para você as agressões ficam em campo, para nós elas se prolongam para a vida! Mesmo que as opressões físicas sejam mais facilmente reconhecidas, frequentemente outras formas são invisibilizadas ou naturalizadas e passam por piada, mérito pessoal, coisa “à toa” e até “cavalheirismo”. Não é engraçado comentar sobre o corpo das colegas de campo ou sobre suas orientações sexuais, muito menos invadir sua privacidade. Nós não temos que ser resistentes “como homens” para merecermos reconhecimento, e temos, cada uma a sua maneira, as mesmas capacidades que qualquer outra pessoa de sermos boas profissionais. Não é “educado” tirar uma ferramenta da mão de uma colega para “poupar-lhe” o esforço ou acelerar o trabalho. Muitas vezes temos que ouvir “Não se meta, não é da sua conta”, ou “Não podemos fazer nada, temos que terminar este trabalho”, quando nos posicionamos frente situações de desrespeito. Estas frases também são vetores e prolongamentos do machismo. Quando uma mulher é agredida, nos dói a todas, nos desrespeita a todas, nos mobiliza a todas. A ideia de que mulheres são competitivas por natureza é uma falácia e só colabora para a manutenção do status quo masculino (SOUZA *et al.*, 2015, p.2).

Um dos caminhos para minimizar os silenciamentos são grupos de apoio entre nós, arqueólogas, como é o caso do Coletivo Luzias. Trata-se de um grupo de *WhatsApp* com mais de 250 participantes que funciona como uma rede de contato entre as profissionais para o compartilhamento de materiais, esclarecimento de dúvidas, trocas de experiências, mapeamento de denúncias e apoio às vítimas.

Os eventos científicos da SAB, acontecem na esfera dos cinco núcleos regionais e a cada dois anos ocorre a SAB Nacional, que congrega todas as regiões do Brasil. Para aprofundar se a Associação vem se preocupando de fato com as pautas sobre a violência de gênero e os assédios dentro da Arqueologia, analisei o cronograma das quatro últimas edições do congresso (2015 até 2023, que ainda não ocorreu).

Tabela 7: Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira (2015 - 2023).

Edição e Tema	Local e Período
XVIII Congresso da SAB Arqueologia Para Quem?	Goiânia – GO 27 de set. a 2 de outubro de 2015
XIX Congresso da SAB Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no Contemporâneo	Teresina – PI 10 a 15 de setembro de 2017
XX Congresso da SAB Memória, Patrimônio Cultural E Direitos Humanos	Pelotas – RS 4 a 8 de novembro de 2019
XXI Congresso da SAB Arqueologias Conectadas	Diamantina – MG (Edição Virtual) 7 a 12 de novembro de 2021.
XXII Congresso da SAB Arqueologias Plurais: Políticas Patrimoniais E Desafios Contemporâneos	Florianópolis – SC 13 a 17 de novembro de 2023.

Fonte: elaboração própria.

O “XVIII Congresso da SAB – Arqueologia Para Quem?”, que aconteceu em 2015, em Goiânia, teve em sua programação a Solenidade de Abertura e 35 anos, Assembleia Geral Ordinária, Fórum sobre Ética na Arqueologia, as Conferências de Anne Pyburn, Alfredo González-Ruibal, Fabíola Andrea Silva, Eduardo Goés Neves e de Cornelius Holtorf. Além dessa programação, o evento contou com 21 simpósios temáticos.

Tabela 8: Simpósios temáticos do XVIII Congresso da SAB - Arqueologia Para Quem?

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	PROPONENTES
“Sedimentos Culturais” Depositados nas Margens do Madeira: A Arqueologia no Sudoeste Amazônico	Fernando Ozorio de Almeida
A Arqueologia e as Fronteiras do Capitalismo	Alejandro Haber Andrés Zarankin
Arqueologia para quem? Refletindo sobre a Relação Arqueologia, Museus e Sociedade	Alejandra Saladino Camila Azevedo de Moraes Wichers
Arqueologia nas Práticas Rituais	Cristiana Nunes Galvão de Barros Barreto Daniela Magalhães Klökler
Arqueologia Dentro e Fora D’água: Discussão sobre Questões Culturais em Ambientes Aquáticos	Beatriz Brito de Ferreira Bandeira Gilson Rambelli

Arqueologia dos Contextos da Diáspora Africana no Brasil	Luís Cláudio Pereira Symanski
Arqueologia e Comunidades Negras: Desafios Contemporâneos a partir do Passado	Louise Prado Alfonso
Arqueologia e Educação: Como Chegamos às Escolas?	Cilcair Lima de Andrade Carvalho Ramos Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira
Arqueologia Histórica e Meio Ambiente	Diogo Menezes Costa Marcos André Torres de Souza
Bioarqueologia	Danilo Vicensotto Bernardo Pedro José Tótor da Glória
Contribuições de Abordagens Tecnológicas para a Pré-História da América do Sul: Perspectivas Teóricas e Estudos de Caso	Barbara Romina Sacur Silvestre Maria Jacqueline Rodet
Dinâmicas das Paisagens na Amazônia Pré-Colombiana: Abordagens Interdisciplinares	Daiana Travassos Alves Denise Pahl Schaan
Estudos de Cultura Material na Amazônia: Questões Espaciais e Simbólicas	Denise Maria Cavalcante
Geoarqueologia	Rosicler Theodoro da Silva
Muitos Patrimônios, Muitas Práticas: Desafios em torno do Patrimônio Arqueológico da Amazônia	Carla Gibertoni Carneiro Maurício André da Silva
Paisagem, Lugar e Materialidade	Klaus Peter Kristian Hilbert Marcélia Marques
Plantas, Paisagens e Culturas no Passado: A Contribuição da Arqueobotânica	Caroline Bachelet Rita Scheel-Ybert
Povoamento e Diversidade Técnica [UISPP – Comissão América]	Antoine Lourdeau Sibeli Aparecida Viana
Povoamento Inicial da América Visto a partir do Contexto Arqueológico Brasileiro	Andrei Isnardis Horta Lucas de Melo Reis Bueno
Práticas Arqueológicas Colaborativas: Desafios e Perspectivas	Fabíola Andrea Silva
Teorias Feministas e Gênero na Arqueologia Brasileira – Por Que Não?	Loredana Marise Ricardo Ribeiro

Fonte: elaboração própria.

O “XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no Contemporâneo”, que aconteceu em 2017, em Teresina (PI), por ocasião do site oficial do evento e programação estarem indisponíveis, a análise de dados foi realizada através do livro de resumos do evento. O encontro contou com 23 simpósios temáticos.

Tabela 9: Lista de simpósios temáticos do XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no Contemporâneo.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	PROPONENTES
Políticas de Acervo para as Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico	Carlos Alberto Santos Costa Alejandra Saladino
Geoarqueologia e Paisagem	Rosicler Theodoro da Silva Marisa Coutinho Afonso
Arqueologias, Descolonialidade e Povos e Comunidades Tradicionais	Juliana Salles Machado Bueno Jorge Eremites de Oliveira

Alternativas de Interpretações de Arte Rupestre	Igor Linhares de Araújo Ana Luisa Meneses Lages do Nascimento
Vamos a la Playa: Arqueologia Costeira no Brasil	Daniela Magalhães Klöckler Jacionira Coelho Silva
Diálogo em Educação Patrimonial: comunidades e pesquisas arqueológicas	Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira Cilcair Lima de Andrade Carvalho Ramos
IPads na Trincheira: Arqueologia Digital no Brasil – Onde estamos?	Astolfo Gomes de Mello Araújo Priscilla Ferreira Ulguim
Povoamento da América e o último Máximo Glacial: Barreira Física, Populacional ou Intelectual?	Antoine Lourdeau Lucas de Melo Reis Bueno
Não-Arqueologias? Sobre outras formas de fazer e pensar arqueologias	Marcia Bezerra Caroline Fernandes Caromano
Arqueologia da Diáspora Africana e seus significados	Luis Claudio Pereira Symanski Marcos André Torres de Souza
Povoamento, Paisagem e Dinâmica Sociocultural no Cerrado	Márcia Angelina Alves Wagner Magalhães
Estudos na Arqueologia Histórica Amazônica	Diogo Menezes Costa
Contribuições de Abordagens Tecnológicas para a Pré-história Brasileira: Perspectivas Teóricas e Estudos de Caso	Maria Jacqueline Rodet Déborah Lima Duarte-Talim
Entre o Mestre-Sala dos Mares e a Porta-Estandarte dos Rios: Arqueologia e Ambientes Aquáticos	Leandro Domingues Duran Paulo Fernando Bava de Camargo
Formas Contemporâneas de Apropriação Arqueológica: Turismo, Educação, Coletivismo e Comodificação	Louise Prado Alfonso Renata de Godoy
Arqueologia Urbana em Áreas Públicas	Beatriz Valladão Thiesen Loredana Marise Ricardo Ribeiro
Arqueo-Devir	Andres Zarankin José Roberto Pellini
Arqueologia da violência contemporânea: A importância da Pesquisa Arqueológica para Memórias Silenciadas	Inês Virginia Prado Soares Caroline Murta Lemos
Gestão de Acervos Arqueológicos (Grupo de Trabalho)	Arkley Marques Bandeira Daiane Pereira
Abordando Grafismos Rupestres: Quais caminhos percorremos de agora em diante?	Andrei Isnardis Horta Vanessa Linke
O início da formação antrópica das paisagens culturais Amazônicas	Marcos Pereira Magalhães
Arqueologia Tupi	Ângelo Alves Corrêa
Tecnologia lítica e as dinâmicas culturais pretéritas	Eric Boeda Sibele Aparecida Viana

Fonte: elaboração própria.

O “XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos”, que aconteceu em 2019, em Pelotas (RS), teve em sua programação a assembleia geral ordinária, as mesas redondas: A Gestão do Patrimônio Arqueológico no IPHAN, novas perspectivas; Direitos Humanos, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Patrimônio Cultural e Museus; Patrimônio Cultural de Pelotas; SAB, IPHAN e IBRAM e 21 simpósios temáticos.

Tabela 10: Lista de simpósios temáticos do XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	PROPONENTES
“É na luta que a gente se encontra”: Arqueologia como resistência	Cristiana Nunes Galvão de Barros Barreto Juliana Salles Machado
Arqueologia Brasileira do Contemporâneo	Jaisson Teixeira Lino Diogo Menezes Costa
Arqueologia de Ambientes Aquáticos: Reflexões dos últimos 10 anos	Daniel Martins Gusmão Gilson Rambelli
Arqueologia do Colonialismo no Brasil	Marianne Sallum Marcos André Torres de Souza
Arqueologia do colonialismo, direitos humanos, memória social e conflitos socioambientais	Jorge Eremites de Oliveira Luana Carla Martins Campos Akinruli Carlos Xavier de Azevedo Netto
Arqueologia Histórica, Patrimônio, Memória e Identidade	Rhuan Carlos dos Santos Lopes
Arqueologia na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu	Valdir Luiz Schwengber Raul Viana Novasco
Arqueologias lindas: sobre outras formas de fazer Arqueologia	Mariana Petry Cabral Caroline Fernandes Caromano Marcia Bezerra de Almeida
Arqueologias Tupi	Ângelo Alves Corrêa
Arte e Arqueologia Rupestre, recortes teóricos, metodologias e práticas de campo e laboratório: uma revisão necessária	Claudia Inês Parellada Jedson Francisco Cerezer
Artefatos de pedra polida do passado antigo e do passado recente	Gustavo Neves de Souza
Contribuições da arqueometria para a arqueologia brasileira	Carlos Roberto Appoloni Renato Akio Ikeoka
Educação Patrimonial e Comunidades Tradicionais	Marlon Borges Pestana
Estudos em Antropologia Biológica: Perspectivas Bioarqueológicas	Danilo Vicensotto Bernardo Pedro José Tótora da Glória
Geoarqueologia: múltiplas abordagens e saberes	Julio Cezar Rubin de Rubin Laercio Loiola Brochier
Historical ecology and landscape archaeology in lowland South America / Ecologia histórica e arqueologia da paisagem nas terras baixas da América do Sul	Rafael Guedes Milheira Andre Carlo Colonese
Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Conservação: caminhos possíveis para a gestão do patrimônio arqueológico	Diogo Lemos Ribeiro Silva Cunha Lima
O Papel da Arqueologia na Interpretação Multivocal do Patrimônio e na Construção das Redes de Conhecimento	Cilcair Lima de Andrade Carvalho Ramos Marcela Nogueira de Andrade Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira
Tecnologia Lítica e as Dinâmicas Culturais Pretéritas	Sibeli Aparecida Viana Sirlei Hoeltz
Tecnologias perecíveis: abordagens arqueológicas e etnográficas	Rodrigo Lessa Costa Igor Moraes Mariano Rodrigues Fabiola Andrea Silva
Territórios e Territorialidades no Brasil, entre o Pleistoceno final e o Holoceno Médio	Lucas de Melo Reis Bueno Andrei Isnardis Horta

Fonte: elaboração própria.

O “XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas”, que aconteceu em 2021, em Diamantina (MG), de forma virtual, teve em sua programação a

Assembleia Geral da SAB, 5 Conferências, sendo: Arqueologia da Diáspora; Arqueologia e Gênero na América Latina; Por um Feminismo Decolonial, Antiextractivista y Antiracista em los Bordes de la Disciplina; Arqueologia e Licenciamento Ambiental; e Arqueologia do Presente e no Presente, 5 Mesas Redondas, sendo: Questões Indígenas: Arqueologia e Academia; Ética na Prática; Grupo de Trabalho Acervos Arqueológicos; Os Quilombos na Diáspora Africana e o Papel da Arqueologia; e Grupo de Trabalho Profissão de Arqueólogo no Brasil. Além de 36 simpósios temáticos.

Tabela 11: Lista de simpósios temáticos XXI Congresso da SAB - Arqueologias Conectadas.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	PROPONENTES
"O passado a nossa frente": (entre)tempos, lugares e materialidades	Juliana Salles Machado Rafael de Abreu e Souza
10 Anos do Projeto Médio Guaporé: abordagens transdisciplinares e avanços na arqueologia do sambaqui Monte Castelo	Francisco Pugliese
A arqueologia pública e a socialização da ciência arqueológica	Elaine Ignacio Maria do Amparo Alves de Carvalho
A Colonização da Amazônia desde o Holoceno Inicial	Marcos Pereira Magalhães
A presença do passado: arqueologia como ação política	Caroline Murta Lemos Fernanda Codevilla Soares
Acessibilidade do Patrimônio Cultural Arqueológico	Michelle Mayumi Tizuka Daniela Leles de Souza
Arqueobotânica: novas abordagens às relações pessoas-plantas na Amazônia	Daiana Travassos Alves Jennifer Watling
Arqueologia da Mineração: ambientes, paisagens e territórios	Carlos Magno Guimarães Luana Carla Martins Campos Akinruli
Arqueologia de ambientes aquáticos nas terras baixas sul-americanas	Rafael Guedes Milheira Andre Carlo Colonese
Arqueologia e Patrimônio Cultural Subaquático	Flávio Rizzi Calippo Luciana Bozzo Alves Luis Felipe Freire Dantas Santos
Arqueologia em Comunicação e Comunicação da Arqueologia	Mariana Petry Cabral Glória Maria V. Tega Calippo
Arqueologia em jogo: interatividade nos ambientes digitais.	Amanda Daltro de Viveiros Pina Alex da Silva Martire Priscilla Ferreira Ulguim
Arqueologia Intermundos: materialidades e mundos religiosos	Luciana de Castro Nunes Novaes
Arqueologia: Patrimônios e Territórios	Roberto Airon Silva Abrahão Sanderson Nunes F. da Silva
Arqueologias contra hegemônicas	Bruna Cigaran da Rocha Eduardo Góes Neves
Arqueologias do presente: intersecções, realidades e possibilidades no contexto brasileiro	Gabriela Prestes Carneiro Caroline Borges
Arqueologias e Comunidades: conhecimentos, demandas e estratégias de resiliência	Jorge Eremites de Oliveira Fabiola Andrea Silva
Arqueologias não contadas: fantasmas, assombrações, gênios e outras presenças.	José Roberto Pellini Marcia Bezerra

Arqueologias não reducionistas	Marcos Paulo de Melo Ramos Sibeli Aparecida Viana Grégoire André Henri Marie G. van Havre
Avanços da tecnologia lítica para a arqueologia pré-colonial brasileira	Juliana de Resende Machado Déborah Lima Duarte Talim Luiz Carlos Medeiros da Rocha
Bioarqueologia: integrando remanescentes humanos com seu contexto arqueológico	Pedro José Tótora da Glória
Conexões Karib: povos, pessoas e materialidades	Igor Morais Mariano Rodrigues Meliam Viganó Gaspar Marcony Lopes Alves
Contextos arqueológicos do Planalto Vulcânico do Sul do Brasil	Raul Viana Novasco Marcos César Pereira Santos Mirian Carbonera
Contribuições da arqueometria para a arqueologia brasileira	Renato Akio Ikeoka Carlos Roberto Appoloni
Cultivo e sociedades de meio termo	Rita Scheel-Ybert Celia Helena Cezar Boyadjian Rafael Corteletti
Educação Patrimonial e Pandemia Covid-19: o impacto nas ações educativas em tempos de isolamento social	Anne Kareninne Souza Castelo Branco Virginia Marques da Silva Neta
Entre a Arqueologia e a Etnografia: discutindo fronteiras temporais através do estudo de Coleções	Leandro Matthews Cascon
Entre Dinâmica Natural e Antropização: O Papel Integrador da Arqueologia Ambiental	Alberico Nogueira de Queiroz Olivia Alexandre de Carvalho
Gestão de Acervos Arqueológicos (Grupo de Trabalho)	Diego Lemos Ribeiro Daiane Pereira
Iconografias conectadas	Cristiana Nunes Galvão de Barros Barreto Andrei Isnardis Horta
Materiais e temporalidades do 'arqueológico histórico'	Sarah de Barros Viana Hissa
Paisagens, territórios, fronteiras e identidades na Amazônia antiga	Cliverson Pessoa Bruno de Souza Barreto Rafael Cardoso de Almeida Lopes
Práticas arqueológicas em Unidades de Conservação: histórico, transformações, colaborações e perspectivas	Jaqueline Gomes Santos Márjore do Nascimento Lima Maurício André da Silva
Quem conta nossas histórias?: arqueologias negras, indígenas e quilombolas na luta contra o racismo estrutural e a violência colonial	Rossano Lopes Bastos Rosinalda Corrêa da Silva Simoni Carlos José Ferreira dos Santos
Quem faz a Arqueologia (e como se faz a Arqueologia) no Brasil hoje	Caroline Fernandes Caromano Kelly Brandão Vaz da Silva
Socialização do patrimônio arqueológico: estratégias, práticas e possibilidades de comunicação e educação	Alejandra Saladino Cilcair Lima de Andrade Carvalho Ramos

Fonte: elaboração própria.

A programação do “XXII Congresso da SAB – Arqueologias Plurais: Políticas Patrimoniais e Desafios Contemporâneos” pôde ser analisada parcialmente, visto que se encontra em construção, pois trata-se de um evento que ainda não aconteceu e não foram divulgados as conferências e os simpósios temáticos aprovados. A programação conta com dois *workshops*, sendo eles:

Arqueologia na Prática: Aspectos Legais e Ocupação Profissional e Reflexões sobre a Pós-graduação e Pesquisa em Arqueologia. Foram divulgadas três mesas redondas, sendo elas: Arqueologia e Educação, Epistemologias Negras e Questões LGBTQIAPN+ (CONGRESSO SAB, 2023).

No “XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem?”, a única atividade associada à temática de gênero consistiu no simpósio temático “Teorias feministas e gênero na arqueologia brasileira – por que não?”, que teve como objetivo reunir produções acadêmicas de quatro eixos:

a) estudos empíricos de gênero e diversidade nos mais diferentes contextos temporais; b) problematização do conceito de gênero, outras abordagens feministas e seu emprego na arqueologia; c) crítica epistemológica da produção acadêmica brasileira e dos discursos arqueológicos sobre o passado; d) uso de teorias feministas nos cursos/disciplinas de graduação e pós-graduação em arqueologia. (RIBEIRO, 2015, 92).

No “XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no Contemporâneo” e no “XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos”, observei que não houve simpósios temáticos e mesas redondas que dialogassem sobre gênero, feminismo e a práxis arqueológica. Porém, na XIX edição, houve apresentações de trabalhos com pautas que envolvem os gêneros, seja por dentro dos simpósios temáticos ou em forma de comunicações avulsas.

Depois de dois biênios de congressos sem ter essas pautas em evidência, observo que a partir de 2021 há um movimento da Sociedade de Arqueologia Brasileira por visibilizar as questões de gênero em seus eventos. Como mencionado anteriormente, o XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas, que aconteceu de forma online, através de suas conferências, deu destaque para pautas da atualidade e antirracistas e decoloniais.

- * Arqueologia da Diáspora;
- * Arqueologia e Gênero na América Latina;
- * Por um Feminismo Decolonial, Antiextractivista y Antiracista em los Bordes de la Disciplina;
- * Arqueologia e Licenciamento Ambiental; e
- * Arqueologia do Presente e no Presente.

Com relação aos simpósios temáticos, o “Quem faz a Arqueologia (e como se faz a Arqueologia) no Brasil” traz diversos questionamentos sobre quais são as pessoas que estão trabalhando com Arqueologia no país e quais são os problemas que essas pessoas estão enfrentando durante a prática. Ou seja, tratou-se de um simpósio que se propôs a pensar sobre a práxis arqueológica do ponto de vista dos dilemas e desafios associados aos gêneros e às diferentes gerações de pessoas que estão atuando na área. Foi nesse simpósio que diferentes pessoas apresentaram pesquisas associadas às práxis do trabalho evidenciando questões de gênero, violência, assédio, precarização do trabalho e desigualdades.

Para o congresso que está sendo organizado no ano de 2023, existe uma programação prévia. Este ano o evento trará como pauta central as Arqueologias Plurais, novamente a SAB segue com um movimento de visibilidade dos grupos em processo de exclusão, isso fica evidente com a temática de duas mesas redondas que estão na programação do evento, que tratam das epistemologias negras e questões LGBTQIAPN+. Além dessas pautas, observo a práxis em evidência com a proposta dos dois *workshops*, Arqueologia na Prática: Aspectos legais e ocupação profissional e Reflexões sobre a pós-graduação e pesquisa em Arqueologia.

Outra observação realizada foram as propostas pontuais que a SAB organizou nos anos de 2020, 2021 e 2022. No mês de março de 2020, a associação lançou, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, uma série de *Podcast*, “O protagonismo das Arqueólogas na construção da Arqueologia Brasileira”, o objetivo da iniciativa foi “reafirmar a necessidade de valorizar a atuação feminina na pesquisa, gestão e conservação do Patrimônio Arqueológico Brasileiro” (TÉGA, 2020b).



Figura 12: Protagonismo das Arqueólogas na construção da Arqueologia Brasileira – 2020. **Fonte:** Spotify SAB.

Em 8 de março de 2021 foi transmitida pelo Canal do YouTube da SAB a Roda de Conversa Mulheres no Mercado de Trabalho da Arqueologia. Em homenagem ao dia e mês do Orgulho LGBTQIAPN+, em junho de 2021 foi transmitida, também no Canal do YouTube da Associação, a roda de conversa “Existências LGBTQIA+ no fazer arqueológico? Resistências, estratégias e futuros possíveis”. Em junho de 2022 a SAB promoveu a Live Especial Mês do Orgulho “Por trás das trincheiras: Vivências LGBTQIA+ no fazer Arqueológico”.

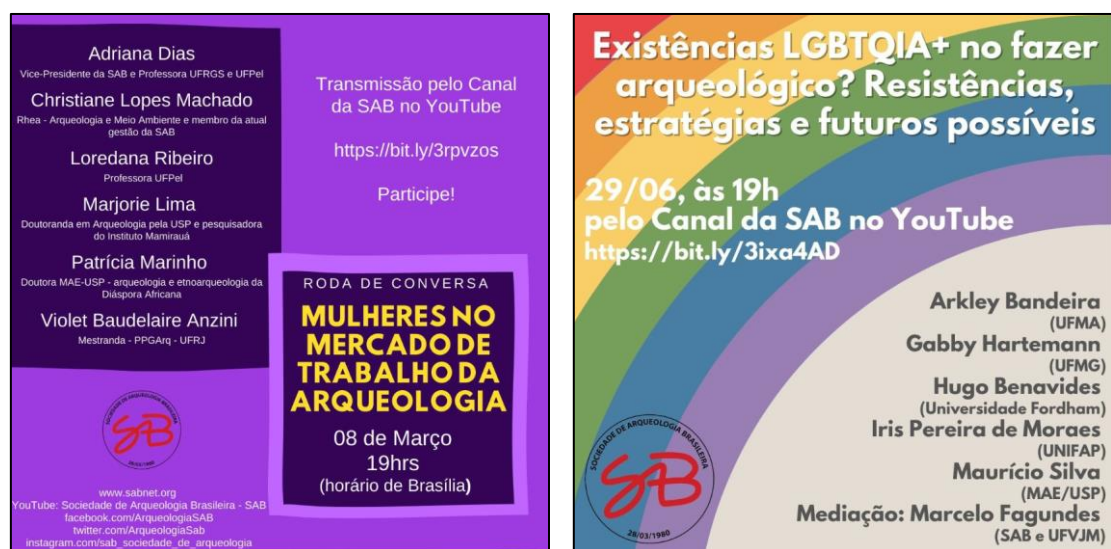


Figura 13: Postagem de divulgação das rodas de conversa do Dia Internacional da Mulher e Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ - 2021. **Fonte:** @sab_sociedade_de_arqueologia



Figura 14: Postagem de divulgação da roda de conversa do Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ - 2022. **Fonte:** @sab_sociedade_de_arqueologia

Durante o período pandêmico, pude observar que a proposta de *lives* possibilitou a abertura e a continuidade desses diálogos importantes para a Arqueologia. São nessas conversas *online* que começam a surgir relatos públicos sobre as dinâmicas de exclusão, desigualdades e violências na Arqueologia.

A roda de conversa Mulheres no Mercado de Trabalho da Arqueologia foi composta por uma diversidade de mulheres que representam as diferentes realidades de atuação na Arqueologia, como arqueóloga trans, pesquisadora, professora e atuante no mundo do trabalho.

Márjorie Lima abordou sobre os impactos produtivos e sociais que as mulheres têm durante sua atuação no ambiente acadêmico e depois no mercado de trabalho, em função da maternidade (LIMA, 2021 *apud* SAB, 2021b). Alguns dados apontam que o recorte da maternidade faz com que as arqueólogas abandonem a profissão com menos de 35 anos (DIAS, 2021 *apud* SAB, 2021b).

Na mesma roda de conversas, Violet Baudelaire pontua algumas situações que foram discutidas anteriormente nesta dissertação. As mulheres trans, em sua maioria, não acessam o mercado de trabalho formal e por conta disso, acabam atuando informalmente no trabalho sexual. A arqueóloga traz, na sua fala, as violências que já vivenciou, majoritariamente por parte de homens cis. Uma fala de denúncia sobre a hipersexualização dos corpos trans (ANZINI, 2021 *apud* SAB, 2021b).

Na fala de Christiane Lopes Machado (2021 *apud* SAB, 2021b), que esteve presente na conversa representando o mundo do trabalho, a arqueóloga destaca que há muitos anos atrás havia situações de assédio em campo, mas que naquela época essas violências não eram reconhecidas como assédios e por conta disso, os enfrentamentos se davam de forma silenciosa. Para as arqueólogas, o comportamento de se masculinizar era recorrente (ainda é) em todas as relações de trabalho que envolviam arqueólogos, comunidade, engenheiros, ajudantes de obra e empresários. “É como se o fato da gente ser mulher viajando com homens, para o meio do mato, isso tornasse a gente mais disponível” (MACHADO, 2021, 52:55min *apud* SAB, 2021b). Sobre essa masculinização, Loredana Ribeiro (2021 *apud* SAB, 2021b) pontua que esse era um dos problemas presentes na atuação com Arqueologia no licenciamento

ambiental, era necessário se masculinizar para estar em uma posição de igualdade com os arqueólogos.

Na roda de conversa Experiências LGBTQIA+ no fazer arqueológico? Resistências, estratégias e futuros possíveis, Maurício Silva aponta os três principais espaços de violências para a comunidade LGBTQIA+, sendo a escola, a família e o ambiente do trabalho. Pensando no recorte do ambiente de trabalho, ele pode ser um espaço de violência ou de acolhimento, onde geralmente essas pessoas estão entre a opressão e a resistência (SILVA, 2021 *apud* SAB, 2021a).

Na mesma conversa, Iris Pereira de Moraes menciona que mesmo existindo pessoas LGBTQIAPN+ na Arqueologia, elas não são acolhidas e as trajetórias são marcadas por muita dor. A pesquisadora conta que desde muito nova, desde o ensino médio, atua com Arqueologia, mas esse período foi marcado com assédios moral e sexual em campo e em laboratório, além de violação de direitos trabalhistas (MORAES, 2021 *apud* SAB, 2021a).

Arkley Bandeira (2021 *apud* SAB, 2021a) fala sobre o estereótipo do arqueólogo que é construído no entorno da virilidade, ou seja, são eles que são as pessoas fortes que resistem longas jornadas de trabalho com caminhadas sem beber água e passando fome, são essas pessoas que são capazes de fazer um bom campo, sem muitos questionamentos, já que as pessoas LGBTQIAPN+ e, posso dizer, as mulheres também, estão sempre à prova de fogo, tendo que demonstrar que estão aptas a encarar o ambiente de trabalho da Arqueologia. Nossas capacidades são medidas pelas diferenças de gêneros, em função do machismo presente na área, que mesmo que de forma sutil, está presente há muitos anos.

Mesmo que o relato não seja de uma pessoa brasileira, Oscar Espinoza Martin traz um relato na *live* especial mês do orgulho, Por trás das trincheiras: Vivências LGBTQIA+ no fazer arqueológico, que ele, enquanto uma pessoa não branca, filho de migrantes de Lima, de comunidades campesinas, por ser uma pessoa homossexual e racializada, sofreu discriminação na área de atuação no Peru, onde muitas portas foram fechadas por conta desses preconceitos, assumindo que foi uma vítima dessas situações. Ele propõe que a Arqueologia precisa começar a ser pensada a partir das emoções, dos corpos, dos sentimentos e sensibilidades (MARTIN, 2022 *apud* SAB, 2022), ou seja, a partir das nossas vivências.

Na mesma *live*, Laura de Paula Passos traz suas experiências na Arqueologia considerando, principalmente, os marcadores sociais da diferença de gênero e raça. Enquanto bissexual e negra, ela percebe que ainda se sente desautorizada a falar sobre esses assuntos em função da invisibilização e dos silenciamentos aos quais somos impostas. Essas exclusões marcam as violências oriundas do colonialismo, que ficam evidentes nesses espaços (PASSOS, 2022 *apud* SAB, 2022).

As discussões sobre violências de gênero, assédios sexuais e sexismo, são recentes no campo da Arqueologia, já que “apenas em 2015 a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) incorporou em seu Código de Ética a problematização sobre descriminalização de gênero, sexualidade, classe e identidade étnico-racial, e abriu a possibilidade de denúncia dos membros que desrespeitassem esta normativa” (FURQUIM; JÁCOME, 2019, p. 17). A abertura de um espaço de diálogo é um avanço, mas nós, arqueólogas, ainda somos desrespeitadas, violadas, somos diariamente desmoralizadas, subestimadas e desqualificadas em nossa profissão (LOPES, 2021).

De acordo com a cartilha da campanha “Não ao assédio sexista e sexual!”, da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB, 2020/2021, p. 7), “na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o assédio sexual cometido no ambiente de trabalho é considerado falta grave e pode ensejar a demissão por justa causa”. Precisamos (re)pensar em outras formas de assegurar os direitos das arqueólogas, tendo em vista que em função da trajetória da Arqueologia Preventiva e da precarização do trabalho, uma parcela significativa dos/as/es profissionais da área atua de forma autônoma, sem qualquer vínculo empregatício.

Demissão por justa causa e ser expulso da Sociedade de Arqueologia Brasileira não é o suficiente. Os assédios e as violências não partem somente de profissionais da Arqueologia (que depois, receberão uma leve punição, sendo desassociados da SAB), mas também de motoristas, ajudantes de campo e empreendedores.

Depois de mapear as ações realizadas pelas gestões da SAB durante uma década (2013 até junho de 2023), foi possível ter um panorama do que vem sendo desenvolvido pela associação no âmbito das discussões de gênero na profissão. Para a elaboração do Gráfico 2 as categorias de simpósios,

conferências e mesas redondas foram prospectadas com base nos eventos nacionais, ou seja, não foram considerados os eventos regionais. Para as atividades pontuais foram consideradas ações como *lives*, rodas de conversas, *podcasts* e elaboração de cartilhas.

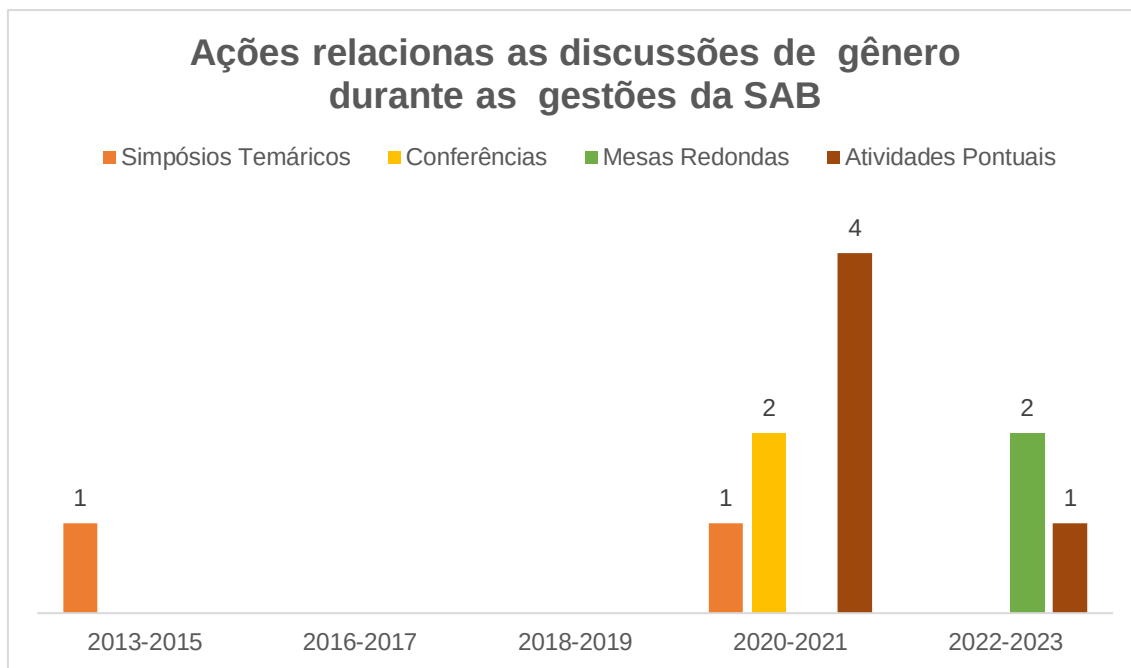


Gráfico 2: Ações relacionadas às discussões de gênero promovidas durante as gestões da SAB (2013-2023). **Fonte:** elaboração própria.

Com a análise do Gráfico 2, podemos observar que durante a gestão de 2013-2015, mesmo que timidamente, essas discussões estão presentes em eventos acadêmicos. Durante as gestões de 2016-2017 e 2018-2019, a presença dessa pauta foi nula, na gestão de 2020-2021 há um crescente para os diálogos sobre o tema e se mantém na gestão de 2022-2023.

A partir das informações apresentadas acima, podemos pensar nas aproximações e nos distanciamentos desse cenário no âmbito da Arqueologia brasileira e de demais países da América do Sul para pensar possíveis ações para transformar esse panorama. Em países como Argentina, Espanha e Peru, essas discussões estão à frente do Brasil, visto que há uma articulação das arqueólogas feministas e de instituições na luta contra a desigualdade de gêneros na Arqueologia e contra os assediadores de forma pública. Por que as arqueólogas dos outros países levam esses casos de violências para frente com denúncias? Por que no Brasil as arqueólogas têm medo de denunciar?

Na Argentina as discussões sobre gênero foram incorporadas no Congresso Nacional de Arqueologia, com um dia específico para estes debates. Será que no Brasil, aderir um Grupo de Trabalho (GT) na SAB, associado às demandas de violência de gêneros e sexismo, não seria uma possibilidade de coibir os assédios na Arqueologia? Além da categoria profissional criar um espaço efetivo de denúncias e uma rede de apoio para as vítimas de violência?

Isso já vem sendo realizado na Espanha, como já havia sido mencionado ao longo dessa dissertação. A partir do Comitê Editorial da Revista *Arkeo Gazte Aldizkaria*, foi criada a Comissão Feminista que implementou um protocolo de prevenção e atuação diante das situações de assédio, abuso e agressões sexuais em função do gênero. Essa Comissão Feminista atua auxiliando as vítimas no processo de denúncia e apoio.

Retomando as discussões sobre a consciência feminista de Lerner (2019), precisamos pensar em perspectivas futuras para modificar esse cenário de forma urgente. Vamos esperar até quando? Precisamos de ações mais efetivas do que campanhas pontuais de conscientização. A partir dos relatos, percebo que nós, arqueólogas vítimas de violências, não denunciemos os assédios pois temos medo de aumentar as perseguições, de não conseguirmos acessar o mercado de trabalho pois seremos rotuladas e ficaremos marcadas por ter efetivado as denúncias. Com isso, silenciemos nossas opressões.

Algumas considerações

Sim, acredito que haja uma certa tendência a acreditarem que as mulheres não são capazes (fisicamente e mentalmente) de aguentarem um campo extenso (Interlocutora).

A proposta inicial desta pesquisa era direcionada para a precarização do trabalho a partir das vivências das arqueólogas. Durante a realização das etnografias me deparei com uma extensa quantidade de relatos que denunciavam as violências sofridas pelas interlocutoras durante o cotidiano de trabalho de Arqueologia. A partir das falas e das angústias compartilhadas comigo, decidi me debruçar nas questões de violências e assédios.

Conseguimos observar que mesmo que os dados que vêm sendo levantados e divulgados sobre a quantidade de profissionais distribuídos por categorias de gênero na Arqueologia apontem que existe um equilíbrio, ou melhor, existem mais mulheres do que homens atuando na área, esse equilíbrio não é sinônimo de igualdade. O mercado de trabalho de Arqueologia é um ambiente majoritariamente masculino, dado as configurações das equipes especializadas ou não, presentes em campo. Muitas vezes, as arqueólogas são desqualificadas e inferiorizadas, “na última, fui desqualificada várias vezes por ser mulher” (Interlocutora) tratadas como frágeis por conta do gênero, “em alguns campos foram enviados homens, pois seria uma área “fechada” que eu por ser mulher não conseguiria concluir” (Interlocutora) e isso corrobora para que as equipes se mantenham cada vez mais masculinas e desiguais, “ouvi dizer que para determinada atividade precisariam de homem pois o trabalho era mais pesado” (Interlocutora). Além das arqueólogas terem menos oportunidades que os arqueólogos, “Não acredito que tenha tido esse problema para contratação, mas o gênero representa um ‘problema’ durante o trabalho, principalmente de campo ou na relação com empreendedores”, existem diferenças salariais entre as pessoas de diferentes marcadores sociais da diferença, ou seja, mulheres negras recebem salários inferiores aos dos homens negros e de mulheres e homens brancos.

As arqueólogas negras e as LGBTQIAPN+ são as que mais sofrem no contexto de trabalho na Arqueologia. As mulheres transexuais não conseguem se inserir no mercado de trabalho por conta do seu gênero. A partir dos relatos, foi possível observar que para se manter nesse mundo do trabalho, muitas vezes

são necessárias táticas para evitar situações de constrangimentos e violências, como as mulheres lésbicas preferem ser tratadas como heterossexuais para não serem vítimas de sexismo, ou o uso de uma aliança no dedo para representar compromisso, como também fingir que é casada com alguém da equipe de campo para ser respeitada.

Essas diferentes táticas que vêm sendo usadas pelas arqueólogas e estudantes de Arqueologia, foram uma evidência importante desta pesquisa. Assuntos como as táticas, a precarização do trabalho e as próprias diferentes formas de violência que são reproduzidas na Arqueologia, carecem de um aprofundamento. Diante das restrições de uma pesquisa de mestrado desenvolvida em um período de pandemia, não foi possível explorar e aprofundar algumas discussões neste trabalho, mas são problemáticas importantes e necessárias que precisam ser visibilizadas e discutidas em pesquisas futuras.

Esta pesquisa me possibilitou evidenciar que as violências de gênero e os assédios sexuais, dentro da Arqueologia, não são uma particularidade da Arqueologia Preventiva, uma vez que as instituições universitárias estão abarrotadas de assediadores. As universidades vêm corroborando para que esse cenário de violência cresça no mercado profissional, visto que essas pessoas estão conseguindo títulos de arqueólogos e, possivelmente, seguirão cometendo crimes enquanto profissionais, já que passam impunes dentro dos espaços acadêmicos. Isso é um problema de base estrutural.

Em abril de 2023, completamos cinco anos de regulamentação da profissão e, até o presente momento, não houve esforços por parte da categoria – *na qual eu me incluo e tenho uma parcela de culpa também* – para implantação de um sindicato ou de um órgão ao qual pudéssemos recorrer para minimizar a precarização do trabalho de Arqueologia, bem como para que pudéssemos denunciar as inúmeras situações vivenciadas. Estamos desamparadas enquanto categoria profissional e, obviamente, enquanto categorias de gêneros atuantes dessa ciência.

Observei, ao longo desta pesquisa, que a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), associação que nos reúne enquanto divulgação científica, desde a gestão de 2020 passou a se posicionar com mais força para as questões que envolvem a práxis arqueológica e temáticas como assédio sexual e sexismo

na Arqueologia. Eu já havia feito essa pergunta antes, mas reforço, será que esses movimentos se deram por conta do *boom* de denúncias? Por que essas demandas ganham força agora aqui no país, se essas opressões estão presentes na área desde que a Arqueologia passou a ser praticada no Brasil? Além disso, percebemos que as articulações das lutas das arqueólogas em outros países sul-americanos começaram bem antes de nós.

Até quando precisaremos nos masculinizar e colocar um anel no dedo representando uma aliança para sermos respeitadas durante o exercício da nossa profissão? Basta!

REFERÊNCIAS

ABREU E SOUZA, R. de. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 43–65, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i2.743. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/743>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ALENCAR, S. M. de. Gênero e gerações: o enfoque queer na produção lítica do sambaqui Tenório, no litoral paulista. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 238–254, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654830. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654830>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ALFONSO, L. P. Arqueologia e Comunidades Negras: Desafios Contemporâneos a partir do Passado. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 31 – 34. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

ALFONSO, L. P.; GODOY, R. de. Formas Contemporâneas de Apropriação Arqueológica: Turismo, Educação, Colecionismo e Comodificação. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.65-67. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

ALFONSO, L. P. Método Etnográfico em Contexto Urbano, 2017. 53 slides. Material apresentado no I Ciclo de Oficinas da Arqueologia: interdisciplinaridade e troca de saberes. Arqueologia em Foco – FURG, 2017.

ALGRAIN, I. Genre et diversité dans les contextes archéologiques. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 95–110, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663897. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663897>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ALMEIDA, F. O. “Sedimentos Culturais” Depositados nas Margens do Madeira: A Arqueologia no Sudoeste Amazônico. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 3-6. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (Orgs.). Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília, DF: OAB Nacional Editora, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/68625870/Panoramas_da_viol%C3%Aancia_contra_mulheres_nas_universidades_brasileiras_e_latino_americanas. Acesso: jul. 2022.

ALVES, D. T.; SCHAAN, D. P. Dinâmicas das Paisagens na Amazônia Pré-Colombiana: Abordagens Interdisciplinares. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 49-54. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjh/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

ALVES, D. T.; WATLING, J. Arqueobotânica: novas abordagens às relações pessoas-plantas na Amazônia. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 23-26. Diamantina, MG. 2021.

ALVES, M. A.; MAGALHÃES, W. Povoamento, Paisagem e Dinâmica Sociocultural no Cerrado. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.54-58. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

AMARAL, A. et al. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. *FAMECOS/PUCRS*, n. 20, p. 34-40, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/4829/3687>. Acesso: out. 2022.

ANZINI, V. B. Os impasses da bioarqueologia: o dimorfismo sexual sob uma crítica transfeminista. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 129–144, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663574. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663574>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ANZINI, V. B. A queda do falo: Arqueologia do cotidiano de travestis e mulheres trans. 1^a ed., Porto Alegre: Ed. Da Autora. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/44919100/A_Queda_do_Falo_Arqueologia_do_cotidiano_de_travestis_e_mulheres_trans Acesso: jun. 2023.

APPOLONI, C. R.; IKEOKA, R. A. Contribuições da arqueometria para a arqueologia brasileira. *Anais Eletrônicos*. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

ARAÚJO DE LIMA, R.; DE PAIVA BONDIOLI, N. Descobrimos e recobrimos o passado nas salas de aula com assassin's creed origins discovery tour: um olhar das humanidades digitais sobre a censura moderna à nudez antiga. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 300–320, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654795. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654795>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ARAÚJO, A. G. de M.; ULGUIM, P. F. IPads na Trincheira: Arqueologia Digital no Brasil – Onde estamos? Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 41-45. Teresina, PI, 2017. Disponível em:

https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

ARAÚJO, I. L.; NASCIMENTO, A. L. M. L. do. Alternativas de Interpretações de Arte Rupestre. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 33-35. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BACHELET, C.; SCHEEL-YBERT, R. Plantas, Paisagens e Culturas no Passado: A Contribuição da Arqueobotânica. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 72-76. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

BALTER, M. University of Alaska, Anchorage Chancellor Upholds #MeToo Charges Against Archaeologist David Yesner and Bans Him From the University of Alaska System. Balte's Blog. 2019. Disponível em: https://michael-balter.blogspot.com/2019/04/university-of-alaska-anchorage_4.html Acesso: jun. 2023.

BANDEIRA, A. M. A teoria Queer em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 34–53, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654815. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654815>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BANDEIRA, A. M.; PEREIRA, D. Gestão de Acervos Arqueológicos (Grupo de Trabalho). Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 76-79. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

BANDEIRA, B. B. de F.; RAMBELLI, G. Arqueologia Dentro e Fora D'água: Discussão sobre Questões Culturais em Ambientes Aquáticos. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 22-27. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

BARETTA, J. R. Por uma Arqueologia Feminista da ditadura no Brasil (1964-1985). Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 08–34, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.541. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/541>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BARRETO, C. N. G. B.; MACHADO, J. S. “É na luta que a gente se encontra”: Arqueologia como resistência. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em:

https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3

Acesso em: 9 jul. 2023.

BARRETO, C. N. G. de B.; HORTA, A. I. Iconografias conectadas. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 119-124. Diamantina, MG. 2021.

BARRETO, C. N. G. de B.; KLÖKLER, D. M. Arqueologia nas Práticas Rituais. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 15-22. Goiânia, GO. 2015. Disponível em:

https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

BASTOS, R. L.; SIMONI, R. C. da S.; SANTOS, C. J. F. dos. Quem conta nossas histórias?: arqueologias negras, indígenas e quilombolas na luta contra o racismo estrutural e a violência colonial. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 136-139. Diamantina, MG. 2021.

BELL HOOKS, O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro. 2021.

BELLELLI, C.; SCHEINSOHN, V.; BERÓN, M. Una arqueología de distinto género. Publicar 2(3):47-61. 1993. Disponível em:

https://www.academia.edu/28986340/Bellelli_Beron_y_Scheinsohn_1993_Publicar_pdf Acesso em: 9 jul. 2023.

BELO, T. Octavia and Cleopatra among rivals. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 26–48, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663865. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663865>.

Acesso em: 9 jul. 2023.

BÉLO, T. P. A Britannia e suas mulheres. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 176–192, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.552. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/552>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BENAVIDES, O. H. A ilha dos homens menstruados: introdução de leacock sobre "Origem da família, a propriedade privada e o Estado" do Engels. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 85–98, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654888. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654888>.

Acesso em: 9 jul. 2023.

BENEVIDES, B. G. Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Brasil, 2023. Disponível em:

<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf> Acesso: jun. 2023.

BERNARDO, D. V.; GLÓRIA, P. J. T. da. Bioarqueologia. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 40-45. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

BERNARDO, D. V.; GLÓRIA, P. J. T. Estudos em Antropologia Biológica: Perspectivas Bioarqueológicas. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

BEZERRA, M.; CAROMANO, C. F. Não-Arqueologias? Sobre outras formas de fazer e pensar arqueologias. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.49-52. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

BEZERRA, M. Bicho de Nove Cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. Revista de Arqueologia, v. 21, n. 2, 139-154. 2008. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/255> Acesso: jul. 2022.

BOEDA, E.; VIANA, S. A. Tecnologia lítica e as dinâmicas culturais pretéritas. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.87-89. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

BRANCO, A. K. S. C.; NETA, V. M. da S. Educação Patrimonial e Pandemia Covid-19: o impacto nas ações educativas em tempos de isolamento social. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 105-108. Diamantina, MG. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 9 jul. 23.

BRASIL. *Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018*. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/26542275/publicacao/26542398>. Acesso em: 9 jul. 23.

BRASIL. *Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961*. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 9 jul. 23.

BRASIL. *Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986*. Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 9 jul. 23.

BRAZ, C. “Eu Já Tenho Nome” – Itinerários de Homens Trans em Busca de Respeito. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 162–176, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.6367. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6367>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BUENO, J. S. M.; OLIVEIRA, J. E. Arqueologias, Descolonialidade e Povos e Comunidades Tradicionais. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 29-32. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

BUENO, L. M. R.; HORTA, A. I. Territórios e Territorialidades no Brasil, entre o Pleistoceno final e o Holoceno Médio. *Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos*. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização brasileira: Rio de Janeiro. 2020.

CABRAL, M. P.; CALIPPO, G. M. V. T. Arqueologia em Comunicação e Comunicação da Arqueologia. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 42-48. Diamantina, MG. 2021.

CABRAL, M. P.; CAROMANO, C. F.; ALMEIDA, M. B. Arqueologias lindas: sobre outras formas de fazer Arqueologia. *Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos*. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

CALIPPO, F. R.; ALVES, L. B.; SANTOS, L. F. F. D. Arqueologia e Patrimônio Cultural Subaquático. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 37-42. Diamantina, MG. 2021.

CARMO, S. S.; VIEIRA, F. C. C. Ressonâncias da Arqueologia Preventiva no Reconhecimento da Profissão de Arqueólogo. *Habitus Goiânia*, v. 18, n. 1, p. 70-88, jan./jun. 2020.

CARNEIRO, C. G.; SILVA, M. A. de. Muitos Patrimônios, Muitas Práticas: Desafios em torno do Patrimônio Arqueológico da Amazônia. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 64-66. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

CARNEIRO, G. P.; BORGES, C. Arqueologias do presente: intersecções, realidades e possibilidades no contexto brasileiro. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 63-65. Diamantina, MG. 2021.

CAROMANO, C. F.; GASPAR, M. V. .; PEREIRA, E. R.; LIMA, M. do N. .; LIMA, J. C. F. de . Nem todas são Betty ou Anna: o lugar das arqueólogas no discurso da Arqueologia Amazônica. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 115–129, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.547. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/547>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CAROMANO, C. F.; SILVA, K. B. V. da. Quem faz a Arqueologia (e como se faz a Arqueologia) no Brasil hoje. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 139-142. Diamantina, MG. 2021.

CASCON, L. M. Entre a Arqueologia e a Etnografia: discutindo fronteiras temporais através do estudo de Coleções. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.108-111. Diamantina, MG. 2021.

CASTAÑEDA, Quetzil E. A critical assessment of Ethnography in Archaeology. Reflections on Stakeholders and Archaeological Practices. Altamira Press, 2008.

CHAPARRO, M. G.; BELLELLI, C. .; SCHEINSON, V. G. .; BERÓN, M. A. . Género en la arqueología argentina. Trayectorias, prácticas y saberes: Conversatorio 2019. *Práctica Arqueológica*, v. 2, n. 1, p. 42-46, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://plarci.org/index.php/practica-arqueologica/article/view/837> Acesso em: 9 jul. 2023.

CONGRESSO SAB. XXII Congresso da SAB Arqueologias Plurais: Políticas Patrimoniais e desafios contemporâneos. 2023. Disponível em: <https://www.congressodasab.com/> Acesso em: 9 jul. 2023.

CORRÊA, A. A. Arqueologia Tupi. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.85-86. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

CORRÊA, A. A. Arqueologias Tupi. *Anais Eletrônicos*. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível

em:

https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3

Acesso em: 9 jul. 2023.

COSTA, C. A. S.; SALADINO, A. Políticas de Acervo para as Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 20-24. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

COSTA, D. M. Estudos na Arqueologia Histórica Amazônica. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.58-60. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

COSTA, D. M.; SOUZA, M. A. T. de. Arqueologia Histórica e Meio Ambiente. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 37-40. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichijh/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

COSTA, R. L.; RODRIGUES, I. M. M.; SILVA, F. A. Tecnologias perecíveis: abordagens arqueológicas e etnográficas. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

COSTA, V. A.; ALFONSO, L. P. A musealização da arqueologia pela perspectiva do putafeminismo: materialidades e narrativas de trabalhadoras sexuais em uma exposição na cidade de Pelotas (RS). Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 145–165, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663866. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663866>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. 1. Cruzamento Raça e Gênero. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf Acesso: jun. 2023.

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. O Social em Questão, Ano 14, n. 25/26, p. 323-344, 2011. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=36&sid=14>. Acesso em: 9 jul. 2023.

DE SOUSA FILHO, A. Michel de Certeau: Fundamentos de uma sociologia do cotidiano. Sociabilidades (USP), São Paulo/SP, v. 2, p. 129-134, 2002. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/344453896_Michel_de_Certeau_fundamentos_de_uma_sociologia_do_cotidiano Acesso em: 9 jul. 2023.

DURAN, L. D.; CAMARGO, P. F. B. de. Entre o Mestre-Sala dos Mares e a Porta-Estandarte dos Rios: Arqueologia e Ambientes Aquáticos. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 63-65. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Peruano expulso da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos por assédio processa a instituição. Pesquisa FAPESP, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/peruano-expulso-da-academia-nacional-de-ciencias-dos-estados-unidos-por-assedio-processa-a-instituicao/> Acesso em: 9 jul. 2023.

FERNANDES, E. R.; GONTIJO, F. de S. Como ser um queer não enquadrado: axialidades radicais para tempos obscurantistas. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 66–84, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654870. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654870>. Acesso em: 9 jul. 2023.

FERNANDES, T. C. Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-15042008-144626/publico/tde_Tatiana_Fernandes.pdf Acesso em: 9 jul. 2023.

FONTOLAN, M. Por que sempre corpos masculinos? 2.0: revisitando arqueologia subaquática. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 269–284, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8662106. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8662106>. Acesso em: 9 jul. 2023.

FURQUIM, L. P.; JÁCOME, C. P. Teorias de Gênero e Feminismo na Arqueologia Brasileira: do dimorfismo sexual à primavera queer. Revista de Arqueologia Pública, v. 1, n. 13, p. 1-25, 2019. doi: <https://doi.org/10.20396/rap.v13i1.8654825>.

FURQUIM, L. P.; JÁCOME, C. P. Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira: do dimorfismo sexual à primavera queer. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 255–279, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654825. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654825>. Acesso em: 9 jul. 2023.

GAMA, F.; BALDISSERA, M. Violências contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações. In: ALMEIDA, Tânia Mara C. de;

ZANELLO, V. (Orgs.). Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. Brasília, DF: OAB Nacional Editora, 2022. p. 325-355. Disponível em: https://www.academia.edu/68625870/Panoramas_da_viol%C3%Aancia_contra_mulheres_nas_universidades_brasileiras_e_latino_americanas. Acesso: jul. 2022.

GASPAR, M. V. et al. Quem somos nós? Ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: primeiras aproximações. *Habitus Goiânia*, v. 18, n. 1, p. 146-178, jan./jun. 2020.

GLÓRIA, P. J. T. da. Bioarqueologia: integrando remanescentes humanos com seu contexto arqueológico. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 83-88. Diamantina, MG. 2021.

GNECCO, C. “Escavando” arqueologias alternativas. *Revista de Arqueologia*, v. 25, n. 2, p. 08-22, 2012. doi: <https://doi.org/10.24885/sab.v25i2.352>. Acesso: nov. 2021.

GOMES, D. M. C. Estudos de Cultura Material na Amazônia: Questões Espaciais e Simbólicas. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 54-57. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

GOMES, K. A. de O.; TAVARES, N. de O.; SOUZA, N. A. O. de. Arqueologia e teoria queer: por uma arqueologia transviada. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 280–299, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654818. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654818>. Acesso em: 9 jul. 2023.

GONTIJO, F. de S.; SCHAAN, D. P. Sexualidade e Teoria Queer: apontamentos para a Arqueologia e para a Antropologia Brasileiras. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 51–70, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.544. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/544>. Acesso em: 9 jul. 2023.

GONZÁLEZ, L. Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GUIMARÃES, C. M.; AKINRULI, L. C. M. C. Arqueologia da Mineração: ambientes, paisagens e territórios. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 26-31. Diamantina, MG. 2021.

GUSMÃO, D. M.; RAMBELLI, G. Arqueologia de Ambientes Aquáticos: Reflexões dos últimos 10 anos. *Anais Eletrônicos*. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em:

https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3
Acesso em: 9 jul. 2023.

HABER, A.; ZARANKIN, A. A Arqueologia e as Fronteiras do Capitalismo. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 6-11. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

HAMILAKIS, Y.; ANAGNOSTOPOULOS, A. What Is Archeological Ethnography? Public Archaeology: Archaeological Ethnographies, v. 8, n. 2-3, p. 65-87, 2009. doi: <https://doi.org/10.1179/175355309X457150>. Acesso: nov. 2021.

HARTEMANN, G. Nem ela, nem ele: por uma arqueologia (trans*) além do binário. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 99–115, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654589. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654589>. Acesso em: 9 jul. 2023.

HILBERT, K. P. K.; MARQUES, M. Paisagem, Lugar e Materialidade. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 66-72. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

HISSA, S. de B. V. Materiais e temporalidades do 'arqueológico histórico'. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 124-126. Diamantina, MG. 2021.

HOODER, I. Interpretación en Arqueología: Corrientes actuales. Barcelona: Editorial Crítica, 1988. Disponível em: <https://arqueologiageneralunca.files.wordpress.com/2016/04/hodder-interpretacic3b3n-en-arqueologc3ada.pdf>. Acesso: nov. 2021.

HORA, J. F.; DIOGO, L. B. A construção cultural nos estudos de gênero no Brasil: patrimônio e ceramistas do vale do Jequitinhonha. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 71–94, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663581. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663581>. Acesso em: 9 jul. 2023.

HORTA, A. I.; BUENO, L. de M. R. Povoamento Inicial da América Visto a partir do Contexto Arqueológico Brasileiro. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 81-85. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

HORTA, A. I.; LINKE, V. Abordando Grafismos Rupestres: Quais caminhos percorremos de agora em diante? Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 79-82. Teresina, PI, 2017. Disponível em:

https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

IGNACIO, E.; CARVALHO, M. do A. de. A arqueologia pública e a socialização da ciência arqueológica. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 9-13. Diamantina, MG. 2021.

IKEOKA, R. A.; APPOLONI, C. R. Contribuições da arqueometria para a arqueologia brasileira. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 96-100. Diamantina, MG. 2021.

ISBAES, G. Arqueologia de gênero e o estudo das mulheres romanas: perspectivas a partir das pinturas de Pompéia. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 49–70, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663913. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663913>. Acesso em: 9 jul. 2023.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó, 2020.

KLÖKLER, D. M.; SILVA, J. C. Vamos a la Playa: Arqueologia Costeira no Brasil. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 36-38. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

KOTTAK, C. P. O que é antropologia? In: KOTTAK, Conrad Phillip. Um Espelho para a Humanidade: Uma introdução à Antropologia Cultural. 8ª ed. – Porto Alegre: Editora AMGH, 2013. p. 27-41.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso: nov. 2021.

LEMOS, C. M.; SOARES, F. C. A presença do passado: arqueologia como ação política. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.16-20. Diamantina, MG. 2021.

LERNER, G. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, J. V.; LIMA, J. F. M. Dossiê “Enquadramentos de Estado e Violações de direitos”. Ambivalências, v. 6, n. 12, p. 04-18, 2018.

LIMA, M. N. Maternidade na Arqueologia. Estamos aqui e somos muitas! Curso Livre de Arqueologia Amazônica – UFAM. Canal no Youtube: Curso Livre de Arqueologia Amazônica – UFAM. Duração: 22:02. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OV58EWn5hho>.

LINO, J. T.; COSTA, D. M. Arqueologia Brasileira do Contemporâneo. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

LOPES, J. F.; VOTTO, T. R.; LOPES, M. F. Precarização no Trabalho e Exposição ao Risco: um estudo de caso sobre a mulher no trabalho de campo em Arqueologia. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, ed. especial, 2018. doi: <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.951>.

LOPES, M. F. Mulheres e relações de gênero: contribuições da Educação Ambiental na Arqueologia de Contrato. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso Técnico em Meio Ambiente, Colégio Lemos Jr., Rio Grande, RS, 2021.

LOPES, M. F. Como ser arqueóloga no Brasil diante das relações de opressão? In: Arqueologia do Sul: Diálogos Científicos em Tempos de Crise – XII Encontro da SAB Sul e IV JAAG, 2023. Chapecó. Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Jornada de Atualização em Arqueologia Guaraní. Lajeado, RS. Ed. Autores, v.1, p. 112-112. 2022.

LOPES, M.MF.; ALFONSO, L. P. Se o GPS falasse... Violências de gênero, relações de opressão e outros desafios a serem vencidos por arqueólogas na Arqueologia Preventiva. Livro de Resumos XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. Diamantina, MG, p. 141-142, 2021a. Disponível em: https://29c828dd-a56c-4053-8789-2f2766dd1013.filesusr.com/ugd/8b408b_277b9918e63e4d75946852fa376f5d39.pdf. Acesso: ago. 2022.

LOPES, R. C. S. Arqueologia Histórica, Patrimônio, Memória e Identidade. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

LOPES; M. F.; ALFONSO, Louise Prado. Reflexões sobre a maternidade na arqueologia. 7ª Semana Integrada UFPel. XXIII ENPÓS – Encontro de Pró-Graduação. Pelotas, RS, 2021b. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2021/CH_04281.pdf.

LOURDEAU, A.; BUENO, L. de M. R. Povoamento da América e o último Máximo Glacial: Barreira Física, Populacional ou Intelectual? Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 45-49. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

LOURDEAU, A.; VIANA, S. A. Povoamento e Diversidade Técnica [UISPP – Comissão América]. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 76-81. Goiânia, GO. 2015. Disponível em:

https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

MACHADO, J. de R.; TALIM, D. L. D.; ROCHA, L. C. M. da. Avanços da tecnologia lítica para a arqueologia pré-colonial brasileira. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 77-83. Diamantina, MG. 2021.

MACHADO, J. S.; ABREU E SOUZA, R. "O passado a nossa frente": (entre)tempos, lugares e materialidades. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 3-6. Diamantina, MG. 2021.

MAGALHÃES, M. P. A Colonização da Amazônia desde o Holoceno Inicial. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.13-16. Diamantina, MG. 2021.

MAGALHÃES, M. P. O início da formação antrópica das paisagens culturais Amazônicas. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.82-84. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

MAINARDES, J. Pesquisa etnográfica: elementos essenciais. In: BOURGUINGNON, J. A. Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 99-124. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jefferson-Mainardes/publication/305331753_Pesquisa_etnografica_elementos_essenciais/links/5788da1f08ae7a588ee84f75/Pesquisa-etnografica-elementos-essenciais.pdf. Acesso: nov. 2021.

MARTÍ, R. F. La arqueología del género: Espacios de mujeres, mujeres com espacio. Cuadernos de Trabajos de Investigación. Universidad de Alicante – BANCAJA. 2003. Disponível em: <https://ieg.ua.es/es/documentos/publicaciones/cuadernos-de-trabajos-de-investigacion/6.-arqueologia-del-genero.pdf> Acesso em: 9 jul. 2023.

MEDINA, C. T. Uma mirada feminista a la comunidad arqueológica peruana. Desde el Sur, v. 11, n. 2, p. 239-26, Lima, 2019. DOI: 10.21142/DES-1102-2019-239-260 Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/des/v11n2/a17v11n2.pdf> Acesso em: 9 jul. 2023.

MILHEIRA, R. G.; COLONESE, A. C. Arqueologia de ambientes aquáticos nas terras baixas sul-americanas. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 31-37. Diamantina, MG. 2021.

MILHEIRA, R. G.; COLONESE, A. C. Historical ecology and landscape archaeology in lowland South America / Ecologia histórica e arqueologia da paisagem nas terras baixas da América do Sul. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em:

https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3
Acesso em: 9 jul. 2023.

MINAYO, M. C. S. et. al. (Orgs). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso: nov. 2021.

MISSE, M. et al. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevista com Veena Das. Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, v. 5, n. 2, p. 335-356, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7331/5910>. Acesso: nov. 2021.

MORA, M. F. U. Arqueologia sob a lente Queer: um compromisso com a multivocalidade. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 135–154, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654833. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654833>. Acesso em: 9 jul. 2023.

WICHES, C. A. M. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 35–50, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.543. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/543>. Acesso em: 9 jul. 2023.

WICHES, C. A. M.; QUEIROZ, L. A. P. de; FREITAS, J.; ALVES, L. B. Um Olhar para as Relações de Gênero na Produção das Coisas de Barro. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 75–102, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.6007. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6007>. Acesso em: 9 jul. 2023.

MOREIRA, R. D., et al., Culpar a vítima ainda é o modus operandi da linguagem jornalística? Análise dos títulos no webjornalismo do portal G1 sobre o estupro (quadriênio 2016-2019). Vozes & Diálogo, Itajaí, v. 18, n. 02, jul./dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/15911/pdf>. Acesso: jul. 2023.

NEUBAUER, F.; SCHAEFER, M. J. . The feminist critique: incorporating gender, childhood and identity in archaeological research. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 145–161, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.549. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/549>. Acesso em: 9 jul. 2023.

NOVARES, L. de C. N. Arqueologia Intermundos: materialidades e mundos religiosos. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.51-54. Diamantina, MG. 2021.

NOVASCO, R. V.; SANTOS, M. C. P.; CARBONERA, M. Contextos arqueológicos do Planalto Vulcânico do Sul do Brasil. Livro de Resumos. XXI

Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 93-96. Diamantina, MG. 2021.

OLIVEIRA, M. N. de. As narrativas fílmicas sobre grupos do passado e a naturalização de estereótipos de raça e gênero em ações da educação patrimonial. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8666157. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/229-247>. Acesso em: 9 jul. 2023.

OLIVEIRA, J. E.; AKINRULI, L. C. M. C.; NETTO, C. X. A. Arqueologia do colonialismo, direitos humanos, memória social e conflitos socioambientais. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

OLIVEIRA, J. E.; SILVA, F. A. Arqueologias e Comunidades: conhecimentos, demandas e estratégias de resiliência. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 65-70. Diamantina, MG. 2021.

OLIVEIRA, L. Para além dos binarismos de gênero : reflexões para a arqueologia. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 111–128, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663486. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663486>. Acesso em: 9 jul. 2023.

OLIVEIRA, L.; KLOKLER, D. Corpos, Oferendas, Rituais e Gênero no Sítio Justino, Baixo São Francisco Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 103–124, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.6350. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6350>. Acesso em: 9 jul. 2023.

OLIVEIRA, M. D. B. G. de; RAMOS, C. L. de A. C. Diálogo em Educação Patrimonial: comunidades e pesquisas arqueológicas. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 38 – 40. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

OLIVEIRA, R. T. et al. Violência, Discriminação e Assédio no Trabalho. Florianópolis, SC: Lagoa, 2020. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/SandraZanardo/cartilhaviolenciaeassediowebpdf> Acesso em: 9 jul. 2023.

PADILHA, N. S. O equilíbrio do Meio Ambiente do Trabalho: Direito fundamental do trabalhador e de espaço interdisciplinar entre o direito do trabalho e o direito ambiental. Revista TST, v. 77, n. 4, out./dez. 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/28356>.

PAGNOSSI, N. C. Empoderamento feminino e impactos do turismo em Magdalena de Cao. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 248–268, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663860. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663860>. Acesso em: 9 jul. 2023.

PAGNOSSI, N. C. A arqueologia de gênero e suas aproximações com a história. 2013. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18441?locale=pt_BR Acesso em: 9 jul. 2023.

PANACHUK, L. As Ceramistas e a Arqueóloga: a Argila na Construção de Corpos Distintos. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 28–53, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.6073. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6073>. Acesso em: 9 jul. 2023.

PARELLADA, C. I.; CEREZER, J. F. Arte e Arqueologia Rupestre, recortes teóricos, metodologias e práticas de campo e laboratório: uma revisão necessária. *Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos*. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

PASSOS, L. de P. Gotas de um oceano: uma análise bibliométrica feminista de um curso de graduação. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 130–144, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.524. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/524>. Acesso em: 9 jul. 2023.

PEDRUZZI, A. N. Sobre Presenças e Ausências na Educação Ambiental Crítica. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG. 2019. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000012964.pdf> Acesso: jun. 2023.

PEIRANO, M. G. S. A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil. *Série Antropologia*, n. 255, p. 2-35. 1999. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie255empdf.pdf>. Acesso: nov. 2021.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, n. 2, p. 1-10, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>. Acesso: nov. 2021.

PELLINI, J. R.; BEZERRA, M. Arqueologias não contadas: fantasmas, assombrações, gênios e outras presenças. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.70-74. Diamantina, MG. 2021.

PESSOA, V.; BARRETO, B. de S.; LOPES, R. C. de A. Paisagens, territórios, fronteiras e identidades na Amazônia antiga. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 126-129. Diamantina, MG. 2021.

PESTANA, M. B. Educação Patrimonial e Comunidades Tradicionais. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

PINA, A. D. de V.; MARTIRE, A. da S.; ULGUIM, P. F. Arqueologia em jogo: interatividade nos ambientes digitais. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 48-51. Diamantina, MG. 2021.

POLO, M. J.; LEITE, L. F. S. C. Os sapatos de Scarlett : o corpo na Arqueologia Amazônica, e os caminhos desenhados por uma posicionalidade Queer. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 180–198, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654836. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654836>. Acesso em: 9 jul. 2023.

POUGET, F. M. C. .; VIEIRA DE CARVALHO, A. . Misoginia e homofobia como elementos de sociabilidade na prática arqueológica. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 106–114, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.546. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/546>. Acesso em: 9 jul. 2023.

POUGET, F. M. C. Práticas Arqueológicas e Alteridades Indígenas. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-03052010-145035/publico/DissertacaoFredericMarioCairesPouget.pdf>. Acesso: nov. 2021.

PROSPECTA JR. Maternidade e a Profissão: Facetas de uma arqueóloga – II SDCA. 2ª Semana de Conversações Arqueológicas. Canal Youtube Prospecta Arqueologia. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5BtIagAMvII>.

PROSPECTA JR. Por onde caminha o Gênero na Arqueologia? – II SDCA. 2ª Semana de Conversações Arqueológicas. Canal Youtube Prospecta Arqueologia. 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uZqphd4NyXY&t=17s>.

PUGLIESE, F. 10 Anos do Projeto Médio Guaporé: abordagens transdisciplinares e avanços na arqueologia do sambaqui Monte Castelo. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 6-9. Diamantina, MG. 2021.

QUEIROZ, A. N. de; CARVALHO, O. A. de. Entre Dinâmica Natural e Antropização: O Papel Integrador da Arqueologia Ambiental. Livro de Resumos.

XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 111-115. Diamantina, MG. 2021.

RAMOS, C. L. A. C.; ANDRADE, M. N.; OLIVEIRA, M. D. B. G. O Papel da Arqueologia na Interpretação Multivocal do Patrimônio e na Construção das Redes de Conhecimento. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

RAMOS, C. L. de A. C.; OLIVEIRA, M. D. B. G. de. Arqueologia e Educação: Como Chegamos às Escolas? Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 34-37. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

RAMOS, M. P. de M.; VIANA, S. A.; G. VAN HAVRE, G. A. H. M. Arqueologias não reducionistas. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.74-77. Diamantina, MG. 2021.

RIBEIRO, D. L.; LIMA, S. C. Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Conservação: caminhos possíveis para a gestão do patrimônio arqueológico. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

RIBEIRO, D. L.; PEREIRA, D. Gestão de Acervos Arqueológicos (Grupo de Trabalho). Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 115-119. Diamantina, MG. 2021.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, Feminismos Plurais. 2017.

RIBEIRO, L.; BEZERRA, D. B.; JAGSO KAINGANG, J. D.; OLIVEIRA, P. C. de; LEMOS, R. G. 'Bravas Mulheres' Discutindo Gênero Através da Expografia. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 5–27, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.6006. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6006>. Acesso em: 9 jul. 2023.

RIBEIRO, L. M. R. ST: Teorias feministas e gênero na arqueologia brasileira – por que não? Livro de Resumos XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 91-92, Goiânia, 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

ROCHA, B. C. da; NEVES, E. G. Arqueologias contra hegemônicas. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.58-63. Diamantina, MG. 2021.

RODET, M. J.; DUARTE-TAULIM, D. L. Contribuições de Abordagens Tecnológicas para a Pré-história Brasileira: Perspectivas Teóricas e Estudos de Caso. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.61-62. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

RODRIGUES, I. M. M.; GASPAR, M. V.; ALVES, M. L. Conexões Karib: povos, pessoas e materialidades. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 88-93. Diamantina, MG. 2021.

RODRIGUEZ, S. de los S. Porque o homem é mais homem que o homem: coisas do cotidiano e do prazer sexual para além da heteronormatividade. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 116–134, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654387. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654387>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ROEDEL, L. de A. O silêncio do corpo: intersexualidade invisibilizada no cemitério do Bonfim. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 71–85, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.545. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/545>. Acesso em: 9 jul. 2023.

RUBIN, J. C. R.; BROCHIER, L. L. Geoarqueologia: múltiplas abordagens e saberes. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. Existências LGBTQIA+ no fazer arqueológico? Resistências, estratégias e futuros possíveis. YouTube, 29 de jun. 2021a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ca7WSUOtYDM&ab_channel=SociedadeArqueologiaBrasileira-SAB Acesso em: 9 jul. 2023.

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. Por trás das trincheiras: Vivências LGBTQIA+ no fazer Arqueológico. Live Especial – Mês do Orgulho. YouTube, 29. Jun. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OmQ6RQtXvQ&ab_channel=SociedadeArqueologiaBrasileira-SAB Acesso em: 9 jul. 2023.

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. Roda de Conversa Mulheres no Mercado de Trabalho da Arqueologia. YouTube, 8 de mar. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1d8Da95YVWs&t=432s&ab_channel=SociedadeArqueologiaBrasileira-SAB Acesso em: 9 jul. 2023.

SAB. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Cartilha da Campanha Não ao Assédio Sexista e Sexual! Código de Ética. 2020-2021. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=660. Acesso: set. 2022.

SAB. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. 2015. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=377. Acesso: jun. 2023.

SAB. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Estatuto Social da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB - Consolidado. 2013. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=329. Acesso: jan. 2023.

SAB. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Podcast – O protagonismo das Arqueólogas na construção da Arqueologia Brasileira. 2020. Disponível em: <https://www.deezer.com/br/show/927402>. Acesso: out. 2022.

SAB. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Regimento Interno da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=645. Acesso: jun. 2023.

SAB-NET. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Apresentação, s.d. Disponível em: <https://www.sabnet.org/site/capa> Acesso em: 9 jul. 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. Brasil Urgente. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2004. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/saffiotti_heleieth_-_genero_patriarcado_e_violencia_1.pdf Acesso: jul. 2023.

SAGGIOMO, T. G. A estética do feminino no licenciamento ambiental federal de petróleo de gás: as contribuições da Educação Ambiental Crítica na gestão ambiental pública. 2020. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2020. Disponível em: <https://argo.furg.br/?BDTD12693>.

SALADINO, A.; MORAES WICHES, C. A. Arqueologia para quem? Refletindo sobre a Relação Arqueologia, Museus e Sociedade. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 12-15. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

SALADINO, A.; RAMOS, C. L. de A. C. Socialização do patrimônio arqueológico: estratégias, práticas e possibilidades de comunicação e educação. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 142-148. Diamantina, MG. 2021.

SALLUM, M.; SOUZA, M. A. T. Arqueologia do Colonialismo no Brasil. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em:

https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3
Acesso em: 9 jul. 2023.

SANTOS, J. G.; LIMA, M. do N.; SILVA, M. A. da. Práticas arqueológicas em Unidades de Conservação: histórico, transformações, colaborações e perspectivas. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 129-136. Diamantina, MG. 2021.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. Plural, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2017.113972>. Acesso: nov. 2021.

SCHAAN, D. P. Há uma Necessidade de Atribuir Gênero ao Passado? Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 125–139, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.5999. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5999>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SCHEEL-YBERT, R.; BOYADJIAN, C. H. C.; CORTELETTI, R. Cultivo e sociedades de meio termo. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p. 100-105. Diamantina, MG. 2021.

SCHWENGBER, V. L.; NOVASCO, R. V. Arqueologia na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3
Acesso em: 9 jul. 2023.

SENE, G. M. A Infância do Gênero: a Visibilidade das Crianças na Pré-história do Norte de Minas Gerais. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 54–74, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.6257. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6257>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SENE, G. M. Pela materialidade dos gêneros: repensando dicotomias, sexualidades e identidades. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 162–175, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.551. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/551>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SENE, G. M.; VIANA, S. A.; MOURA, M. C. O. de. Gênero em Arqueologia e Antropologia. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1–4, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.6529. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6529>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SILVA, Áureo R. da. Territorialidade queer: território e corpo no centro de Goiânia. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 166–184, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663903. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663903>.
Acesso em: 9 jul. 2023.

SILVA, B. S. R.; BARROS, J. X. Patrimônio como categoria de luta LGBT+. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 54–65, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654798. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654798>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SILVA, E. N. da. As folhas de videiras das Evas da Ilha de Marajó e a (des)construção de narrativas arqueológicas. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 155–179, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654806. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654806>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SILVA, F. A. Práticas Arqueológicas Colaborativas: Desafios e Perspectivas. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 85-91. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

SILVA, M. A. da. Diálogos orientados/desorientados pela teoria queer: por uma prática educativa para além da norma no âmbito da arqueologia. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 218–237, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654760. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654760>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SILVA, R. A.; SILVA, A. S. N. F. da. Arqueologia: Patrimônios e Territórios. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.54-58. Diamantina, MG. 2021.

SILVA, R. T. da. Geoarqueologia. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 57-64. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

SILVA, R. T. da; AFONSO, M. C. Geoarqueologia e Paisagem. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 25-28. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

SILVA, S. F. S. M.; CASTRO, V. M. C. de. Corpo, Sexo e Gênero na Arqueologia: Revisitando Alguns Aspectos Multidisciplinares. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 140–161, 2018. DOI: 10.18224/hab.v16i1.6056. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/6056>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SILVESTRE, B. R. S.; RODET, M. J. Contribuições de Abordagens Tecnológicas para a Pré-História da América do Sul: Perspectivas Teóricas e Estudos de Caso. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 45-49. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

SOARES, I. V. P.; LEMOS, C. M. Arqueologia da violência contemporânea: A importância da Pesquisa Arqueológica para Memórias Silenciadas. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 73-76. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

SOUZA, B. M. et al. “O feminismo é o machismo ao contrário”?! Zine sobre o Machismo e a Arqueologia, 2015. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.files.wordpress.com/2015/10/souza-et-al-2015-zine-sobre-o-machismo-e-a-arqueologia.pdf>. Acesso: out. 2022.

SOUZA, G. N. Artefatos de pedra polida do passado antigo e do passado recente. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

SOUZA, N. A. O. de; COSTA, V. A.; ALFONSO, L. P. A construção de cartografias insurgentes: um relato sobre a oficina “Devassos no Paraíso, Bichas e Putas em um País Tropical: Discutindo Arqueologias e Sexualidades”. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 185–204, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8659756. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8659756>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SUBIÁS, S. M.; RUBIO, S. L. La arqueología feminista en la normatividad académica. Complutum, v. 23, n. 2, p. 163-176, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4173987> Acesso: 9 jul. 2023.

SUBIÁS, Sandra Montón. Sobre sexo, género y sexualidade en Arqueología. Revista ArkeoGazte Aldizkaria, n. 8, p. 27-33, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/38231371/No8_Zk_2018_Arqueologia_y_genero_sexo_y_sexualidad_Arkeologia_generoa_sexua_eta_sexualitatea_Archaeology_gender_sex_and_sexuality Acesso em: 9 jul. 2023.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia dos Contextos da Diáspora Africana no Brasil. Livro de Resumos. XVIII Congresso da SAB – Arqueologia para quem? p. 27-31. Goiânia, GO. 2015. Disponível em: https://www.dropbox.com/s/9t44135xaichjih/LivroDeResumos_SAB_2015.pdf?dl=0 Acesso em: 9 jul. 2023.

SYMANSKI, L. C. P.; SOUZA, M. A. T. de. Arqueologia da Diáspora Africana e seus significados. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na

Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p.52-54. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

TÉGA, G. Em 2020, a SAB faz 40 anos! Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Notícias. 2020a. Disponível em: https://www.sabnet.org/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=865. Acesso: jul. de 2020.

TÉGA, G. Um dia para refletir! Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Notícias. 2020b. Disponível em: https://www.sabnet.org/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=850 Acesso em: jun. 2023.

THIESEN, B. V.; RIBEIRO, L. M. R. Arqueologia Urbana em Áreas Públicas. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 67-69. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

TIZUKA, M. M.; SOUZA, D. L. de. Acessibilidade do Patrimônio Cultural Arqueológico. Livro de Resumos. XXI Congresso da SAB – Arqueologias Conectadas. p.20-23. Diamantina, MG. 2021.

VELOSO, I. C. Feminismo Digital: Análise do Movimento #MeToo no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28296/1/2019_IsabellaCoelhoVeloso_tcc.pdf Acesso em: 9 jul. 2023.

VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. Letras de Hoje, v. 37, n. 4, p. 57-72, dez. 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14258>. Acesso: nov. 2021.

VIANA, S. A.; HOELTZ, S. Tecnologia Lítica e as Dinâmicas Culturais Pretéritas. Anais Eletrônicos. XX Congresso da SAB – Memória, Patrimônio Cultural e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2019. Disponível em: https://www.xxcongresso.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=3 Acesso em: 9 jul. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. doi: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso: nov. 2021.

VOSS, B. L. ; FREITAS, L. dos S. F. de ; WICHES, C. A. de M. . Feminismos, teorias queer e o estudo arqueológico de sexualidades passadas. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 285–304, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8666176. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666176>. Acesso em: 15 set. 2023.

WADE, L. #MeToo controversy erupts at archaeology meeting. Society's new antiharassment policy doesn't include mechanisms for protecting survivors of past abuse if harasser attends meeting. Science. 2019. Disponível em: <https://www.science.org/content/article/metoo-controversy-erupts-archaeology-meeting> Acesso: jun. 2023.

WICHES, C. A. de M. Arqueologia, museus e identidade cultural: tensionamentos queer. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 199–2017, 2019. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654824. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654824>. Acesso em: 9 jul. 2023.

WICHES, C. A. de M.; SILVA, A. de S. da; SANTOS, G. S. . .; SANTOS, K. K. P. dos; ALVES, L. B.; SILVA, P. C. de A.; CARNEIRO, W. B.; OLIVEIRA, Z. V. S. . Entre nós: leituras e olhares feministas sobre a representação das mulheres em narrativas arqueológicas e visuais. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 205–228, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i1.8663912. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663912>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ZARANKIN, A.; PELLINI, J. R. Arqueo-Devir. Livro de Resumos. XIX Congresso da SAB – Arqueologia na Trincheira: o papel da Arqueologia no contemporâneo. p. 70-72. Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=725 Acesso: 9 jul. 2023.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. Mulheres na Filosofia. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf> Acesso em: 9 jul. 2023.

APÊNDICE A – Questionário inicial de pesquisa

ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA:

Olá, me chamo Marina da Fonseca Lopes, sou graduada em Arqueologia bacharelado pela Universidade do Rio Grande (FURG). Estou elaborando este formulário a fim de levantar dados acerca dos riscos que as arqueólogas estão expostas durante a jornada de trabalho na Arqueologia de Contrato.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do Técnico em Meio Ambiente do Colégio Lemos Júnior do município de Rio Grande (RS) e da dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia com área de concentração em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

Diante disso, para preencher este formulário você precisa cumprir com alguns pré-requisitos:

- Ter mais de 18 anos
- Atuar ou já ter atuado na Arqueologia de Contrato

QUESTIONÁRIO:

1. Nome completo
2. Reside em que cidade/UF
3. Formação (curso, instituição e ano de conclusão)
4. Pós-graduação (curso, instituição e ano de conclusão) **pergunta não obrigatória*
5. Atualmente você trabalha na área?
 - ☐ Sim, atuo.
 - ☐ Nunca atuei.
 - ☐ Já atuei, mas no momento não estou trabalhando com Arqueologia
6. Já atuou em média de quantas empresas:
 - ☐ 1
 - ☐ 2 até 3
 - ☐ 4 até 6
 - ☐ Mais de 6
 - ☐ Nunca atuei
7. Atua na área de Arqueologia de Contrato de que forma?
 - ☐ CLT em empresa de consultoria
 - ☐ RPA em empresa de consultoria
 - ☐ Tenho uma empresa de consultoria
 - ☐ Atualmente não atuo na área, mas já atuei (especifique abaixo de que forma atuou pela última vez)
 - ☐ Outros

8. Funções desempenhadas

- Arqueóloga de campo
- Arqueóloga de laboratório
- Coordenadora de pesquisas científicas
- Coordenadora de pesquisas de campo
- Educação patrimonial
- Todas as opções acima
- Outros

9. Você tem ou teve dificuldades de se inserir no mercado de trabalho? Justifique no campo outro.

- Sim
- Não
- Outro

10. Ao longo de sua trajetória profissional, você acredita que, o seu gênero ou raça, possam ter influenciado negativamente no momento de ser contratada em uma empresa de Arqueologia ou áreas afins? Justifique sua resposta.

11. Durante a jornada de trabalho, considerando os diferentes ambientes (gabinete e campo) quais os riscos que você já esteve exposta?

- Risco físico
- Risco químico
- Risco biológico
- Risco ergonômico
- Risco acidental
- Outros

12. Dos riscos elencados acima, comente um relato de experiência **pergunta não obrigatória*

13. Durante a jornada de trabalho, você já passou por alguma situação de violência/assédio? Especifique.

- Violência de gênero
- Violência de raça
- Pressão hierárquica
- Violência psicológica
- Assédio moral
- Outros

12. Visando minimizar as violências e riscos que as profissionais da Arqueologia estão expostas, na sua opinião, o que poderia contribuir para montar uma rede de apoio para as arqueólogas? **pergunta não obrigatória*

14. Caso sinta-se confortável, você poderia relatar exemplos de ações violentas sofridas na Arqueologia de Contrato, sejam elas físicas, psicológicas ou sexuais que já tenha sofrido. Lembrando que essa pesquisa preservará o anonimato. **pergunta não obrigatória*

15. Caso você tenha interesse pelo tema e queira participar de futuras pesquisas e debates preencha seu e-mail. **pergunta não obrigatória*

POSFÁCIO – Entre a lembrança e o esquecimento

Olhar para trás e falar sobre a minha trajetória, em um primeiro momento me despindo da minha formação e profissão, é um desafio. Minhas lembranças são marcadas por dramas, momentos traumáticos e memórias que eu preferia nem ter. Pareço um tanto pessimista ao colocar isso em um papel, mas relembrar às vezes exige um certo esforço que a gente nem sempre consegue alcançar totalmente, mesmo depois de muita terapia.

Nasci na cidade de Rio Grande (RS) em 1993. Uma criança relativamente privilegiada por ser moradora do centro da cidade e branca, inserida em uma família pobre, criada por mãe e pai até os 3 anos de idade. Quando eu tento buscar uma das minhas primeiras lembranças da infância, lembro do dia em que os meus pais se separaram, gritos, roupas em cima da cama e lágrimas. Na época, morávamos em cima da casa (um sobrado) de meus avós maternos, que foram figuras importantíssimas em nossas vidas, minha e de minha irmã, que é três anos mais velha do que eu.

Depois da separação de meus pais, eu e minha irmã ficamos morando com nossa mãe. Pelo que eu me lembre, ela trabalhava durante o dia, estudava no turno da noite, se virava para manter a gente. Nunca recebemos pensão de nosso pai, a única mantenedora da casa era nossa mãe. Fazíamos algumas refeições com nossos avós, na casa de baixo. Certamente isso foi um “peso” a menos para a nossa mãe.

Nós (eu e minha irmã) víamos muito pouco nossa mãe. Quando ela saía para trabalhar estávamos dormindo, de vez em quando a víamos entre o final do expediente e o horário de ir para o curso Técnico em Contabilidade que ela fazia. Às vezes, antes de ela sair, eu ficava na porta, chorando, pedindo que ela não fosse. Eu tinha muito medo de que ela saísse e não voltasse mais, como aconteceu com o meu pai.

Depois de alguns anos, nossa mãe conheceu uma pessoa e com ele juntou as escovas de dentes, popularmente falando. Nosso padrasto começou a morar com a gente. Ele era presente e, apesar de não ter vínculo consanguíneo, tentava exercer o papel de pai. Ao longo do tempo, não sei quanto tempo ao certo, minha irmã começou a se queixar de que era espiada por ele quando estava no banho, quando dormia, que ele olhava estranho para ela e para as

amigas que ela tinha. Infelizmente, demorou muito tempo para ela ser ouvida por minha mãe e por mim também, além de eu ser menor e não ter maturidade para compreender os abusos que ela sofria. Para mim, naquela época, ele era o “melhor pai do mundo”, já que o meu, eu via esporadicamente.

Com relação a ele, nosso pai, no período da infância lembro pouco, mas lembro de o visitarmos em várias casas, pois se mudava bastante. Ele apresentou para nós inúmeras mulheres. Viajamos para vários lugares, como São Paulo (SP), Guarapuava (PR), Rio de Janeiro (RJ), Pelotas (RS), sempre para conhecer alguém. Só percebi isso depois, pois a “intenção” era visitar familiares.

Eu era mais apegada ao meu pai do que minha irmã. Eu o procurava, ia dormir na casa dele, passava o final de semana e depois voltava para a casa de minha mãe. Quando éramos crianças, já nos anos 2000, fomos nós duas passar a noite na casa de nosso pai. Naquele dia ele havia bebido muito e brigou com uma namorada que ele tinha em Rio Grande. Lembro como se fosse hoje, que ele nos colocou no carro, ela pedia para ele nos deixar na casa de nossa mãe enquanto ele nem dava ouvidos. Minha irmã sentada no banco da frente, eu no banco de trás, carregava apoiada nos pés uma garrafa de bebida, dele. Ele corria muito, saiu de Rio Grande brigando no telefone com a ex-namorada e nos levou até Pelotas para a casa de uma outra mulher que não conhecíamos. Dormimos na casa desta estranha, trancadas no quarto do filho dela, que naquele dia não estava em casa.

Em alguns momentos nos afastamos de nosso pai. Um deles foi quando eu o presenciei agredindo uma ex-namorada. Novamente embriagado, ao ser questionado sobre algo que ele não estava “afim” de responder naquele momento, ele bateu nela. Eu fui para a casa da minha mãe, fugi. No outro dia, quando voltei na casa dele para ver como a ex-namorada estava, ela tinha vários hematomas pelo corpo, estava com os braços e o rosto roxos. Eu perguntei por que ela não o denunciava e ia embora, e ela me disse que não denunciaria porque ela gostava dele, que ele era bom para ela e que ele só fez aquilo porque estava bêbado, não estava consciente. Naquele dia prometi para mim mesma que na próxima situação de violência, seria eu quem faria a denúncia, mas isso nunca aconteceu.

No ensino médio comecei a trabalhar através daqueles programas de Menor Aprendiz e Jovem Aprendiz. Trabalhei em uma loja de carros e depois em uma multinacional no porto da cidade, em ambos os serviços atuei no setor contábil. Eu recebia por volta de R\$250,00 a R\$300,00. Para mim era o suficiente para não pedir dinheiro para minha mãe, ou melhor, não pedir nada. Desde que comecei a trabalhar, mesmo morando na casa da minha mãe, eu me sentia responsável por comprar minhas próprias coisas e roupas. Geralmente eu ganhava aquelas que não serviam mais na minha irmã.

Quando terminei o terceiro ano do ensino médio, em uma escola pública da cidade, o sonho de entrar para a universidade me parecia algo muito distante. Diante das dificuldades de passar “na federal”, com um ensino precário e pouco estímulo em casa, fiquei surpresa em passar na primeira tentativa. No primeiro ano da faculdade eu trabalhava no turno da manhã, ia para a universidade no turno da tarde e fazia um curso técnico no turno da noite. Como não consegui conciliar essa rotina, tive que abrir mão de algumas coisas. Fiz a escolha certa, segui o sonho da universidade pública.

Consegui concluir o curso de Arqueologia Bacharelado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) graças aos auxílios que existiam naquela época, como bolsa de permanência, onde a universidade fornecia vale-transporte para o deslocamento, auxílio-alimentação, cada refeição tinha um custo de R\$1,50 ou R\$2,00, já não lembro mais, e uma bolsa de R\$300,00. Nós, estudantes, só recebíamos estes benefícios se comprovássemos a vulnerabilidade financeira que, na época, lembro de avisarem que estava sujeita à visita domiciliar da assistente social da instituição. Enfim, durante o período de férias, os benefícios eram suspensos e eu já morava sozinha. Saí de casa no segundo ano da faculdade, aos 18 anos, visto que eu não conseguia mais suportar episódios de um relacionamento abusivo e agressões com mulheres da minha família que, naquele momento, não conseguiam romper o vínculo com o agressor.

Para adquirir experiência na área, comecei a me candidatar a vagas de estágio, em primeiro momento não remunerado, em empresas da região sul do país, sempre no período de férias. Geralmente, na arqueologia, quando tu estás a trabalho em outra cidade, suas despesas são financiadas pela empresa para a qual estás prestando serviços. Dessa forma eu não tinha despesas em casa e

assim conseguia (re)existir, já que sem o vale-alimentação da universidade a fome pegava.

Minha intenção inicial era um trabalho voluntário, mas nunca voltei de mãos vazias, era um trabalho não-formal, o famoso “free-lance”. Mesmo eu tendo me candidatado de forma voluntária, houve a formalização de um contrato com assinatura simples, sem reconhecimento em cartório, com um valor específico por diárias trabalhadas. No segundo ano da faculdade tive uma experiência em escavações na arqueologia de contrato, em uma cidade do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 2h30min de distância da minha cidade natal. Tive muitos professores e muitas professoras nesse trabalho de campo, aprendi coisas práticas da arqueologia que trago comigo até os dias de hoje.

Depois deste trabalho no Rio Grande do Sul, no terceiro ano da faculdade, fui para outra expedição da mesma empresa, onde trabalhei junto com uma equipe de arqueólogos/as/es em cidadezinhas nos estados da Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins. Nós estávamos fazendo um trabalho de prospecção para a instalação de uma linha de transmissão que passaria por estes estados brasileiros, talvez houvesse outros que não me recordo. Cada equipe ficou em uma cidade, as equipes eram compostas por um/a/e arqueólogo/a/e e um/a/e estudante, ou dois/duas/es arqueólogos/as/es, mais um motorista e pelo menos dois auxiliares de campo contratados na cidade do trabalho.

No trecho que fiquei, era eu, uma arqueóloga, um motorista de confiança da empresa e dois ajudantes de uma cidade do interior do Maranhão. A empresa de arqueologia que nos contratou pagou as passagens de ônibus e aéreas, alimentação, hospedagem, despesas e aluguel de veículo. O trabalho durou por volta de 26 dias, tinha dias que o trajeto do hotel até a área do empreendimento levava 30 minutos, outros levavam mais de 1 hora, e lá pelo 7º dia (não lembro o tempo correto), estávamos fazendo esse deslocamento e o motorista da empresa colocou a mão dele na minha coxa. No início eu ia sentada no banco da frente, e nessa ocasião, a arqueóloga estava cochilando no banco de trás, ao lado dos dois ajudantes.

Na hora que isso aconteceu, eu gelei por dentro, não sabia o que fazer, nunca tinha passado por aquela situação. Eu não sabia se eu tirava a mão, se eu perguntava o que ele pensava que estava fazendo, eu literalmente não sabia o que fazer. Em casa – antes de eu sair de casa efetivamente –, todas nós,

mulheres, tínhamos diálogo, mas em momento algum durante a infância e adolescência fui instruída sobre assédio. Hoje vejo que minha vida, desde a infância, é composta por diversos episódios de assédios. Eu lembro que naquele momento dentro do carro, o motorista conversava como se nada estivesse acontecendo, e essa ação de invadir o meu corpo só causou estranhamento para mim, porque os auxiliares que estavam ali e presenciaram a situação, não abriram a boca. Mas se eu não abri, por que eles abririam?

O trabalho aconteceu normalmente, eu me senti angustiada, envergonhada, parecia que eu tinha feito alguma coisa errada. Eu fui silenciada pela minha inocência, pela minha falta de reação e instrução. Eu tinha vergonha de contar essa situação para a arqueóloga que estava coordenando nossa frente de campo, eu tinha medo de que ela não acreditasse no que eu diria. Esse silenciamento durou uns 4 dias, e aquela invasão do meu corpo se repetiu por mais três vezes, só que em uma situação pior, pois naquela semana a arqueóloga adoeceu, levamos ela para uma clínica médica particular, paga pela empresa. Ela ficou no soro naquele dia e nós fomos trabalhar, porque seria um prejuízo para a empresa não ter a equipe em campo e, tecnicamente, eu nem poderia assumir uma frente de trabalho sozinha, sem a presença da arqueóloga, já que eu não era formada. Mas foi o que aconteceu, fomos trabalhar, eu, o motorista e os dois ajudantes. Nesse dia, ele, o assediador, repetiu o assédio mais umas três vezes, e a cada vez que aquilo se repetia, eu sentia raiva e mais medo, mas já não era um medo de que não acreditassem em mim, era medo de que aquele assédio tomasse uma dimensão maior, já que estávamos no interior (área rural) de uma cidade que já era considerada o interior do estado Maranhense. Estava indo trabalhar em um local totalmente isolado, com três homens desconhecidos. Eu tinha impressão de que a qualquer momento eles iriam se virar contra mim, que eu seria estuprada e deixada ali. Naquele dia que eu estava ali sozinha, trabalhando com aqueles estranhos, decidi que se eu chegasse no hotel eu tomaria uma atitude.

Morrendo de vergonha, suando frio, tremendo de nervosismo e ansiedade, eu contei para um amigo arqueólogo que já trabalhava na área há algum tempo, e ele me incentivou a contar para alguém da empresa com urgência, além de me contar uma situação de assédio que outra arqueóloga, amiga dele, já tinha passado. Foi então que eu falei para a arqueóloga que

estava trabalhando comigo e liguei para um dos coordenadores do campo, que ficava na sede da empresa e que, coincidentemente, tinha sido o mesmo coordenador do campo que eu havia trabalhado no Rio Grande do Sul. Ele demonstrou total solidariedade com a situação e se encarregou de conversar com as donas da empresa. Sim, a empresa era dirigida por mulheres. A postura das empresárias foi uma delas me ligar e perguntar se caso o motorista me pedisse desculpas, poderíamos seguir com o trabalho. Às vezes esperamos demais das outras, achamos que as mulheres terão mais empatia por serem mulheres, quando na verdade não podemos generalizar. Inclusive, eu mesma já agi dessa forma. Lá na minha infância eu não fui empática com minha irmã, quando ela estava sendo vítima de assédio dentro da própria casa, desconfiei do que ela falava, não estendi minha mão. Infelizmente, vivemos em um mundo patriarcal, onde historicamente parte das mulheres esteve em situação de subordinação. Desde que nós, mulheres, nascemos, somos ensinadas a reproduzir o machismo, o racismo e a homofobia.

Mas retomando o caso ocorrido no Maranhão, o assediador foi remanejado para outra equipe de trabalho. Ele não foi demitido, não recebeu nenhuma punição, já que evidentemente ele tinha uma posição privilegiada dentro da empresa, ele era um cargo de confiança. Para a nossa equipe, o motorista que foi substituir o assediador era seu sobrinho. A partir de então, fui aprendendo como agir e como não agir se um dia estivesse em uma posição de coordenação. Eu nunca mais tentei trabalhar nesta empresa, tampouco em outras empresas durante o período da formação acadêmica. No quarto ano tive a oportunidade de fazer o estágio curricular em um sítio-escola, no estado do Pará, porém com a presença de um professor do curso no qual eu me formei.

As violências de gênero não estão relacionadas exclusivamente a assédios físicos e sexuais, existem violências que estão veladas, que acontecem de forma sutil no dia a dia de trabalho e até de formação. Esse episódio durante minha trajetória acadêmica, foi o primeiro contato que eu tive com a precarização do trabalho de arqueologia, foi minha primeira experiência trágica e sinto muito em comunicar, cara/o/e leitora/or/e, não foi a última situação que vivenciei e também não será a última que lerás aqui, já que nos próximos capítulos, muitas de nós irão falar.

Sei lá, é difícil porque quando você fala violência ela pode ser de mil maneiras e vários aspectos, é um conceito bastante amplo como pensar nessas diferentes formas que a gente com certeza vive no cotidiano, seja em relações hierárquicas de poder, seja de maneira mais direta, assim que são as formas de violência, assédios e violências (Interlocutora)²⁴.

Depois de formada, a primeira oferta de trabalho que recebi foi dias antes da minha formatura. Minha mãe sempre disse: “quando a oferta é boa, o santo desconfia”, e eu nem desconfiei. Fui trabalhar em uma empresa no oeste do estado de Santa Catarina, que tinha como nicho usinas hidrelétricas de pequeno porte. Essa empresa, além de fazer o licenciamento ambiental dos empreendimentos, também fazia os levantamentos topográficos, arqueológicos e construía os empreendimentos. Eu achei um pouco estranho: será correto uma empresa construir um empreendimento e ser a própria licenciadora dos seus projetos? Pois é, para conseguir esse feito, a empresa não tinha apenas um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Trabalhei por exatos 7 meses na empresa e nunca tive minha carteira de trabalho assinada. Quando eles propuseram a assinatura, no meu último mês de trabalho, eles assinariam pela metade do valor que eu efetivamente recebia, fazendo com que qualquer direito trabalhista, em uma futura rescisão, tivesse como base um valor inferior a um salário mínimo. A partir dessa experiência, quero seguir falando sobre a precarização do trabalho, sobre a ausência de direitos trabalhistas, sobre humilhação e danos morais.

De acordo com Valquíria Padilha (2009/2010), o trabalho precário se configura por uma série de fatores como, por exemplo, a informalização do trabalho, a perda de direitos trabalhistas e feminização da mão-de-obra, para citar alguns. Existem muitos fatores que configuram a Arqueologia Preventiva como um campo precário de atuação. Visto que majoritariamente os trabalhos são temporários, existe uma resistência na formalização das/os/es profissionais nas empresas. Com a ausência de vínculos, não existem leis trabalhistas que amparem a/o/e assalariada/o/e, dessa forma, ocorre uma terceirização e/ou uma quarteirização nas contratações.

Eu recebia um salário generoso para uma profissional recém-formada, com pouca experiência e sem Carteira Nacional de Habilitação (CNH), mas esse

²⁴ Os relatos das interlocutoras serão apresentados no texto com a fonte em formato itálico.

salário não valia minha saúde mental. Fui a segunda arqueóloga contratada na empresa, a primeira não cumpriu com os três meses de experiência – ela deve ter percebido, bem antes do que eu, que a esmola era muito boa. No primeiro contato telefônico que tive com uma das representantes de um dos vários CNPJ's que a empresa tinha, a proposta era ótima. Diferente do lugar que eu tinha feito estágio, onde arcavam com as despesas de hospedagem em hotel, essa tinha uma casa em que eu poderia ficar por tempo indeterminado, porém a dona da empresa esqueceu de avisar que essa casa era ocupada permanentemente por um funcionário da empresa e mais ou menos cinco homens que trabalhavam no setor de topografia. Eles viajavam bastante, então durante o mês que residi nessa casa, convivi com eles por mais ou menos uma semana.

Quando venci o primeiro mês de firma, depois de ter ouvido comentários de um dos trabalhadores que morava na casa, sobre o meu corpo – algo como: “eu acho que essas tatuagens grandes que tu tens não são nem um pouco atrativas, gosto quando as mulheres fazem aquelas florzinhas perto da cintura, que a gente não consegue enxergar toda, aí ficamos imaginando” –, me senti totalmente segura economicamente para alugar um apartamento e sair daquele lugar.

Na empresa eu fazia a parte técnica de gabinete, elaboração de ficha de caracterização de atividade (FCA), projetos de pesquisa e relatórios técnicos, e depois que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aprovava um projeto de pesquisa, eu realizava o trabalho de campo. Nessa época eu ainda não tinha CNH, então a empresa disponibilizava alguém para ir junto, um funcionário, às vezes um dos representantes de um dos CNPJ's, às vezes o trabalhador que morou comigo e fez aquele comentário nada conveniente sobre tatuagens, e outras vezes, o pessoal do setor ambiental.

Durante o período que trabalhei na cidade da empresa, tive muita dificuldade de planejar a vida, coisas simples, como agendar uma consulta médica, marcar alguma atividade de lazer ou fazer as aulas da autoescola. Toda vez que o IPHAN emitia uma portaria de campo na segunda-feira (único dia da semana em que são publicadas as portarias), na terça-feira eu tinha que estar em campo. Se eu tivesse algo da minha vida pessoal agendado, eu tinha que

desmarcar. A urgência para licenciar a área, por parte da arqueologia, era sempre presente.

Em algumas ocasiões, eles nos mandavam para campo com R\$300,00 para a semana inteira, e caso excedesse esse valor, eu tinha de pagar com o meu próprio dinheiro e eles faziam o reembolso depois de alguns dias. As funcionárias do setor de recursos humanos controlavam as notas de consumo entregues, não só o valor, mas o que estava sendo consumido. Uma refeição de janta não podia ser superior a R\$20,00, quando excedia este valor, eu pagava a diferença do meu bolso, e mesmo assim eu era questionada sobre o porquê de eu ter comido um lanche específico e não um prato feito do mesmo valor.

No primeiro campo apresentei notas fiscais de compra de água de 5L para abastecer o cantil, e assim que cheguei do trabalho, na sede da empresa, me comunicaram que eu estava proibida de gastar dinheiro com água, que eu deveria pegar da torneira do hotel. Ninguém comprava água, então comigo não seria diferente.

Fui fazer um trabalho no estado do Paraná e lá encontrei, pela primeira vez, um material arqueológico dentro de uma sondagem durante a prospecção. Em campo fiz toda a metodologia de delimitação de sítio arqueológico para verificar se se tratava de uma ocorrência isolada ou de um sítio. Como qualquer outra pessoa na minha situação, fiquei muito feliz pelo primeiro achado, lembro como se fosse hoje: um núcleo com marca de retirada de três lascas. Ao chegar na empresa começou o pesadelo. Muitas funcionárias/os/es foram até a sala em que eu ficava para ver a peça. Até aí, tudo bem, mas depois as/es supervisoras/es me chamaram para uma reunião para perguntar sobre a viabilidade de não informarmos essa peça no relatório. Sendo assim, eu poderia levar o material para casa e não entregar no laboratório de arqueologia – instituição endossante da pesquisa. Fui totalmente contra aquela pergunta e pedido. Um dos supervisores falou sorrindo para que eu não me preocupasse, pois como eu já tinha ensino superior, caso fosse presa por ocultar um achado arqueológico, eu ficaria em um lugar melhor.

Fiquei horrorizada com a postura ética da empresa, com o discurso que eles defendiam, envergonhada de estar vestindo a camiseta de uma empresa com essa índole. O material arqueológico foi comunicado ao IPHAN, foi encaminhado à instituição endossante e eu não fui demitida, mas as pessoas ali

já não estavam me olhando com os mesmos olhos, já que eu não estava defendendo os interesses da empresa. Tenho certeza de que só não fui demitida porque eles precisavam ter um/a/e profissional da área da arqueologia no corpo técnico. Depois de sucessivos episódios desgastantes, semelhantes aos que mencionei, eu percebi que tinha aprendido tudo o que eu não deveria fazer no meio profissional, que já estava pronta para sair daquela situação com uma bagagem. Quando anunciei minha saída, eles disseram para eu repensar, que eu estava tomando uma decisão importante de cabeça quente e cansada, que eu deveria ir para casa descansar, e que se era saudade de Rio Grande, eles poderiam me colocar no avião da empresa e me deixar em casa para passar uns dias.

Quando saí desta empresa eu não tinha onde cair morta, não recebi o salário do mês, nem tinha reservas guardadas. A única certeza que eu tinha é que não queria voltar para Rio Grande de mãos abanando, não podia rescindir o contrato de aluguel do apartamento que eu morava em função da elevada taxa de multa por quebra de contrato. Sabia que pedir ajuda financeira à minha mãe ou ao meu pai não era uma opção.

Comecei a matutar. Como eu havia aprendido sozinha dentro da empresa todo o processo burocrático da elaboração de projetos e relatórios técnicos, decidi trabalhar como autônoma, ou pelo menos tentar. Fiz uns cartões de visitas com o meu nome completo, telefone, e-mail e cidade que eu residia e comecei a mapear possíveis empresas que precisariam do meu trabalho como arqueóloga na cidade de Xanxerê e na cidade vizinha, Chapecó.

Para acessar as empresas que eram em Xanxerê, eu saía caminhando pela cidade, batia de porta em porta, largava o meu cartão e me apresentava. Quando era em Chapecó, eu pegava um ônibus da rodoviária de Xanxerê, descia na rodoviária de Chapecó, e já aconteceu de eu ir caminhando pela cidade procurando as empresas que eu já tinha mapeado previamente. Às vezes, conversando com as pessoas na rodoviária, eu conseguia uma carona para algum bairro mais afastado do centro da cidade. E assim eu ia. Lembro bem que o único dinheiro que eu tinha era para a passagem do ônibus entre Xanxerê e Chapecó (ida e volta), então eu não conseguia pegar um táxi ou um ônibus municipal para circular na cidade, naquela época também não existia Uber.

Em mais ou menos duas semanas eu consegui o meu primeiro trabalho como arqueóloga autônoma. Na ocasião fechamos um contrato de trabalho que não precisava de veículo, pois a empresa arcaria com a logística inteira. Como o trabalho era bem próximo da cidade que eu residia, um funcionário da empresa, da equipe da área ambiental, me acompanharia durante o trabalho como motorista e me auxiliando na prospecção interventiva, ou seja, fazendo o serviço braçal, abrindo os poços testes.

Fiz alguns trabalhos com essa empresa que me possibilitaram não retornar para a casa da minha mãe, que era o que eu mais temia. Quem tratava todas as questões contratuais e de campo era um casal de irmãos, um Engenheiro Florestal e uma Bióloga, eles claramente eram cargos de confiança dos donos da empresa. O homem que me acompanhava em campo também era formado em Engenharia Florestal. Quando nós estávamos em campo, ele comentava que o pessoal do escritório fazia piadas, que ele trabalhava em campo com a “cabeluda”. Esse foi o apelido que eu ganhei na empresa, por ter dreads até a cintura.

Uma vez fui buscar umas ferramentas de campo na sede desta empresa e estava conversando com a Bióloga que comentei antes, falávamos sobre beleza e campo, como conseguir conciliar. Ela acabou comentando comigo sobre como era difícil estar naquela posição, de fazer campo entrando dentro da água para captura de peixes e, no escritório, ter que ir com ótima aparência, com maquiagem, unhas pintadas e “bem vestida”. Sobre como ela preferia estar em campo. Isso me chamou atenção, porque na minha cabeça, ela estava ocupando um ótimo cargo, trabalhava na área dela e era bem-sucedida, quando na verdade sofria pressão da direção para se encaixar em um certo padrão de beleza.

Conforme eu fui trabalhando como autônoma, escrevendo projetos e relatórios em casa, consegui um segundo cliente e precisei emitir notas fiscais de prestação de serviços. A partir dessa necessidade, criei um CNPJ e uma empresa que leva o nome de Gaia Consultoria em Arqueologia.

Da minha primeira experiência como arqueóloga até a escrita desta dissertação, se passaram 6 anos, e as situações que geram maiores tensões e conflitos, certamente são os riscos de assédios sexuais. Já percebi que me masculinizo para impor respeito no campo e que as violências psicológicas e morais por parte dos construtores dos empreendimentos, durante a identificação

de sítios arqueológicos, são constantes. Muito se escuta: “mas não vai aparecer nada né?”, “esse tipo de coisa de pedra até eu sei fazer, tu não acha que os museus já estão cheios disso?”, “eu só contratei essa pesquisa porque senão eu não consigo operar o empreendimento”, “dinheiro para mim não é problema, prefiro pagar o termo de ajustamento de conduta do que ficar esperando o IPHAN” e por aí vai.

Em uma entrevista de Veena Das, a autora reflete sobre o campo antropológico, propondo uma provocação de que as/os/e pesquisadoras/es se atêm aos estudos de populações do passado pré-colonial sem se dedicar a compreender as sociedades atuais. Dessa forma, Veena Das pontua, em uma de suas entrevistas, que “a maior questão para mim era tornar a antropologia capaz de responder aos problemas que enxergava a meu redor” (MISSE et. al., 2012, p. 339).